



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

LUCIANA MEIRE GOMES REGES

**(Sobre)viver no Sertão:
um estudo acerca das configurações sócio patrimoniais de
Limoeiro/CE (1850-1884)**

Fortaleza – CE, 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**(Sobre)viver no Sertão:
um estudo acerca das configurações sócio patrimoniais de Limoeiro/CE
(1850-1884)**

Luciana Meire Gomes Reges

**Eurípedes Antônio Funes
Orientador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

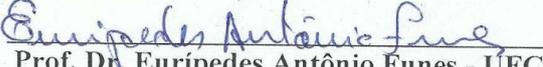
Fortaleza
Julho, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

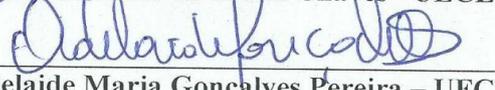
**(Sobre) viver no Sertão:
um estudo acerca das configurações sócio patrimoniais de Limoeiro/CE
(1850-1884)**

Luciana Meire Gomes Reges

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, no dia 14 de julho de 2014, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:


Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes - UFC
Orientador


Prof. Dr. José Olivenor de Souza Chaves - UECE


Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira – UFC

Profa. Dra. Kênia Sousa Rios – UFC
Suplente

Fortaleza
Julho, 2014

O mistério das cousas, onde está ele?
Onde está ele que não aparece
Pelo menos a mostrar-nos que é mistério?
Que sabe o rio disso e que sabe a árvore?
E eu, que não sou mais do que eles, que sei
disso?
Sempre que olho para as cousas e penso no
que os
homens pensam delas,
Rio como um regato que soa fresco numa
pedra.
Porque o único sentido oculto das cousas
É elas não terem sentido oculto nenhum,
É mais estranho do que todas as estranhezas
E do que os sonhos de todos os poetas
E os pensamentos de todos os filósofos,
Que as cousas sejam realmente o que parecem
ser
E não haja nada que compreender.
Sim, eis o que os meus sentidos aprenderam
sozinhos: — As cousas não têm significação:
têm existência.
As cousas são o único sentido oculto das
cousas.

Alberto Caeiro, in "O Guardador de Rebanhos
- Poema XXXIX" - Heterônimo de Fernando
Pessoa.

À minha mãe por tudo que significa na minha vida.

E ao meu pai *in memoriam*.

Agradecimentos

Essa dissertação é resultado de muito apoio e incentivo de várias pessoas que fizeram parte, ou não, da minha trajetória nesses dois últimos anos, o que torna essa tarefa ainda mais difícil, se não impossível. Contudo, sem vocês nada até aqui seria possível!

Sou muito grata ao meu orientador, o Prof. Eurípedes Funes, que me recebeu, até então, uma menina desconhecida, com um tema distante de suas afinidades, e com grande dedicação, rigor e esmero, lapidou esse estudo a cada leitura. Muito obrigada!

Agradeço também a professora Adelaide Gonçalves, pelas indicações bibliográficas, críticas e direcionamentos nas disciplinas, e em especial, História Social da Pobreza, ministrada em parceria com o professor Frederico de Castro Neves, bem como, na leitura desse estudo na fase de qualificação e defesa. Sua sensibilidade histórica foi de grande valia no exercício de compreensão das materialidades sertanejas para o nosso estudo.

Ao professor Olivenor Chaves, que conhece esse estudo desde o início, ainda no período da graduação, me acompanha nesses caminhos em busca de compreender os Sertões do Jaguaribe.

À professora Kênia Rios, que faz parte de toda a minha trajetória no mestrado, desde a seleção, nas disciplinas e passando pela escrita da dissertação, na qualificação.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, e em especial, as professoras Ana Amélia Melo, Ana Rita Fonteles, Marilda Santana, e aos professores Franck Ribart, Almir Leal e Frederico de Castro Neves, que pelas discussões realizadas nas disciplinas e as sugestões para esse estudo, sou bastante grata.

Ao coordenador e vice do Programa de Pós Graduação em História Social da UFC, os professores Antônio Gilberto Nogueira e Antônio Luiz Macedo, e a secretária Luciana Cavalcante, obrigada!

Aos meus amigos que conheci no mestrado, a experiência de conviver com vocês foi maravilhosa em todos os sentidos, espero que possamos nos encontrar e reencontrar por várias vezes pelas veredas da vida – Alysson, Renato, Thiago, Gustavo, Israel, Juliana, Leo Natanael, Mauricio, Nivia, Paulo Giovanni, Priscylla, Vicente e Victor Emmanuel. Sempre me lembrarei de vocês!

Aos meus amigos, pois sem eles não sou nada! Obrigada por me socorrer e estarem presentes sempre, e também na construção desse estudo, desde a elaboração do projeto, pelas várias leituras realizadas e pelos diálogos Elisgardênia Chaves, Francijesi

Firmino, Ivaneide Ulisses, João Rameres Regis, Cintya Chaves, essa dissertação tem um pouquinho de vocês. À Elisgardênia por viabilizar minha estadia em Fortaleza, muito obrigada. E à Cintya Chaves, que me acompanha nessa trajetória desde a graduação, onde construímos uma amizade para além da academia, passando pela especialização, pela seleção do mestrado, e que mesmo, estando em instituições diferentes, sempre estivemos próximas, pois, sua fé sempre tranquiliza meu coração, obrigada! Amigas, Rubismara e Yasmim Izídio, Cicera Nayandra, Silmaria Chaves, vamos comemorar!

À CAPES pelos dois anos de bolsa, sem esse auxílio financeiro, esse estudo seria inviável.

Obrigada, ao Curso de História da FAFIDAM/UECE, bem como o Grupo PET de História que marcaram profundamente minha trajetória.

Aos funcionários do Fórum Desembargador Antônio Carlos Costa e Silva (Limoeiro do Norte/CE), em especial ao funcionário Humberto sempre disposto a abrir as portas do arquivo para que eu pudesse catalogar a fonte para esse estudo. Obrigada!

O agradecimento mais especial vai para minha Mãe, por tudo que ela é, por tudo que ela faz e representa, meu porto seguro, minha amiga. Simplesmente meu anjo, pela imensidão do seu amor, pela sua esperança infinita de ter fé na vida. Amo-te mãe! Esse trabalho é dedicado à senhora.

A minha irmã Luana, que amo incondicionalmente. Ao meu cunhado Mauro que se tornou o irmão que eu nunca tive. Há um ano, a vida passou a ter mais cor, tudo ficou rosa, depois da chegada do anjo chamada Isabelle, a tia/dinda te ama demais. Obrigado por segurarem todas as barras e crises que sabemos, mas também por compartilhar alegrias tantas. Obrigada por fazerem parte da minha vida!

Sou grata a Deus, pela sua presença constante na minha vida, me ajudando a superar momentos ardorosos e me proporcionar infindáveis alegrias.

Enfim, a todos que de alguma maneira colaboraram para a realização desse trabalho, seja pela constante ajuda ou por uma palavra de amizade! Muito Obrigado!

RESUMO

Esse estudo objetiva compreender e analisar os modos de vida que se constituíam nas formas de organização e instituição do patrimônio familiar de indivíduos, que tiveram seus bens inventariados, do Sertão de Limoeiro (CE), no período que decorre entre os anos de 1850 a 1884. A análise dos patrimônios familiares, bem como, da Cultura Material do Sertão de Limoeiro, na conjuntura da segunda metade do século XIX, possibilita compreender as tipologias dos bens familiares, que constituem indícios produzidos no meio social, econômico e cultural, específicos e datados. Esse estudo é embasado pelo uso dos inventários *post-mortem*, relatos de viajantes, registros paroquias de terra, censo de 1872, registros paroquiais (nascimento, casamento e óbito), relatório de presidente de província e balanços e relatório da Câmara da Vila de Limoeiro acerca da Seca de 1877-79, essenciais, no sentido, que cercam o objeto, possibilitando construir leituras sobre a vida material desses indivíduos. A temporalidade recortada decorre dos anos de 1850, com a Lei de Terras, que buscava instituir uma organização fundiária no Brasil, e se estende até 1884, ano em que foi instituído o fim da escravidão no Ceará, pensando que esses dois marcos foram incisivos para que ocorresse uma (re)configuração social e econômica na forma adquirida pelos patrimônios familiares nesse período.

PALAVRAS-CHAVES: Modos de viver. Sertão. Cultura Material.

ABSTRACT

This research aims understand and analyze the ways of life that constituted in forms of organization and the institution of familiar patrimony of people that had their assets inventoried of the Sertão de Limoeiro do Norte (CE) , in the period between the years 1850 to 1884. The analysis of family assets and of Material Culture from the Sertão de Limoeiro, in the second half of XXI century enables understand the typologies of familiar goods that constituted traces produced in social, economic and cultural, specific and dated environment. This study is grounded by the use of the inventories post-mortem, registers of travelers, parish register of land, 1872 census, parish registers (birth, marriage and death), president of the provincial report and statements and report of Câmara da Vila de Limoeiro about drought of 1877-79. They were essentials because they surround the object, allowing make reading about the material life of these individuals. The time frame elapses of the years 1850, with Lei de Terras, that sought establish a land organization in Brazil and it extends until 1884, year of the end of slavery in Ceará. These two marks were incisive for that occurred a social and economic reconfiguration in the acquired form by the familiar goods in this period.

KEY WORDS: Ways of living. Sertão. Material Culture.

Índice dos Capítulos

INTRODUÇÃO.....	14
1- AUTOS DOS SERTÕES DE LIMOEIRO: um estudo da organização espacial, econômica e populacional	33
1.1- LABIRINTO DAS ÁGUAS: usos socioeconômicos do espaço do Sertão de Limoeiro.	45
1.2- ARRANJOS DE VIVER: dinâmicas demográficas e sociais na transição do povoado à Vila.....	60
1.3- QUEM TEM E O QUE TEM? adjetivação dos valores dos bens na economia de Limoeiro.	68
2- RELICÁRIO PATRIMONIAL: um estudo acerca da cultura material.	73
2.1 - NOS (EN)CANTOS DAS TERRAS	74
2.1.1- A CASA VISTA DE FORA.....	80
2.2- NO INTERIOR DAS CASAS E DAS GAVETAS: análise dos móveis e objetos.	92
2.2.1- ADENTRANDO AS CASAS E ABRINDO AS GAVETAS.	94
2.3- “AQUELES QUE ASPIRAM CUIDADOS”: análise dos bens semoventes (animais e escravos).	103
2.3.1- NOS LIMIARES DA SUJEIÇÃO: a escravidão no sertão de Limoeiro.	107
3- PATRIMÔNIOS EM MOVIMENTO: as estratégias de manutenção.	116
3.1- PROCESSOS DE PARTILHA: relações de gênero e redes de negociações.....	116
3.1.1- RETRATO(S) FEMINIL(S): ações femininas.....	122
3.1.2- EFÍGIES MASCULINAS.	131
3.2 - (RE)ARRANJOS PATRIMONIAIS: a seca de 1877-1879 como momento de ruptura na estrutura material no Sertão de Limoeiro.	133
3.2.1- ENTRE A ABUNDÂNCIA E A ESCASSEZ É TECIDA A TRAMA DA SECA.....	136
3.2.2- A SECA E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA RACIONALIDADE DO TRABALHO.....	141
3.3- TEIAS PATRIMONIAIS: hierarquias e padrões de vida do Sertão de Limoeiro.	145
Considerações Finais.....	150
Anexos.....	154
Fontes e Referências Bibliográficas.....	159

Índice das tabelas

TABELA 01 – Valores dos montantes dos patrimônios familiares nos inventários <i>post-mortem</i> de Limoeiro (1850-1884).....	68
TABELA 02 – Amostra da disposição de terras por proprietários em Limoeiro, nos anos de 1850-1884.....	75
TABELA 03 – Percentual de escravos na Vila de Limoeiro (1875-1880), segundo sexo e faixa etária.....	111

Índice dos mapas

MAPA 01 – Caminhos dos primeiros migrantes Baianos e Pernambucanos.....	37
MAPA 02 – Bacias do Médio e Baixo Jaguaribe.....	43
MAPA 03 – Primeira Sesmaria do Baixo Jaguaribe.....	51
MAPA 04 – Estradas do Ceará no século XVIII.....	54

Índice dos diagramas

DIAGRAMA 01 – Rede de apadrinhamento de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante.....	127
DIAGRAMA 02 – Rede de apadrinhamento de Dona Maria Felícia do Espírito Santo.....	127
DIAGRAMA 03 – Rede de apadrinhamento de Dona Clementina Maria de Jesus.....	128
DIAGRAMA 04 – Rede de apadrinhamento de Dona Sabina Maria da Conceição.....	129

Índice dos quadros

QUADRO 01 – Índice da cor dos escravos presentes nos inventários <i>post-mortem</i> (1875-1880).....	110
QUADRO 02 – Dívidas ativas no inventário <i>post-mortem</i> de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante.....	154

Índice dos gráficos

GRÁFICO 01 – Amostra do percentual do estado civil da população de Limoeiro (1872).....	62
GRÁFICO 02 – Amostra do percentual do nível de instrução da população de Limoeiro (1872).....	66
GRÁFICO 03 – Amostra do nível de instrução da população de São Bernardo das Russas (década de 1860).....	67
GRÁFICO 04 – Patrimônio familiar: composição dos bens materiais de Limoeiro entre os anos de 1860-1884.....	71
GRÁFICO 05 – Amostragem da representatividade dos santos em Limoeiro nos inventários <i>post-mortem</i> (1850-1884).....	99
GRÁFICO 06 – Amostra do percentual dos animais inventariados em Limoeiro (1850-1884).....	105

Índice das imagens

IMAGEM 01 – Pesca de piranhas em Russas Quixó, em 18 de setembro de 1859. Aquarela pintada por Reis Carvalho.....	40
IMAGEM 02 – Igreja Matriz de Limoeiro.....	86
IMAGEM 03 – Praça da Matriz de Limoeiro.....	87
IMAGEM 04 – Mercado Público de Limoeiro.....	89
IMAGEM 05 – Residência do advogado José Osterne Ferreira Maia.....	90
IMAGEM 06 – Altar de Nossa Senhora das Lourdes, na matriz, de Russas.....	98
IMAGEM 07 – Foto do Mercado Público da Vila de Limoeiro.....	142
IMAGEM 08 – Foto da Cadeia Pública da Vila de Limoeiro.....	143

Abreviaturas

ADLN – Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.

AFDACCS – Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva.

INTRODUÇÃO

O interesse pelos objetos que compunham o cotidiano e a vida das pessoas é de longa data. Quando iniciei a graduação em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Fafidam/UECE (Universidade Estadual do Ceará), em Limoeiro do Norte, os temas de estudo que me interessavam eram muitos, entre eles: arquitetura, mulheres, economia, século XIX, espaço, e outros.

Contudo, quando entrei no grupo PET (Programa de Educação Tutorial), onde foi desenvolvida uma atividade que buscava mapear e realizar minimamente uma organização dos documentos que estavam no Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva (AFDACCS), situado também em Limoeiro do Norte. Embora estivesse mais para um depósito.

Destarte, deparei-me com os inventários *post-mortem* e depois de uma rápida leitura vi neles um suporte que me possibilitava tecer diversificadas discussões pela amplitude dos sentidos envoltos nos objetos *banais* do cotidiano. Ao iniciar a pesquisa, várias foram as dificuldades vivenciadas, principalmente na leitura e compreensão dos inventários. Esta dificuldade, no entanto, foi sendo minimizada quando passei a buscar, por menor que fosse, um entendimento acerca da paleografia. Essa documentação deu forma a meu estudo monográfico, *Esquadrinhando a Vila de Limoeiro nos inventários post-mortem (1875-1880)*, que teve como orientador o professor Dr. José Olivenor Chaves.¹

Nessa esteira, aos poucos fui percebendo, em virtude do grande volume de documentos, a importância de fazer o registro fotográfico, com vistas a dar mais agilidade à pesquisa. O trabalho de digitalização, para além de minha própria pesquisa, poderia, também, beneficiar outros pesquisadores interessados no mesmo *corpus* documental, já que o mesmo se encontra num acelerado processo de deterioração, em virtude do ambiente físico não ser favorável à boa conservação desse precioso acervo de registros históricos. Nesse processo comecei a compreender a importância do ofício do historiador, enquanto decifrador dos códigos e experiências humanas.²

[...] no meio da poeira de documentos antigos, na lama das escavações ou no manuseio de instrumentos muito desenvolvidos tecnicamente, é sempre o homem

¹ REGES, Luciana Meire Gomes. **Esquadrinhando a Vila de Limoeiro nos inventários post-mortem (1875-1880)**. Monografia de graduação em História FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte – CE, 2011. Orientador: Prof. Dr. José Olivenor de Sousa Chaves.

² Atualmente, existe um banco de pesquisa no Pet de História da Fafidam/UECE com os inventários *post-mortem* que foram digitalizados para esse estudo.

vivo que o historiador procura encontrar, é a sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se, que o historiador quer decifrar. E, para tanto, todo tipo de documento que esclareça esses aspectos é de fundamental importância.³

Com grande apreço e entusiasmo pela História da Cultura Material, prossegui analisando os objetos quando iniciei o curso de Pós Graduação em História Social pela UFC (Universidade Federal do Ceará), numa série de reuniões e orientações com o professor Eurípedes Funes, bem como com o grupo de orientados do mesmo, fomos lapidando o objeto e o trato com as fontes, constituindo a forma deste estudo.

Com a dissertação (*Sobre) viver no Sertão: um estudo acerca das configurações sócio-patrimoniais de Limoeiro/CE (1850-1884)* objetiva-se compreender os modos de vida pelo viés dos patrimônios familiares. As configurações sócio-patrimoniais, constituídas nos inventários *post-mortem*, em diálogo com outros suportes empíricos, produzem visibilidades na análise da composição das posses dos inventariados, da organização familiar, populacional e econômica, na incidência da seca de 1877-79, na estrutura econômica, na organização social, bem como no cotidiano, onde a vida é (re)produzida.

A região do Baixo Jaguaribe, constituída ainda no período da colonização, data do início do século XVII, com as instalações das fazendas de criar. Tendo em vista as interfaces econômicas, sociais e políticas que incidem para a consolidação do povoamento de meados do século XVIII aos oitocentos, propiciadas em grande medida por se localizar as margens do rio Jaguaribe e recortado pelo rio Banabuiú, ganha destaque no cenário econômico nesse período.

A compreensão teórica desse estudo incide na investigação da ação dos sujeitos históricos, nomeados aqui como inventariados. Os registros atinentes a essa agência entrecruzados com outras fontes (registros de batismo, casamento, óbito, índices paroquiais de terra) possibilitam o conhecimento das relações desses sujeitos entre si e com outros indivíduos e grupos sociais, bem como constitui indícios significativos para analisar as estruturas sociais, econômicas e patrimoniais.

O recorte temporal selecionado, aqui, decorre dos anos de 1850, com a Lei de Terras, que buscava compreender a organização fundiária no Brasil, e se estende até 1884, ano em que foi instituída a abolição da escravidão no Ceará. Esses marcos envolvem dois bens que configuram eixos centrais, a terra e o escravo, para o desenvolvimento da atividade criatória, norteadora da economia, como também de uma cultura sertaneja.

³ BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.61.

Não obstante, é possível compreender a dinâmica que vislumbra a Cultura Material, característica da região do Baixo Jaguaribe, situada num momento de desestabilidades econômicas e sociais, que marcou profundamente os patrimônios das famílias sertanejas na segunda metade do século XIX.

Na análise dos 44 inventários *post-mortem*, após a leitura e transcrição, elaborei, como recurso metodológico, alguns quadros para que pudesse reunir, a partir de uma ordem temática, as várias informações que compõem o conteúdo dos documentos em análise: nome do inventariado(a), nome do cônjuge, inventariante, herdeiros, dinheiro, dívidas, escravos, propriedades urbanas (moradias, móveis, objetos) e rurais (benfeitorias, terras, ferramentas, cercados).⁴

Os inventários *post-mortem* são documentos de cunho particular que têm princípio no falecimento do inventariado e, por sua vez, concentra uma serialização de informações que torna possível a análise de comportamentos sociais, familiares, econômicos, demográficos, os processos de acumulação (enriquecimento e empobrecimento), bem como a identificação de aspectos da Cultura Material de uma determinada época, pautada nas posses, nos processos de partilhas e de dívidas.

Do ponto de vista da estrutura do documento analisado nesta pesquisa, podemos assim defini-la: cada inventário apresenta um volume que varia entre 80 a 100 laudas, nas quais obtemos, entre outras informações, o estado civil do inventariante; o nome do cônjuge, dos filhos e dos herdeiros; o local de residência do mesmo; além, é claro, dos bens inventariados, entre eles a relação dos escravos e de outros objetos como santos, ouro e prata, prédios, propriedades, móveis, animais... Quanto ao registro dos escravos, tidos como bens de propriedade do inventariado, encontramos uma série de informações: nome do cativo, o sexo, a origem do mesmo, a idade, a cor, a ocupação e o seu valor venal.

A análise dos inventários permite compreender as condições materiais que se estendem a aspectos econômicos e sociais. O estudo dos patrimônios familiares propicia entender as estratégias de sobrevivência das famílias, que nesse caso se configuravam pela exploração da terra, via a pecuária na criação de gado muar, vacum e cavalari; e exploração essa que compreendia trabalhadores livres e escravos.

⁴ Sobre as escolhas teórico-metodológicas que permeiam as pesquisas ligadas à vida material, ver: REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: N. Série. v.4, p.265-282, jan./dez., 1996; MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: **Revista de Estudos Históricos**, São Paulo: CPDOC/FGV- IEB/USP/SP, 1997.

Segundo Maria Lucília Viveiros de Araújo, tal fonte possibilita reproduzir o espaço por meio de “*instrumentos musicais, bibliotecas, imagens sacras em metais preciosos, móveis e alfaias variadas, etc.*”⁵ Em sua perspectiva, vários eram os elementos apresentados por “*cada grupo socioeconômico para o desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que fornece dados valiosos para a história da cultura material*”.

Por concentrarem uma série de dados relativos aos bens materiais do inventariante, no Brasil, a produção de inventários tornou-se mais intensa a partir de 1730, em função do crescente e significativo aumento populacional.

Os inventários *post-mortem* somente receberam metodologia específica após o desenvolvimento dos estudos inspirados na demografia histórica, originalmente na França.⁶ Através da análise de séries documentais, tem-se explorado novos princípios metodológicos de modo a ampliar, cada vez mais, a leitura histórica dos dados contidos nas fontes documentais.

Os estudos acerca da organização patrimonial familiar, as relações socioeconômicas (dívidas passivas e ativas) e o processo de compartilhamento visam a compreender o sujeito e o contexto social no qual este estava inserido.⁷ E, nessa perspectiva, objetiva-se a estabelecer um diálogo entre a dimensão micro e macro da história com a finalidade de enriquecimento da construção histórica.

Na operação metodológica estabelecida com as fontes já apresentadas, a reflexão é construída como uma rede inter cruzada por informações dos inventariados, indícios da vida desses sujeitos e o que possuíam. Conforme Jacques Revel, deve-se ter em conta o seguinte: o que “*a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global*”, “*pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma aversão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais*”.⁸

Conforme Giovanni Levi, a micro-história não é meramente a história dos excluídos.

⁵ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec/FAPEESP, 2006, p. 104.

⁶ ARAÚJO, Maria Lucília. Viveiros de. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. In: **Histórica** – Revista do Arquivo do Estado de São Paulo, ed. 6., out. 2005. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br 15/12/2009, 23h48min.

⁷ É importante destacar a distinção dos termos: dívidas ativas eram aquelas que se deviam ao inventariado, enquanto as dívidas passivas eram aquelas que se deviam aos outros.

⁸ REVEL, Jaques. Microanálise e Construção do Social. In: REVEL, Jaques (Org.) **Jogos de Escala: a experiências da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.28.

Pretende ser a reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com olho analítico em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos às complexidades dos contextos nos quais os homens se movem.⁹

A redução da escala torna o olhar do historiador mais minucioso, como o de um lince, e é nesse processo de aproximação que é possível compreender os sujeitos em constante movimento e reaver a complexidade das análises.

A escolha de escala da microanálise é exatamente em função dos objetos analíticos propostos, isto é, as relações interpessoais: isso vale para grupos sociais e para as comunidades. A opção pela segunda, que constitui o nexo de correspondência entre o agregado social e o espaço, é feita em função de uma mais complexa reconstrução das estruturas de dependência internas, ainda que reconheça que se mantém em pé para este fim também a relevância crucial dos papéis de mediação com a sociedade externa.¹⁰

Não obstante os interesses da História Social, Edoardo Grendi entende essa vertente ampla da historiografia tem em seu princípio a compreensão de que “*a história social é a história das relações entre pessoas e grupos*”¹¹. Nessa esteira, o historiador social busca analisar as experiências e comportamentos humanos na tentativa de se compreender enquanto sujeito inserido em processos históricos. Trata-se de uma leitura do social que problematiza a tessitura da realidade, em perspectiva histórica, a partir mesmo do *locus* do historiador.

A micro-história não é meramente uma técnica ou uma disciplina, também, distante da explicação reducionista de tentar explicá-la enquanto um ajuste na lente. Conforme Jacques Revel, ela é um sintoma, uma “*reação a um momento específico da história social*”.¹² Nesse estudo concordamos com compreensão de Revel, que entende a micro-história como sendo uma abordagem, que “*permite o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados da experiência coletiva*”.¹³ O tempo passa a ser o do vivido e da experiência humana.

⁹ LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-14.

¹⁰ GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 45.

¹¹ *Idem. Ibidem.*, p. 36.

¹² REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 8.

¹³ *Idem. Ibidem.*, p. 18.

Dessa forma, para construir uma pesquisa historiográfica cujo objetivo é problematizar a constituição e fragmentação dos patrimônios familiares na Vila de Limoeiro, entre 1850 e 1884 – embasada em inventários *post-mortem*; relatos de viajantes; registros paroquiais de terra; censo de 1872; registros paroquiais de nascimento, casamento e óbito; relatório de presidente de província e balanços e relatório da Câmara da Vila de Limoeiro acerca da Seca de 1877-79 – é indispensável cercar o objeto de um aparato teórico-metodológico possibilitando construir leituras sobre o passado.

Para pensar a construção/organização desses patrimônios familiares, foi necessário o cruzamento com os registros paroquiais de nascimento, casamento e óbito, com o intuito de obter o nome dos pais dos inventariados e com isso analisar o processo de herança bem como a fragmentação dos patrimônios familiares. Através da composição do patrimônio produtivo e o processo de partilhamento das heranças é possível problematizar as unidades produtivas, que para esse estudo se configura enquanto fazendas e sítios, além de compreender as interlocuções econômicas.

Os registros paroquiais (nascimento, casamento e óbito) possibilitam a identificação das pluralidades em torno das organizações sócio-familiares, corroborando na reconstituição das famílias, essencial para compreender as teias que constituíam o conjunto patrimonial das mesmas.

Os registros paroquiais de terra possibilitam, além de quantificar e nomear a quem pertencia as terras, a compreensão de uma cartografia fundiária. Em 1850 foi deferida a Lei de Terra, que buscava esquadrihar as propriedades fundiárias, ou seja, a elaboração de práticas que inseriam as políticas do Império nas dimensões territoriais.

Os relatórios de presidente de província corroboram na percepção da atuação do estado Imperial brasileiro na Vila de Limoeiro, além de notificar a inserção de equipamentos (cadeia, câmara, igreja, escolas, organização das ruas, ente outros).

Os relatos do viajante George Gardner, em *Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)*, e do botânico Francisco Freire Alemão, em *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*, são fontes bastante relevantes porque repletas de narrativas sobre a vida nos sertões do país. Especialmente, os escritos de Freire Alemão, pois o seu diário contém os relatos da viagem realizada pela Comissão científica na segunda metade do século XIX que adentrou o sertão cearense. As expedições e comissões científicas enviadas pelo Governo Imperial objetivavam além da consolidação do estado nacional brasileiro, o conhecimento das supostas riquezas contidas nesse espaço.

O estudo estatístico desenvolvido por Thomaz Pompeu de Souza Brasil em *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* consiste num levantamento acerca da organização populacional do Ceará, na qual objetivava atribuir face, por meio de dados quantitativos, às cidades, vilas, povoados, levando-se em consideração as estruturas físicas, hidrográficas, econômicas, sociais, entre outros.

As obras de memorialistas adjetivam o fazer cotidiano desses indivíduos e a relação com a vida material; e, para esse estudo, destaca-se *Na ribeira do Rio das onças*, de Lauro de Oliveira Lima, que buscava construir uma “história total” do município de Limoeiro e das cidades circunvizinhas, desde a formação do povoado até as disputas políticas ocorridas nos anos de 1980, perpassada por um conjunto empírico de diversos arquivos do Brasil e relatos daqueles considerados guardiões da memória.

O Censo de 1872, realizado em nível nacional, tem dados que constituem uma importante fonte de análise e permite elaborar compreensões acerca dos fatores da economia, perfis sociais (em termos de etnia, sexo, faixa etária, condição social), ou seja, a organização populacional brasileira como um todo.

Os balanços e relatórios de socorros da seca de 1877-1879 são relatos que a administração política imperial enviou aos flagelados da seca de 1877-79 na Vila de Limoeiro, nomeando os responsáveis locais pela distribuição e quem era beneficiado pelo auxílio.

Em função da temática, construímos um balanço historiográfico que situa o desenvolvimento das pesquisas e as obras que serviram como base teórica para esse estudo.

A História da Cultura Material

A matriz do estudo da *Cultura Material* por muito tempo esteve vinculada ao campo arqueológico, numa perspectiva material no sentido palpável e concreto da cultura. Os objetos analisados eram diversos e abundantes configurados sob a forma de utensílios, ornamentos, vestuários, habitações, imagens sacras, equipamentos de trabalho, adornos, móveis, alimentação, entre outros.

No volume 16 da Enciclopédia Einaudi, publicado em 1989 sob o título *Homo-domesticação-cultura material*, especialmente no primeiro artigo dedicado à *Cultura Material*, os autores Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez delimitam conceitualmente e

investem numa arqueologia do termo que intitula o próprio artigo. Essa obra é a norteadora desse balanço.¹⁴

Conforme Bucaille e Pesez, até meados do século XIX, a noção de cultura material não existia; no entanto, os estudos produzidos nesse período deram condições para pensá-la. Para os autores, essas são algumas das produções científicas que contribuíram para a conformação de tal noção foram os estudos de pré-história de Boucher de Perthes, pesquisador que modificou a perspectiva dos olhares em relação aos objetos, antes os de arte de caráter excepcional e estético foram substituídos por objetos ditos comuns e anônimos.

Nessa esteira Bucaille e Pesez, formularam que até esse período a cultura material não havia sido delimitada enquanto objeto do conhecimento, embora a sua utilização, como fontes históricas, nas investigações de tempos remotos em sociedades ágrafas, sem escrita ou onde a escrita havia desaparecido. Os estudos arqueológicos despontam na utilização desse objeto e do termo, no sentido de que, os objetos encontrados nas escavações constituíram um aporte na compreensão das condições materiais de vida daqueles que estavam aquém da história dos grandes heróis. Portanto, a cultura material nesse período estava atrelada a catalogação dos aspectos físicos dos objetos inseridos nos museus.

No entanto, foi a obra de Fernand Braudel, *Civilização Material e capitalismo (século XVI ao XVIII)*, de 1967, que disseminou a história da cultura material entre os estudiosos da Europa Ocidental. Dentro da sua compreensão, Braudel, inseriu na noção que vinha sendo construída sob a cultura material e as estruturas materiais, apreendidas na longa duração.¹⁵

O estudo de uma sociedade que tem como abordagem a cultura material, quando realizado no sentido de pôr em diálogo documentos provenientes da arqueologia, trazendo à compreensão a percepção palpável, enquanto documentos escritos e iconográficos têm como característica a descrição, estando impregnados de elementos simbólicos. Contudo, é uma incumbência metodológica difícil, pois geralmente temos acesso a uma dessas tipologias.

Uma questão de bastante relevância diz respeito à noção de *cultura material*, já que em seus estudos Braudel teve preferência pelo termo *civilização material*. No entanto, *civilização* estava carregada de sentidos que contrastavam e hierarquizavam culturas entre

¹⁴ BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. “Cultura Material” In: **Enciclopédia EINAUDI**. 16. Homo – Domesticação – Cultura Material. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

¹⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII: Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível**. V. I. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.254.

civilizados e bárbaros. A expressão *cultura*, em larga escala utilizada pela Antropologia, possui uma noção ampla e plural, disseminada por muitas línguas em diversas sociedades.¹⁶

De forma geral, a História da Cultura Material é fortemente marcada pela necessidade de analisar as coletividades, tendo em vista, as individualidades contrapostas inseridas nos grupos, classes, castas, entre outras. Bem como, analisar as produções, podendo ser elas, industriais, artesanais, extrativas, agrícolas. E por último, o distanciamento dos ditos *grandes eventos* tendo a predileção pela análise dos hábitos e tradições da cultura realizada cotidianamente, o que não significa a avaliação de fatos menores ou de micro eventos, mas de acontecimentos que se realizam e tendem a repetir no cotidiano, assim como nos mundos do trabalho, da casa, da família.

É ao longo de pequenos incidentes, de relatos de viagem que uma sociedade se revela. A maneira de comer, de vestir, de morar, para os diversos estratos, nunca é indiferente. E esses instantâneos afirmam também, de uma sociedade para outra, contrastes e disparidades nem todos superficiais. É um jogo divertido, que creio não ser fútil, o de compor estas imagens.¹⁷

A noção de *cotidiano*, em grande parte vinculada à História da Cultura Material, mas para alguns historiadores merece atenção, já que, conforme Jacques Le Goff, o cotidiano por muito tempo estava associado a uma *história pequena* ou mesmo com caráter exótico.¹⁸

A quantificação e serialização dos documentos realizados pela História Demográfica contribuíram de forma direta para os estudos históricos do cotidiano, tendo como metodologia a pesquisa em arquivos eclesiásticos e das séries que mapeavam e traçavam um perfil da população.¹⁹

O estudo realizado por Giovanni Levi em *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* é importante na medida em que relaciona a materialidade à dimensão social e o material só existe porque, no âmbito do simbólico, das significações, o mesmo também está presente. A Cultura Material constitui não apenas a vida material e econômica dos sujeitos, ela nos faz imaginar a significação social do ato de possuir

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII**: Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível. V. I. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 78-88.

¹⁷ Idem. *Ibidem*, p. 17.

¹⁸ Conforme Le Goff, uma corrente tradicional da arqueologia passou a categorizar os objetos da vida cotidiana, encontrados em escavações de casas e aldeias, em detrimento de objetos e monumentos de igrejas, palácios, obras de arte. In: LE GOFF, Jacques. “A história do cotidiano”. In: DUBY, George (*et alii*). **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1986, p. 73-82.

¹⁹ Cf. FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia História”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

determinados bens. Sendo a materialidade uma construção muito específica do recorte espaço/temporal em estudo.²⁰

Atualmente, um dos grandes estudiosos da História da Cultura Material é o francês, Daniel Roche, que tem como referência *História das Coisas Banais: nascimento do consumo, séc. XVII-XIX*. Nessa obra, o historiador analisa a vida da/em sociedade na passagem da tradicional à sociedade moderna, problematizando e historicizando as mudanças nas relações tecidas entre homens com objetos, não se restringe apenas a dimensão material, mas as mudanças das condições da vida, a criação de necessidades, cada vez mais acelerada, produz grandes fissuras nos modos de viver.²¹

A história da cultura material no Brasil

Os estudos sobre Cultura Material no Brasil vêm ganhando espaço entre os objetos estudados pelos historiadores após a década de 1980, até então era uma temática explorada pela Arqueologia.

Um periódico que recorta esse tema é o *Anais do Museu Paulista*, e em 1993, com a direção de Ulpiano T. Bezerra de Menezes, adquiriu uma nova formatação, com o subtítulo *História e Cultura Material*. O conjunto de artigos selecionados que integram esse periódico provem de áreas além da história, a arquitetura, a arqueologia, as artes, a linguística, a literatura, a museologia, entre outros. O estudo sobre a história da escravidão no Brasil foi uma temática que deliberou possibilidades de conhecer materialmente o universo de senhores e escravos.

Entre os temas mais estudados da história da cultura material está o pertinente às estruturas arquitetônicas no Brasil, em geral a partir do século XIX. Destaca-se a tese de livre-docência do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, um clássico, que tece diálogos entre a organização espacial e arquitetônica com as práticas sociais e as relações políticas.²²

²⁰ LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²¹ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (século XVII-XIX). Lisboa: Teorema, 1997.

²² REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

Não obstante, no Ceará, ressaltam-se os pioneiros estudos arquitetônicos realizados pelo professor e arquiteto Liberal de Castro (UFC), que em inúmeras produções investiga o espaço urbanístico e arquitetônico do Ceará.²³

Nessa esteira, cita-se a tese do professor e arquiteto Clóvis Ramiro Jucá Neto, *Primórdios da urbanização no Ceará*, onde estuda os processos de expansão territorial concomitante à criação das vilas, sob a égide de ocupar os sertões, bem como a formação e organização urbana cearense que obedeciam a legislação real portuguesa reproduzindo o modelo arquitetônico e cartográfico.²⁴

Em *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Fernando Novais, nos volumes sobre Colônia e Império, são discutidas questões referentes ao universo material, mesmo que não delimitam de forma incisiva a cultura material de uma época.²⁵

Entre os primeiros estudos que pensavam a vida material; versando sobre as moradias, as vestimentas, o mobiliário e os elementos da natureza; é possível citar: Capistrano de Abreu, em *Capítulos da História Colonial* (1907); Alcântara Machado, em *Vida e Morte do bandeirante* (1929); Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936), e Sérgio Buarque, em *Caminhos e Fronteiras* (1957)²⁶.

Capistrano de Abreu interessa-se por desvelar, através da materialidade, como a vida sertaneja se realizava.

Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais revolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourão por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo de farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos,

²³ Ver: CASTRO, José Liberal. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973; Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará. In: **História Geral da Arte no Brasil**, vol. 1, organizado por Walter Zanini, São Paulo: Instituto Walther Moreira Sales, 1983; **Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro**. 4ª edição, Fortaleza: SR/IPHAN, 2002.

²⁴ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da urbanização do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste, 2012.

²⁵ Cf. NOVAES, Fernando (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997; NOVAES, Fernando (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

²⁶ ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)** [primeira edição: 1907], Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998; MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972; FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 31ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996; FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. (1ª. ed. 1957) 3ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância.²⁷

Através do estudo das moradias é possível compreender as relações socioculturais, nessas que possuíam como configuração uma unidade produtiva, adjetivado como lugar de moradia, de trabalho, onde eram tecidas relações familiares e de sociabilidade.

O estudo das moradias, e dos bens que a compunham pensando os enredos familiares e sociais que as circundavam também foi objeto de estudo de Gilberto Freyre.

Enquanto a casa do sítio – a chácara, como se diz na Bahia para o sul – marcou a transição do tipo rural de habitações nobres, para o urbano, três tipos distintos de casa e um só verdadeiro: a casa patriarcal brasileira com senzala, oratório, camarinha, cozinha que nem as de conventos como o de Alcobaça, chiqueiro, cocheira, estrebaria, horta, jardim. As casas de engenho e de sítio dando a frente para estradas quase intransitáveis; outras para os rios; os sobrados, para ruas sujas, ladeiras imundas, por onde quase só passavam a pé negros de ganho, moleques e empinarem seus papagaios, mulheres públicas. Meninos de sobrado que brincassem na rua corria o risco de degradar-se em moleques; iaiá que saísse sozinha de casa, rua afora, ficava suspeita de mulher pública.²⁸

Com os indícios materiais é possível entender a organização social de um espaço e as conjunturas históricas da Bahia, para o caso dos estudos de Freyre.

Sérgio Buarque de Holanda e Alcântara Machado reveem as interpretações sobre os bandeirantes, recorrente temática paulista, e redirecionam o foco de seus estudos dos heróis, dos grandes feitos, para sujeitos anônimos, gente comum, sobre suas crenças, seu vestuário, suas casas e suas ações diante da morte.

Em 1957, com a publicação de *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque desenvolve, em sua obra, temáticas até então pouco estudadas relacionadas à vida material, quando analisou os usos e significações atribuídas aos calçados, as redes de dormir, os meios de transporte, os hábitos alimentares, os caminhos percorridos pelos bandeirantes, além das relações de trabalho, essas ligadas ao comércio e às indústrias caseiras.²⁹

Ao refletir sobre a estrutura da sociedade no Brasil, enquanto Freyre salientou a presença africana, Sérgio Buarque enfatizou a presença *indígena* na construção de identidade do povo brasileiro.

²⁷ ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)** [primeira edição: 1907], Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 129.

²⁸ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 152.

²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. (1ª. ed. 1957) 3ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Outro profundo conhecedor da vida material de diferentes regiões do Brasil, em especial, as relações alimentares, foi Camara Cascudo, que inventariou os hábitos e as práticas alimentares dos brasileiros, desde a colonização ao século XIX, dando ênfase à busca pela origem de alguns aspectos culturais, que se dava por meio de fontes variadas: registros de viajantes, crônicas, livros de culinária, tradições orais, entre outros. Para o estudo sobre alimentação no Brasil, Camara Cascudo é uma importante referência desse campo.³⁰

Alcântara Machado, já em 1929, realiza um estudo que constitui uma temática bastante original e atual; no qual, buscava compreender, através da consideração sobre os espólios das posses daqueles muitas vezes despossuídos, a dinâmica cotidiana da vida social.

Na primeira metade da centúria (do século XVII) três acervos se registram superiores a um conto de réis (...). Já na segunda metade o número dos espólios acima de um conto sobe para a dezessete. Mas é nas vizinhanças do século XVIII que a riqueza se manifesta (...). Dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança. Cinco por cento.³¹

O estudo de Alcântara Machado utilizou um expressivo conjunto documental, inventários *post-mortem* e testamentos, que até então eram analisados de forma pontual e exemplificador na composição dos bens de grandes senhores, passam a serem importantes instrumentos analíticos no conhecimento da materialidade daqueles com menor expressividade econômica.

O sociólogo Gilberto Freyre, por sua vez, dirigiu atenção e cuidado na interpretação de habitações e de seus recheios, na qual intitula duas de suas obras: *Casa-grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, constituem importantes exercícios de interpretação da estrutura das hierarquias sociais que sedimentavam as casas.

Entre os aspectos observados por Gilberto Freyre, destacam-se as relações tecidas entre a família e a cultura material. De acordo com Freyre, a família era um aporte para compreender a dinâmica social e econômica (enriquecimento/empobrecimento – poder – prestígio).³² A família estava inserida num espaço físico de domesticidade permeado pelas relações de trabalho, de poder econômico, político e social, a religião.

³⁰ CASCUDO, Luís da Camara. **História da Alimentação no Brasil**. (1ª. ed. 1967/68, Companhia Editora Nacional) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

³¹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1980, p. 41.

³² FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: as Origens da Família Patriarcal Brasileira**. (1ª. ed. 1933) 25ª. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

Os aspectos da vida material doméstica caracterizada pela Casa Grande são constituídos pela presença de móveis, utensílios, equipamentos de trabalho, vestuário, hábitos alimentares e higiênicos. Mas além da materialidade, Gilberto Freyre investigou as interações e os trânsitos realizados pelas pessoas (africanos e portugueses/europeus) e pelas práticas culturais entre a casa grande e a senzala, visualizados através da língua, da culinária, da sexualidade e da afetividade.

Conforme a historiadora Laura de Mello e Souza, esses autores têm uma perspectiva comum na forma de pensar os fenômenos de caráter cultural e as questões ligadas à vida material, quando ainda a historiografia dedicava pouca atenção aos estudos da Cultura material, situação que destoou nos anos de 1980.³³

Não obstante, as obras de Capistrano de Abreu, Alcântara Machado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Camara Cascudo serem anteriores aos anos de 1960, o conhecimento sobre as condições da reprodução da vida material de homens, mulheres e crianças coloniais ainda são limitados. Não tiveram precursores que dessem prosseguimento a suas interpretações.

A partir de 1980, temáticas relacionadas à Cultura material foram retomadas pela historiografia que vivia um momento de forte mobilização política e a retomada das massas como sujeito(s) histórico(s). Nesse período as pesquisas no cenário nacional possuíam um forte viés quantitativo, pensando principalmente a organização familiar brasileira e a transição do trabalho escravo para o livre.

Estudos que versam acerca do universo familiar, também estabelecem perspectivas analíticas com as dimensões do cotidiano, da Cultura Material, entre outras, bem como os estudos das historiadoras Antônia da Silva Mota e Temis Gomes Parente.

Em *Cotidiano e cultura material nos espólios familiares da Capitania do Maranhão, século XVIII e XIX*, Antônia da Silva Mota, por meio da análise dos inventários *post-mortem* de moradores que viveram nessa região, centra seus estudos na possibilidade de conhecer o cotidiano dessas famílias, suas ocupações, adentrar em suas casas, compreender os segmentos sociais e os sujeitos. Entre outras questões anunciadas, destaca-se o estudo dos objetos inventariados nas grandes unidades produtivas rurais, consta-se a precariedade das relações e das técnicas agrícolas, a exemplo de objetos de produção, os machados e serras para domar a vegetação nativa e preparar o terreno, enxadas e foices de abater e capinar, ferros de cova para o cultivo de gêneros e engenhos de descaroçar algodão, teares de ensacar e

³³ SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

balanças, já para a sustentação havia a roda de ralar mandioca e o forno de cobre, caldeirões de ferro, tachos de cobre e carros e juntas de boi, a canoa para transporte de mercadorias.³⁴

Na linha, Temis Gomes Parente, em *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX*, problematizou a relação entre os discursos e as práticas das mulheres no século XIX em Goiás, analisando as táticas criativas relacionadas ao lugar social, tendo como abordagem a história do cotidiano. A historiadora busca materializar outras imagens da vida econômica e social (relações de família e gênero), pensando que é na dimensão cotidiana marcada por micro atitudes, cenas efêmeras e pontuais, que se compõem os fios do tecido social. Os indivíduos criam relações à base de sua própria experiência, da sua própria possibilidade e ação. No estudo sobre o cotidiano das mulheres é possível os mecanismos de dominação masculina, movimento de mão-dupla entre o mundo privado-familiar e a esfera pública.³⁵

A tese de Cláudia Eliane Martinez é bastante significativa nesse estudo, já que ela elabora um arcabouço teórico para compreender o sentido que analisamos os artefatos e objetos.

O artefato (seja ele uma cadeira do século XIX, um oratório ou uma roda de fiar algodão do mesmo período) não deve ser analisado considerando apenas o seu conteúdo funcional, morfológico e performático. Caso o historiador procedesse dessa forma seria seduzido pela armadilha da reificação, enfatizando apenas a sua materialidade. Assim procedendo, o “sophá”, a “namoradeira” ou os lenços adamascados, entre tantos outros exemplos encontrados nos inventários *post-mortem*, seriam interpretados apenas enquanto um objeto pertencente à sua categoria estética e não como um artefato que pode dialogar com o seu tempo, com o local onde foi confeccionado e com o público para o qual foi produzido e destinado.³⁶

Os artefatos são produções humanas (homens, mulheres e crianças) temporais e próprios de uma espacialidade. E para esse estudo o objetivo é ir além da condição material e atingir o vivido, a experiência social.

A família é um eixo central nessas dinâmicas, pois era ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo.³⁷ Não obstante, a História da Família não pode ser desprezada nesses estudos, tendo em vista a produção de aportes teóricos que contribuem para

³⁴ MOTA, Antônia da Silva. Cotidiano e Cultura Material dos séculos XVIII – XIX. In: **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 5, número especial, junho 2007.

³⁵ PARENTE, Temis Gomes. **O AVESSE DO SILÊNCIO** – vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005. 165 p.

³⁶ MARTINEZ, Cláudia Eliane P. **Cinzas do passado: riqueza e cultura material no vale do Paraopeba/MG: 1840 a 1914**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (História, Tese de doutorado). Orientadora: Dra. Eni de Mesquita Samara.

³⁷ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. Cit., p. 34.

entender as configurações sócio-patrimoniais. Nesse período, a historiografia brasileira retoma a família como objeto, analisando o papel ocupado pelo casamento, concubinato, relações de poder entre os sexos, a transmissão de bens, entre outros.

Segundo Eni de Mesquita Samara, nos anos de 1990 a historiografia apresenta outra perspectiva acerca das investigações sobre a História da Família, na qual se dedica a estudar a organização doméstica e material do núcleo familiar, problematizando os níveis de riqueza e pobreza, transmissão de herança e as conjecturas patrimoniais.³⁸

Estudo como *Ao Sul da História*, de Hebe Maria Mattos de Castro, que versa sobre a forma como se organizavam as tipologias sociais, referentes ao campesinato, caipiras, campesinato marginal, homens livres pobres, ajuda a compreender: O que os aproximavam e o que os diferiam? Esse estudo contribui na medida em que, perscruta as conjunturas nas quais estavam inseridos os “homens livres pobres”, que se encontravam diluídos em diversas categorias sociais, nem sempre facilmente identificáveis com a pobreza (tropeiros, vendeiros, agregados, sitiantes e camaradas). Bem como, as relações entre pobreza e riqueza – pensadas através de uma condição, a de “dependência social” – que existiam entre os homens livres analisados. Tal dependência possuía significados bastante diversos para cada categoria construída.³⁹

Sheila de Castro Faria insere-se numa perspectiva historiográfica de estudo da família na dimensão cotidiana. Em “*A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*”, Sheila de Castro problematiza o dinamismo interno da sociedade colonial, “*traz de volta as pessoas, os indivíduos, a família, os rituais do cotidiano e os mecanismos elementares do viver em comum*”. Busca compreender, sob a ótica da história da família, a dinâmica de áreas em implantação e expansão de atividades econômicas rurais, entendendo que esta é uma situação encontrada em praticamente todas as épocas da história do Brasil, estendendo-se até mesmo aos dias atuais.⁴⁰ Problematiza, ainda, a história da área estudada, Campos dos Goitacazes, que, a partir da década de 1750, passou a atrair homens das mais diversas origens e com posses.

Malgrado a historiadora Sheila de Castro, em *História da Família e Demografia Histórica*, contribui incisivamente nesse estudo com o conceito de família.

³⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. História da Família no Brasil: Bibliografia comentada. In: **Séries Fontes de Pesquisa**. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998.

³⁹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História**: lavradores pobres na crise do trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 107.

⁴⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998, p. 27.

A família é vista enquanto unidade de produção e consumo — household, conceito que abrange os que dormem sob o mesmo teto e comem à mesma mesa — e, metodologicamente, os estudos foram influenciados pela sociologia e antropologia social, sempre numa análise comparativa. São priorizados como os recursos materiais e humanos se tornam acessíveis ao grupo familiar, privilegiando se, portanto, o comportamento econômico de seus membros. Neste sentido, entre os recursos considerados, destacam-se transmissão dos bens (herança), acesso à terra e à mão de obra não familiar e relações econômicas estabelecidas entre seus componentes e com terceiros.⁴¹

Para o caso do Ceará, o historiador Antônio Otaviano Vieira Junior desenvolve em parte da sua tese, *Entre paredes e bacamartes: história da família no Sertão*, a relação entre família e domicílio. O autor situa o papel da família,

(...) num universo onde as relações familiares se consolidavam enquanto elemento fundamental de transmissão, administração e defesa de propriedades, na configuração de estratégias de sobrevivência diante das constantes secas, além de se estabelecer como signo de influências políticas.⁴²

Os objetos e bens materiais catalogados nos inventários *post-mortem* constituem-se em mecanismos que possibilitam compreender a vida material e patrimonial dos sertanejos de Limoeiro, na metade do século XIX, institui uma face distinta à Cultura Material dessa região.

Tendo em vista as problemáticas, as temáticas abordadas, o arcabouço teórico e empírico analisado, estruturou-se a dissertação em três capítulos. O primeiro, **Autos do Sertão de Limoeiro: um estudo da organização espacial, econômica e populacional**, traça um panorama histórico e espacial de Limoeiro, que data do início do século XVII, das instalações das fazendas de criar à constituição da Vila no século XIX, ponderando os aspectos socioeconômicos e espaciais. As ribeiras do Jaguaribe e do Banabuiú são elementos centrais nesse estudo já que elas constituíam fluxos econômicos, vias de comunicações criadas pela pecuária, as quais eram margeadas pelo gado ao adentrar nos sertões. Aqui, destaca-se a interação dos sujeitos com o meio, na medida em que cria conectividades com a realidade social e econômica do período. Neste tópico objetiva-se apresentar o espaço estudado nessa dissertação, o Sertão de Limoeiro. As ribeiras partilham formas de sobreviver e modos de vivência, constituem espaços de disputa pelos denominados nesse estudo como “lugares de água”, constituídos por riachos, córregos e lagoas.

⁴¹ FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 361.

⁴² VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no Sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

Não obstante, como aponta a historiografia, desde meados do século XIX a pecuária já havia perdido parte do vigor econômico, contudo, as terras que constituíam o sertão de Limoeiro eram “terras de criar”, ou seja, a forma de apropriação e técnica ali realizadas lhe atribuíam valor diferente. Bem como, pensar as condições econômicas articuladas aos elementos da natureza, no sentido que atribuía valores aos bens inventariados, em especial a terra. A forma legal de apropriação da terra se dava por meio da concessão de sesmarias, além da posse. À medida que se aprofunda o cruzamento dos inventários *post-mortem* com outras fontes, é possível examinar a organização socioeconômica e populacional de Limoeiro.

O capítulo dois, **Relicário material: configurações patrimoniais de Limoeiro**, é o cerne desse estudo, pois nele concentram-se as análises dos patrimônios familiares, constituídos por imóveis, os utensílios domésticos, ferramentas agrícolas, bens móveis, imóveis e semoventes que levam a compreender o universo material compartilhado por um grupo de indivíduos, em um dado tempo e espaço. O conhecimento dos bens arrolados nos inventários *post-mortem* objetiva compreender os objetos e coisas que caracterizavam uma sociedade. No sentido de compreender a fabricação diária da vida, o que possuíam(?), o que faziam(?), onde habitavam(?). Os inventários *post-mortem* são aportes de dados como a localização das casas no espaço urbano ou rural, a exploração da terra e as relações de produção, tendo em vista os instrumentos de trabalho (enxadas, foices, machados, teares, redes de pesca e engenhos, entre outros), a criação de gado vacum, cavalariço, muar e a criação de caprinos, os instrumentos de “guerra” ou para atividades predatórias (espingardas), a grande contingência de ouro e prata na forma de moeda, peso, joias ou na ornamentação dos santos, que também são objetos recorrentes e valiosos. Tudo isso possibilita traçar perfis plurais na problematização dessas tipologias patrimoniais, desde indivíduos de bastante bonança econômica até famílias em absoluta pobreza.

Os estudos sobre a materialidade constituem uma porta para adentrar o cotidiano dos indivíduos tendo em vista sua pluralidade e sua finalidade social, cultural e econômica, que implica ou não na obtenção de bens. O material não é estanque, não retrata apenas a condição física elaborada em uma determinada época, ele é dinâmico, é uma possibilidade para compreender a organização dos jogos sociais. A análise dos inventários *post-mortem* e registros de terra corroboram a compreensão da vida econômica e social.

O capítulo três, **Processos de partilhamento dos patrimônios familiares na Vila de Limoeiro**, analisa o processo de partilha dos patrimônios inventariados. Processo em

que se explicitam indícios a possibilitarem a compreensão das relações familiares, bem como os papéis sociais ocupados por homens e mulheres que protagonizavam esses embates em Limoeiro. A apreciação da dinâmica sócio patrimonial local, que teve como embasamento os estudos da Cultura Material e dos processos de partilha dos bens, permite pensar a constituição das hierarquias sociais na forma de perfis que compusessem singularidades acerca dos patrimônios familiares, e assim criar categorias que comportem esses indivíduos. A dimensão e a organização dos patrimônios implicam na formatação do sistema econômico familiar, bem como os padrões socioeconômicos configuravam o cotidiano de Limoeiro.

Na análise das partilhas, em diálogo com os registros de casamento, é factível problematizar os processos de enriquecimento e empobrecimento dos indivíduos, constituindo aqui enquanto um elemento de ruptura nesse processo, já que infere em rearranjo dos bens, na forma como foram administrados e organizados. A seca é um fenômeno da natureza, mas também é uma construção social, econômica e política. A abundância ou a escassez de água remete a novos arranjos nos modos de viver. A seca cria uma fratura nas formas como se relacionavam os patrimônios familiares e a conjuntura local, que era caracterizado como um período de ruptura, na qual configura outra lógica nas relações com o patrimônio.

Explorando os inventários *post-mortem*, registros de terra, relatório de presidentes de província, balanços financeiros de envio de recursos financeiros para a Vila de Limoeiro é possível compreender essa nova organização socioeconômica e do mundo do trabalho, vindo a criar verticalmente, uma ruptura com as condições materiais, configurando outras formas de patrimônio.

CAPÍTULO I

AUTOS DOS SERTÕES DE LIMOEIRO: UM ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL, ECONÔMICA E POPULACIONAL.

O estudo das configurações patrimoniais das famílias de Limoeiro nos anos de 1850 a 1884 requer uma análise da organização econômica e espacial para compreender sob quais variantes eram construídas as posses. O trecho abaixo é um relato de *memória escrita*, como denomina o documento, acerca dos costumes dos sertanejos na perspectiva do Sargento-mor João da Silva Feijó, um naturalista, que publicou importantes considerações acerca dos modos de vida realizados no Sertão.⁴³

Vivem estes habitantes pelo commum da caça, da pesca e da pequena cultura da sua mandioca, de algum milho e feijões, juntamente com o que plantão também algodão para se vestirem; e para isto buscão as terras e os lugares alagadiços da beira-mar; comtudo a demanda effectiva do algodão os tem animado à esta plantação, sendo por isso hoje o único gênero de sua comutação: o maior cuidado porem nelles e a criação do gado vacum, objeto que tem sido em outro tempo muito consideravel e lucrativo n'aquella Capitania, pela grande extracção das carnes secas; hoje porem diminuto, porque há conduzido todo o seu gado vivo para Pernambuco, onde a necessidade e circumstancias fazem reputar umas vezes bem, outras muito mal.⁴⁴

De forma breve, esse relato é face dos modos de viver dos sertanejos, que em grande medida dialogam com as formas de vivência no Baixo Jaguaribe, onde as relações cotidianas com o universo material e a natureza, nas suas múltiplas formas, foram construídas em meio às fragilidades econômicas da estrutura agropastoril. Conhecer essa terra e esses homens, sabendo seus nomes e sua representatividade no processo histórico, é uma reconstrução social do vivido, das estratégias familiares, das relações de poder, das faces culturais que constituíam a população local.

⁴³ Sobre o naturalista João da Silva Feijó, ver: OLIVEIRA, Antonio José Alves de. **JOÃO DA SILVA FEIJÓ E OS DILATADOS SERTÕES**: pensamento científico e representações do mundo natural na capitania do Ceará (1799-1816). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, 228p. Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.

⁴⁴ FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a capitania do Ceará, escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das Investigações philosophicas da mesma. In: Revista do Instituto do Ceará. ANNO III, 1889. Anteriormente esta memória tinha sido publicada no Jornal Literário Científico e Mercantil do Rio de Janeiro "O Patriota", nos tomos 1 e 2 de 1814, p. 23.

Na segunda metade do século XIX, a região de Limoeiro passou por faces e fases, no sentido de que se transformou de povoado dependente da Vila de São Bernardo de Russas à Vila autônoma, e nesse entremeio fez-se sede da Freguesia.

Em grande medida, a localização geográfica favoreceu o desenvolvimento econômico das populações, que viviam nas ribeiras do Jaguaribe, uma das principais rotas dos almocreves, sujeitos condutores de mercadorias e animais, em que experiências socioeconômicas foram construídas; assim como também foi palco das lutas travadas contra comunidades indígenas que nelas habitavam. E em meio a esses enlaces que Limoeiro ganha visibilidade na rota das charqueadas.

Ainda no século XVII, em 1627, Frei Vicente de Salvador escreveu *História do Brasil*, e nela faz algumas menções ao Jaguaribe, quando em 1603, a expedição de Pero Coelho passa por ali, com o intuito de expandir a colonização portuguesa em direção ao norte, buscando o Maranhão, expulsando os estrangeiros – principalmente franceses e holandeses –, e impingindo o processo catequizador aos nativos – gentios ou indígenas.

Estes se partiram de Pernambuco o ano de mil seiscentos e sete, no mês de janeiro, com alguns gentios das suas doutrinas, ferramenta, e vestidos com que os ajudou o governador para darem aos bárbaros. Começaram seu caminho por mar, e prosseguiram ao longo da costa 120 léguas para o norte até o rio de Jaguaribe, onde desembarcaram: daí caminharam por terra, e com muito trabalho outras tantas léguas, até os montes de Ibiapana, que será outras tantas aquém do Maranhão, perto dos bárbaros, que buscavam, mas acharam o passo impedido de outros mais bárbaros e cruéis do gentio Tapuia.⁴⁵

Nesse período, a colonização portuguesa estava concentrada no litoral, eram as primeiras investidas para adentrar os sertões. Apesar de espessa a população, em grande medida, a concentração das pessoas, e em especial a dos nativos, estava situada às margens dos rios.

Conforme Ivone Cordeiro Barbosa, o espaço dos sertões do Ceará era onde se realizava o ir e vir, e tem como evidência o atravessar de pessoas, de animais e de coisas.⁴⁶ Mas de que Sertão se fala? Que espaço é esse? A quais imagens, a quais paisagens ele remete? Quais marcas possuem quem o habita? O que o Sertão pronuncia sobre si?

⁴⁵ SALVADOR. Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 297.

⁴⁶ BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX** – Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretária de Cultura e Desporto do Estado, 2000 – (Coleção Outros diálogos), p. 34.

Inicialmente, o termo Sertões é mais adequado nesse estudo, pois à medida que se conhece esse espaço, torna-se mais evidente sua pluralidade, verdadeiro mosaico de particularidades com formas e tons distintos, que constroem diferentes imagens para aqueles que buscam visualizar esse emaranhado formas e sentidos, a fim de desnaturalizá-lo.

(...) sertão é uma palavra que carrega um profundo sentido político, pois apesar de toda a diversidade de referenciais em que se apoia, tem seu significado sempre referido a uma centralidade, que pode parecer geográfica e espacial, mas na verdade é política. (...) Essa perspectiva política também pode ser identificada nos significados que o termo foi assumido a partir da experiência histórica brasileira. Em nossa tradição histórica colonial, o sertão é o lugar do outro, daquele que não participava da racionalidade da colonização.⁴⁷

A noção de Sertão foi construída em meio às tensões e conflitos, e estabelece limites móveis, no sentido de que sua compreensão foi construída em meio à negação e à completude em relação ao litoral. Enquanto o litoral era o lugar do colonizador, logo o espaço do civilizado, o sertão era o lugar do desconhecido, “terra de ninguém”, ou seja, daqueles que estavam aquém do mundo dito *civilizado*.

No século XVIII, o rio Jaguaribe constituía elemento imprescindível na dinâmica econômica, social e populacional do Ceará. Conforme Antônio Bezerra, o “povoamento” da região do Baixo Jaguaribe teve início em 1687, com a vinda do Sargento-mor João de Souza Vasconcelos, derivado do sertão de São Francisco.

(...) dizer sem medo de errar que pelo fim do ano de 1707, o Rio Jaguaribe, até às nascentes, estava conhecido e mais ou menos povoado com alguns sítios ou fazendas, que ocupavam grandes extensões de terreno, não se dando o mesmo com o Rio Salgado, que dispunha ainda de intervalos desaproveitados e sem donatários.⁴⁸

Conforme Rafael Ricart da Silva, o projeto colonizador português ao mesmo tempo em que adensava a entrada de pessoas no sertão, aumentava os conflitos com as comunidades indígenas, já que cada vez mais crescia a rivalidade pela terra.

A conquista do território do Siará grande ocorreu por meio do combate aos indígenas e da concessão das sesmarias para a atividade pastoril como pagamento aos serviços prestados na guerra contra os gentios. Foi nas duas últimas décadas do século XVII e na primeira metade do século XVIII que o processo de doação de

⁴⁷ *Idem. Ibidem*, p. 35.

⁴⁸ BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: Tip. Minerva, 1918, p. 62. *Apud*. GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In. SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989, p. 32.

terras intensificou-se na capitania e quando, também, aconteceram os maiores confrontos na conhecida *guerra dos bárbaros*. A distribuição das sesmarias do Siará grande seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado etc. Feitas as concessões nas margens destes rios, passaram-se às doações nos seus afluentes.⁴⁹ [GRIFO DO AUTOR]

Na região do Vale do Jaguaribe, a *Guerra dos Bárbaros* – que ocorreu nas Capitanias do Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco – deixou suas marcas. A ameaça de expropriação das terras dos nativos pela ação colonizadora portuguesa, que objetivava fazer a demarcação das sesmarias, desencadeou uma série de conflitos. Os nativos organizados em confederação lutaram durante cinquenta anos (1680- 1730).⁵⁰

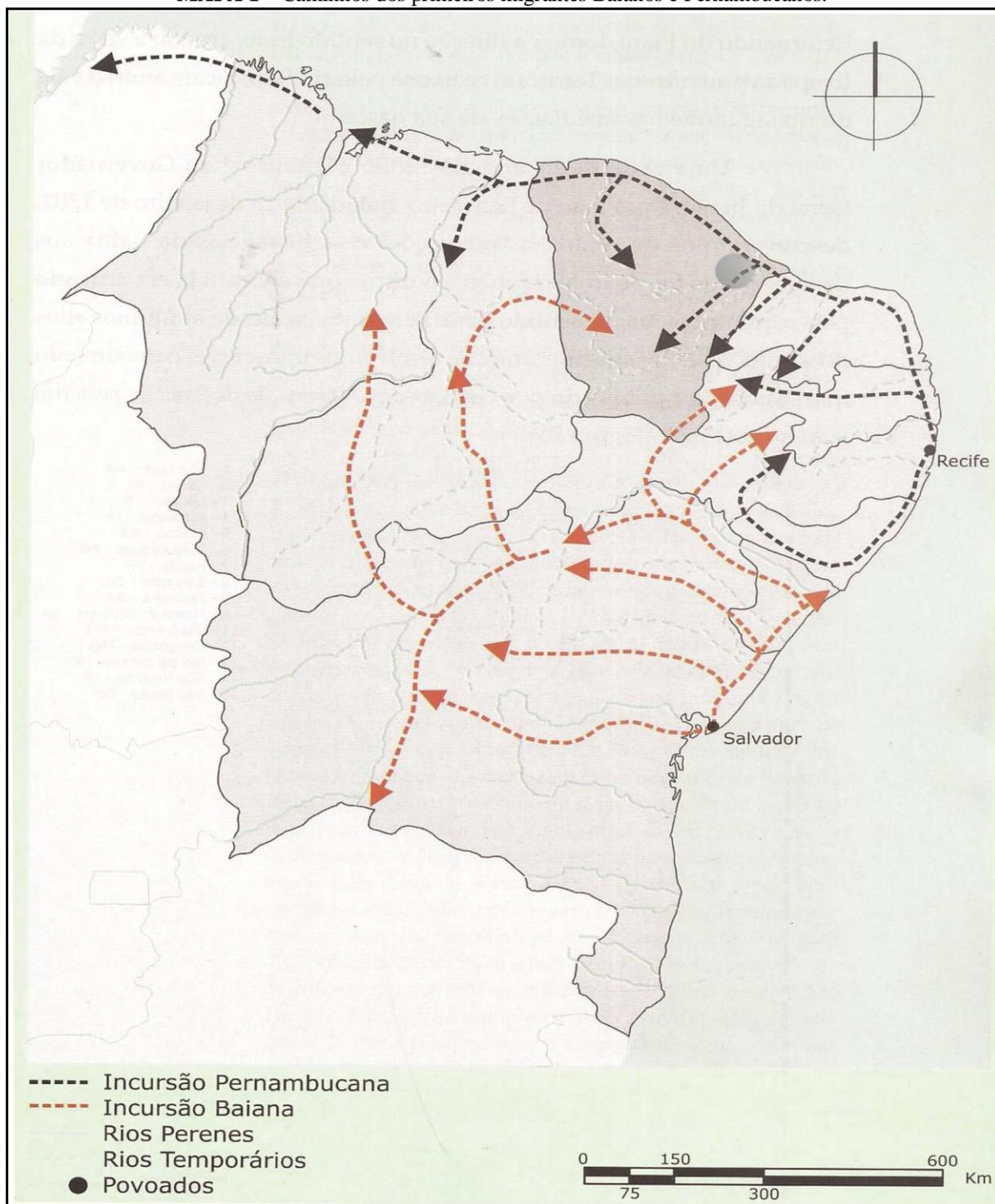
Conforme Capistrano de Abreu, em grande medida, os conflitos entre nativos e portugueses se deram pela entrada do branco nas terras dos nativos, com o interesse latente pelas ribeiras para a criação do gado.⁵¹ Esses combates retardaram a colonização portuguesa da ribeira do Jaguaribe, denominada pelo autor, como sertão de dentro. Contudo, havia outros caminhos. Além do citado, havia o que se dava pelo sertão de fora.

⁴⁹ SILVA, Rafael Ricart da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça [manuscrito]**: terra, família e poder (século XVIII). Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 55.

⁵⁰ Ver: PINHEIRO, Francisco José. **Mundos em confrontos**: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, Simone (Org). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000; XAVIER, Maico Oliveira. **Cabocullos são os brancos**: dinâmicas das relações sócio culturais dos índios do termo da Villa Viçosa Real-Século XIX. Dissertação- Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2010.

⁵¹ A luta dos nativos – comunidades indígenas – pela terra está inserida num princípio de ancestralidade, um sentimento de pertencimento a terra, e uma percepção da natureza como espaço do sagrado. Ver. ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamento e dimensões identitárias**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2002; XAVIER, Maico Oliveira. **Cabocullos são os brancos**: dinâmicas das relações sócio culturais dos índios do termo da Villa Viçosa Real-Século XIX. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2010; FUNES, Eurípedes. **Nasci nas matas nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do Baixo amazonas. São Paulo: USP, Tese de doutorado, 1995.

MAPA 1 – Caminhos dos primeiros migrantes Baianos e Pernambucanos.



JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Banco do Nordeste, ISBN: 9788572824774, 2012, p. 239.

A difusão da pecuária pelos sertões cearenses se deu por duas vias: a baiana (denominada sertão de dentro, que atingiu o Cariri e seguiu até o Piauí) e a pernambucana

(pelo sertão de fora, que passou pela ribeira do Jaguaribe, pela Paraíba e pelo Rio Grande); essas vias denotam aspectos de mobilidade nesse espaço.⁵²

No ano de 1839, o naturalista escocês George Gardner visita as fazendas que compunham o Vale do Jaguaribe provindo de Pernambuco. Nessas viagens, produziu relatos acerca da estrutura física e social das regiões visitadas, que deu forma à *Viagem ao Interior do Brasil*. Na sua passagem pela região do Baixo Jaguaribe, Gardner narra o espaço natural do Rio e dos homens. Gardner descreve nesse trecho alguns aspectos físicos do rio Jaguaribe – roteiro das boiadas –, e da vegetação, a Carnaúba – presente na materialidade das casas, das cercas, dos objetos. Apesar de Gardner ter como referência Aracati, os elementos naturais descritos além de fazerem parte da composição da paisagem e do espaço geográfico que cercava o Rio Jaguaribe, não obstante, estavam inseridos nas dinâmicas do mundo econômico e social de Limoeiro.

O rio junto o qual fica Aracati chama-se Jaguaribe e tem cerca de uma milha de largura e um pouco acima da barra por longa extensão a margem ocidental é relativamente alta, mas a oriental é baixa em todo o curso até a cidade. A parte inferior da margem oeste é um tanto densamente coberta de árvores pequenas, mas os arbustos do mangue são também numerosos em ambas as margens. Léguas e meia abaixo da cidade, surge grande quantidade de palmeiras de carnaúba (*Corypha Cerfera*, Mart.). Esta palmeira, da qual atravessei depois imensas florestas, alcança a altura de vinte a quarenta pés e, além de ser a mais abundante, é também uma das mais belas entre as de igual tamanho. Os troncos das mais novas são em geral inteiramente cobertos de folhas; mas à medida que as árvores envelhecem, as folhas inferiores caem, deixando apenas no alto um tufo que se dispõe em perfeita esfera. As folhas têm forma de leque e em nada diferem de vassouras, da Europa Meridional. A cidade de Aracati ergue-se na margem leste do rio e consiste quase só de uma rua longa e larga. (...) A população conta cerca de cinco mil almas, gente paupérrima na maioria.⁵³

Para o caso de Limoeiro, o Rio Jaguaribe, bem como o Rio Banabuiú, além de constituírem elementos naturais, são também sociais, tendo em vista, embasarem as atividades econômicas, as fronteiras e delimitações geográficas, as condições para sobrevivência, habitação, sociabilidade, entre outras.

O Jaguaribe e o Banabuiú são rios perenes, contudo, os fluxos não eram somente de água, mas de vida por onde passava. Nesse curso, as boiadas que vinham das praças comerciais de Pernambuco até o Porto de Aracati, percorrendo os povoados como Icó e São Bernardo das Russas, destacam-se como entrepostos das boiadas.

⁵² ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)** [primeira edição: 1907]. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 129-130.

⁵³ GARDNER, G. **Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.81.

No ano de 1859, a Comissão Científica veio ao Ceará seguindo ordens do Imperador, liderada pelo botânico Francisco Freire Alemão, também fazia parte da comissão, Raja Gabaglia e o desenhista Reis Carvalho. Tendo o intuito de catalogar espécies de animais e vegetais, conhecer os aspectos geográficos, comprovar a existência de riquezas minerais, conhecer a realidade gerada pelas secas, enfim, construir um conhecimento mais “elaborado” sobre a Província do Ceará. Nos relatos que compõem seu diário pessoal, o botânico Freire Alemão deixou suas impressões sobre os espaços percorridos. A experiência no sertão saltava dos olhos ao papel. A expedição partiu de Fortaleza passando por Messejana, Aquiraz, Cascavel e Aracati e daí pelas ribeiras do Jaguaribe, em direção aos sertões, e nesse percurso atravessou os Sertões de Limoeiro.

Situado no Baixo Jaguaribe, Limoeiro fazia parte da Vila de São Bernardo das Russas, mas a partir da década de 1860 Limoeiro ganhou autonomia, primeiro como Freguesia e em seguida como Vila, sendo esta constituída por Limoeiro, Tabuleiro, São João do Jaguaribe e parte de Morada Nova.⁵⁴

A passagem da comissão científica pelo Vale do Jaguaribe, rumo ao Cariri, no sul da Província, foi marcada pela penetração nos sertões num período invernos, o que causava certo espanto aos pesquisadores que procuravam constantemente indícios sobre a famigerada seca, e em especial a de 1842.⁵⁵

No percurso de Aracati a Limoeiro, a comissão, que prosseguia beirando o rio Jaguaribe, observa as atividades realizadas por moradores de algumas palhoças que habitavam as ribeiras, com pesca, agricultura de várzea, em especial nos períodos de vazantes do rio, áreas densamente ocupadas por carnaubais. Conforme Tomás Pompeu Brasil,

As bacias dos rios são geralmente formadas por vazeas mais ou menos extensas, e às vezes imensas como as do Jaguaribe. Constam ellas de terrenos argilo-arenosos que durante as chuvas se desfazem em lama sem consistencia; mas durante a secca consolidam-se e reduzem-se a uma massa compacta e dura que greta larga e profundamente pela acção combinada do sol e dos ventos. Poucos vegetais accommodam em um sólo tão compacto no verão e tão húmido no inverno; a arvore que domina nelle é a carnaúba, cujas raízes mui numerosas e fixas rompem o terreno para se espalhar com profusão a grande distancia. Em algumas partes as há em tal

⁵⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p.75.

⁵⁵ Sobre a Comissão Científica no Ceará, ver: SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado**: a Comissão Científica de 1859 / Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p.134. Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos; PORTO ALEGRE, M. Sylvania. **Comissão das Borboletas**: A ciência do império entre o Ceará e a Corte (1856-1867). Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2003; OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Ceará na Exposição de Chicago** (1893): ciência e técnica. Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará. Fortaleza, v. 1, 2005; PAIVA, Melquíades Pinto. **Os naturalistas e o Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

quantidade que cobrem a superfície de terra a grande distancia fazendo mattas impenetráveis.⁵⁶

IMAGEM 01 – Pesca de piranhas em Russas Quixó, em 18 de setembro de 1859. Aquarela pintada por Reis Carvalho.



FONTE: SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado:** a Comissão Científica de 1859. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p.134. Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

Nas andanças pelos sertões de Limoeiro, Freire Alemão descreve o que vê e o que ouve. Em possíveis diálogos tecidos com os moradores, o naturalista tem sua atenção direcionada para o carnaubal e para *lagoas que nunca secam*.

Nessa esteira, Gilberto Freyre em seu estudo *Nordeste*, mesmo situando a sua análise no sertão pernambucano, atenta para a relação em torno da dimensão social da água, seja pela fartura ou pela escassez, ultrapassa fronteiras e foi/é vivenciada pelos sertões cearenses, paraibanos, potiguares, entre outros.

A confiança dos homens nesses rios não se pode dizer que fosse traída. A não ser por alguma seca terrível ou por alguma cheia extraordinária, uma ou outra vez; e pelas “febres das ribeiras” ou por doenças trazidas da África pelos escravos, numa vingança contra os seus senhores, nem sempre maus.⁵⁷

⁵⁶ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. *Fac.-Sim*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 137.

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 60.

A confiança dos homens nos rios é a esperança de sobrevivência. A água assume imagens multifacetadas, quando em abundância remete à renovação da vida, é uma dádiva da natureza ao homem, no sentido de que possibilita o estabelecimento deste em suas ribeiras, o crescimento da vegetação, a criação de animais e a pesca. Já as imagens de escassez fazem referência à morte, dando um fim, pois as plantas secam, os animais desaparecem e homens e mulheres tem sua cotidianidade movimentada.

Para entender a vida social construída no Sertão é necessário desvencilhar-se das noções ainda fortemente amarradas nas percepções de atraso e compreendê-la como *“memória social e enquanto tal, expressões de valores construídos na experiência histórica, a partir de determinados lugares sociais”*⁵⁸.

Diferentemente do mar, os rios e as lagoas emaranham-se no Sertão, tendo como limiar fronteiro as ribeiras que dividiam dois mundos, duas compreensões distintas que adjetivam as experiências dos sujeitos e o espaço no qual a vida se reinventava cotidianamente.

As ribeiras do Jaguaribe e do Banabuiú são elementos centrais nesse estudo já que elas constituíam fluxos econômicos, vias de comunicação criadas pela pecuária, percursos feitos pelos comboieiros que adentravam os sertões. Para esse estudo, é essencial problematizar a interação dos sujeitos com o meio, na medida em que cria conectividades com a realidade social e econômica do período, já que foi o rio Jaguaribe que colocou Limoeiro na rota econômica do Ceará, constituindo um caminho natural.⁵⁹

O naturalista francês Paul Walle, em 1920, expôs aspectos do Rio Jaguaribe desde sua localização, seu curso, à impossibilidade da navegação, entre outros.

A região é irrigada (no inverno) por um grande número de cursos de água que, no noroeste, escoam diretamente no mar, mas nenhum deles se presta à navegação. Dentre essa multidão de rios, melhor dito, de torrentes, que só um verão às vezes consegue secar, importa assinalar o Jaguaribe, principal rio do Estado, cujo percurso é pelo menos de 650 quilômetros. (...) Após atravessar belas pastagens, no seu caminho para o norte, ele se lança no oceano, por meio de um estuário de grandes proporções, a que a maré confere um caráter majestoso.⁶⁰

⁵⁸ BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão**: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX – Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretária de Cultura e Desporto do Estado, 2000 – (Coleção Outros diálogos), p. 37.

⁵⁹ Sobre os caminhos naturais construídos com a pecuária, ver: STUDART FILHO, Carlos. Vias de Comunicação do Ceará colonial. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo LI, Fortaleza, 1937.

⁶⁰ WALLE, Paul. **No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006 (1920), p. 220-221.

Contudo, o naturalista não considerou o título atribuído ao Jaguaribe como o “maior rio seco do mundo”, que em períodos de seca os braços d’água chegavam a desaparecer. O Jaguaribe é constituído pela junção dos rios Trici e Carrapateiras em São João do Príncipe, no atual município de Tauá.

Conforme salienta Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em 1862, o Jaguaribe adentra os sertões, modifica e se entrelaça à paisagem – um mensageiro das águas.

Deste ponto derige-se com grande desvio para noroeste, passando pelas povoações de Boa-Vista, Jaguaribe-mirim, Santa Rosa, abaixo da qual recebe à esquerda o riacho de *Sangue*, e à direita o *Figueredo*, vai a S. João formando abaixo uma ilha que se acha o município de Taboleiro d’Areira; mais abaixo divide-se em dous braços iguaes, mandando o direito, o *Corrego d’Areia*, para formar a ilha de Limoeiro, de 5 leguas de comprimento sobre 2 a 3 de largura; o braço esquerdo passa pela povoação do Limoeiro e abaixo recebe pela margem esquerda o rio Banabuiú; e três léguas mais além abre outros dous braços que formam a ilha de Russas; o braço direito forma uma semicircumferencia, reúne o *Quinqueré* (continuação do Corrego d’Areia); o braço esquerdo, menor, chamado rio de *Russas*, forma a corda do arco descripto pelo rio, banha a cidade de S. Bernardo Russas, e 7 leguas abaixo reúne-se ao leito principal do Jaguaribe (o braço direito) que nessa volta passa pela Catinga de Goes e Giqui; d’qui desce à cidade do Aracaty, e 3 leguas adiante lança-se no oceano por 4.º 25’ de lat. meridional e 5.º 52’ de long. oriental do meridiano do Rio, segundo a carta do coronel Conrado.⁶¹

A cartografia hidrográfica é uma das faces na composição espacial dos sertões. Os rios Jaguaribe e Banabuiú organizam espacialmente Limoeiro, à medida que restringem, esquadriham, condicionam as linhas, entortam as formas e atribuem uma configuração própria aos espaços. Bem como são responsáveis em grande medida pela vida material dos sertanejos, pois é a natureza – terra, água, animais – a detentora dos principais recursos para a reprodução de casas, móveis, objetos, entre tantos.

⁶¹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. *Fac. Sim.* Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 27 e 28.

acesso à água. Contudo, a posse desse bem natural gerava disputas e dependências dos que não tinham acesso nem a terra e nem à água.

De acordo com Kênia Rios, as relações sociais tecidas nos sertões pelo acesso à água configuravam disputas pelo poder. Para a historiadora, “*quem tem o poder não é somente o dono da terra, mas o dono da água*”⁶². Não obstante, a propriedade que tivesse reservatórios de água, lugares aguados, constituía-se num mecanismo de dominação e dependência daqueles desfavorecidos desses recursos.

Conforme Rones Duarte, no seu estudo dissertativo, sobre a terra e a dimensão da natureza vinculada à economia agropastoril, em Soure, atual Caucaia, a água funcionava muitas vezes como moeda de troca, pois “*em muitos casos, uma parte da colheita era trocada por água, em outros, o detentor desse recurso permitia o acesso a determinadas pessoas, geralmente eleitores aos lagos e rios que estivessem dentro de sua propriedade*”⁶³.

Em princípios do século XVIII, mais especificamente no ano de 1721, Gabriel Barreto Xavier, pede a concessão das terras próximas ao Riacho Jatobá, argumentado que o havia “descoberto” e “*está em sua posse, a onze anos, de um olho d’água e o riacho*”⁶⁴.

No ano de 1748, Antônio Ferreira Fróis e Pedro de Sousa Barbalho requereram terra na Ribeira do Banabuiú, na região denominada Jenipapeiro. Contudo, o que nos chama a atenção é a observação do documento de sesmaria no qual constava que essas terras haviam sido “descobertas” no riacho do João Alves que deságua no Banabuiú. Ou seja, a água era um bem natural e, nesses casos, já adquirira caráter privado.⁶⁵

Em meados do século XVIII, Joaquim Ferreira da Silva no pedido de concessão de terras nas Ribeiras do Banabuiú, a sua localização foi demarcada pelo curso do Riacho Desterro.⁶⁶ Não obstante, no ano de 1789, José Rodrigues da Silva, já sendo proprietário dos lugares Almas e Tocaia, requer as ilhargas, denominadas como Lagoa do Mato, na Ribeira do Riacho do Sangue, que deságua no Banabuiú.⁶⁷ A nomenclatura é uma atribuição de sentidos.

⁶² RIOS, Kênia Sousa. Por água abaixo. p. 2. Mimeografado. *Apud* DUARTE, Rones da Mota. **Natureza, terra e economia agropastoril – Soure (CE): 1798-1860.** Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012, p.79.

⁶³ DUARTE, Rones da Mota. **Natureza, terra e economia agropastoril – Soure (CE): 1798-1860.** Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012, p.80.

⁶⁴ (APEC) Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias. - CARTA DE SESMARIA - Gabriel Barreto Xavier – Data de Sesmaria: 8-2-1721, Vol 6º, Nº 482.

⁶⁵ (APEC) Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias. - CARTA DE SESMARIA - Antônio Ferreira Fróis e Pedro de Sousa Barbalho – Data de Sesmaria: 28-11-1748, Vol 7º, Nº 533.

⁶⁶ (APEC) Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias. - CARTA DE SESMARIA - Joaquim Ferreira da Silva – Data de Sesmaria: 5-1-1750, Vol 7º, Nº 540.

⁶⁷ (APEC) Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias. - CARTA DE SESMARIA – José Rodrigues da Silva – Data de Sesmaria: 14-2-1789, Vol 8º, Nº 616.

Almas, Tocaia e Riacho do Sangue são denominações comunidades habitadas por nativos (“índios”) que exprimem além da tessitura social as relações de tensões nesse espaço.⁶⁸

Destarte, as formas com que os sertanejos compreendem a sua realidade social é construída pelas relações vivenciadas pelas secas e pelas cheias que organizam uma mentalidade, e a partir dessas experiências de bonança e carência foram atribuídas denominações para os espaços – fazendas, sítios e comunidades: Sítio Água Suja, Sítio Água Limpa, Sítio Lagoa Cumprida, Sítio Ilha, Sítio Lagoa Tapada, Sítio Poço Cumprido, Sítio Lagoa Funda e Sítio Cacimba. A água, além das relações econômicas, das disputas políticas e sociais, compõe a paisagem e denomina aspectos identitários aos espaços.

1.1- LABIRINTO DAS ÁGUAS: usos socioeconômicos do espaço do Sertão de Limoeiro.

A colonização dos Sertões do Siará Grande foi posterior às capitanias de Pernambuco e da Bahia. Tendo em vista os perigos externos, caracterizados pelas guerras contra os franceses localizados no Maranhão e dos holandeses em Pernambuco, e internos, no combate contra os tapuias no processo de colonização.⁶⁹

No Siará Grande o arranjo da expansão se deu pela pecuária que adentrou os sertões configurando novas fronteiras de ocupação e espaços reocupados por colonos. Não obstante, a ausência de uma cobertura vegetal semelhante à Mata Atlântica que favorecesse a extração de madeiras especiais, a exemplo do pau-brasil; um solo com bom grau de fertilidade, tipo massapê, que possibilitasse a consolidação de uma economia e sociedade açucareira; rios perenes que permitissem a navegação para o interior e, por fim, a presença de uma zona semiárida – cujas características ambientais estendem-se até a zona costeira – constituíram elementos que dificultaram e protelaram a colonização da província. Sertão esse em que não havia ouro, o metal dos desejos. Além dos fatores preditos, devemos considerar, também, a resistência indígena, em defesa de suas terras e de sua cultura.⁷⁰

A capitania do Ceará ganhou evidência no cenário econômico da Colônia com a criação das fazendas de gado que foram se espalhando pelos vastos e ermos sertões,

⁶⁸ PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará** (1680- 1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.p. 23.

⁶⁹ MAIA, Lígio José de Oliveira. **Cultores da Vinha Sagrada**. Missão e tradução nas Serras de Ibiapaba. (séc. XVII). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2005, p 15-20. Orientação: Prof. Dr, Eurípedes Antônio Funes.

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamento e dimensões identitárias**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2002, p. 68-69.

principalmente ao longo das ribeiras do Jaguaribe e Acaraú, a partir do final do século XVII, favorecendo, por um lado, a ocupação colonial desses espaços e, por outro, suprimindo a necessidade do abastecimento de carne das regiões açucareiras.⁷¹

Ainda no século XVIII, o povoado de São José do Porto, atual Aracati, consolidou-se como núcleo econômico graças às instalações das oficinas de charque, produto exportado, juntamente com o couro, e outros produtos vindos do Sertão do Jaguaribe, comercializado em Pernambuco e outras províncias.⁷²

Quando em 1747, Santa Cruz do Aracati foi elevada à categoria de Vila, Aracati já era um dos principais polos econômicos da capitania. O fluxo de mercadorias era intenso, vindo de Pernambuco, Paraíba, Bahia, entre outros. Embrenhavam-se nos interiores transitando por todo o Vale do Jaguaribe e chegavam até o porto de Santa Cruz do Aracati. Um porto fluvial situado na “boca” dos sertões, que propiciou dinamismo e relações econômicas.⁷³

Os negócios decorridos da comercialização da carne e do couro do boi conduziram o desenvolvimento econômico das oficinas de charque, onde o boi seguia a pé até a Vila e lá era abatido e a carne, salgada e transformada, prática essa que concretizou Santa Cruz do Aracati como centro econômico da capitania, sendo gradualmente sua influência dilatada por toda a Capitania do Ceará. Não obstante, “*o advento das charqueadas no Ceará contribui sobremaneira para a pujança de Aracati, que se tornou o mais movimentado e rico centro da capitania do Ceará*”.⁷⁴

Quando a pecuária adentrou os sertões através da Estrada Geral do Jaguaribe, que ia do Aracati até o Icó, logo se adequou a região ribeirinha e a vegetação do local, construindo uma organização econômica e sociocultural pelos sertões da Província do Ceará.

Segundo Geraldo Nobre, até então a região do Baixo Jaguaribe possuía menor dinâmica econômica, se comparado com a região de Santa Cruz do Aracati até os fins do

⁷¹ ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)** [primeira edição: 1907], Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 123-130.

⁷² Ver: GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: SOUZA, Simone de (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989; OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009; SILVA, Rafael Ricart da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça [manuscrito]: terra, família e poder (século XVIII)**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 55.

⁷³ Ver: NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

⁷⁴ SILVA, Ana Cristina Mota. **A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza**. São Paulo: USP, 2000. (Dissertação de Mestrado), p. 227.

século XVIII e início do século XIX. Entretanto, já apresentava indícios de crescimento econômico, tendo em vista o salto em relação ao número de fazendas decorrentes da criação de gado na Vila de São Bernardo das Russas.

Conforme Rafael Ricart,

A distribuição das sesmarias do Siará grande seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado etc. Feitas as concessões nas margens destes rios, passaram-se às doações nos seus afluentes. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania também estava ligada ao movimento de ocupação de terras para a criação de fazendas de gado e, em muitos casos, era a partir do fluxo do gado nestas áreas que as povoações começavam a ser formadas. Como por exemplo: Icó, Aracati e Quixeramobim.⁷⁵

A segunda metade do século XIX é marcada pela emergência de alguns núcleos urbanos na região da ribeira do Jaguaribe.

Muitos outros povoados tiveram esse mesmo processo de nascimento. Entre eles pode-se citar: Morada Nova (vila em 1876), antiga Vila do Espírito Santo, foi primitivamente uma povoação criada em 1833 por José de Fontes Pereira de Almeida e seu irmão Dionísio de Fontes, primeiros doadores do patrimônio, onde se edificou uma capela sob a invocação do Divino Espírito Santo; Limoeiro (vila em 1868) e Jaguaruana (vila em 1865), núcleos urbanos novos que na segunda metade do século XIX vinham, no plano político e econômico, rivalizar com São Bernardo de Russas e Santa Cruz do Aracati. Outros, como Itaiçaba (vila em 1856), surgiram como feiras de gado.⁷⁶

Os fluxos dos rebanhos no interior do Vale do Jaguaribe, através das ribeiras suscitaram a construção dos pequenos núcleos urbanos, conforme infere Oliveira Lima:

Podemos citar os vaqueiros com seus rebanhos de gado pelo Olho d'Água da Bica (Chapada do Apodi), saindo pertinho de Limoeiro e de Tabuleiro do Norte, local, na colônia, de entroncamento de caminhos que vinham de Sobral para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, dos Cariris e de Inhamuns para Aracati, conforme se lê numa notícia sobre a construção de estradas, na seca de 1877. Provavelmente, Limoeiro, São João, Alto Santo, Quixeré, Russas... foram “ponto de encontro” destas linhas de penetração (Quixeramobim, por exemplo, durante muito tempo, esteve ligado à Russas e a São João e, portanto, ao Limoeiro).⁷⁷

A região que constituía Limoeiro teve seu primeiro registro no ano de 1687, denominado Sítio São João das Vargens, onde havia se estabelecido o sargento-mor João de

⁷⁵ SILVA, Rafael Ricart da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça** [manuscrito]: terra, família e poder (século XVIII). Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 55.

⁷⁶ NOBRE, Geraldo da Silva. **As oficinas de carne do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977, p. 352.

⁷⁷ LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997, p. 32-33.

Souza Vasconcelos, localizado na ribeira do Jaguaribe, espaço esse de tensões e conflitos dos pecuaristas e das sociedades nativas.⁷⁸

Uma das estratégias da Coroa para “povoar” os sertões nordestinos foi a concessão de sesmarias. Em conformidade com as Ordenações Manuelinas e Filipinas, procedimentos jurídicos da tradição portuguesa que foram incorporados ao corpo administrativo no Brasil, “*as sesmarias são propriamente as datas de terras, casses (casas de campo ou granjeiras), ou pardieiros, que foram, ou são de alguns senhorios, e que já em outro foram lavradas e aproveitadas, e agora não são*”⁷⁹.

A sesmaria poderia ser arrendada ou não. O sesmeiro tinha um prazo de cinco anos para tomar posse da terra e torná-la produtiva, caso não conseguisse realizar a exigência a concessão seria invalidada.

Em conformidade com Helder Macedo,

A doação de uma sesmaria – ou data de sesmaria, expressão similar correntemente utilizada nos documentos coloniais – significava o instrumento jurídico mediante o qual estava legalizado o domínio sobre um determinado território durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Tal doação era outorgada pelo próprio Governo-Geral estabelecido na colônia, entretanto, a prática passou a ser exercida, também, pelos capitães-mores ou até mesmo pelo Senado da Câmara, quando se tratava, especificamente, de chãos situados dentro ou nas cercanias do espaço urbano.⁸⁰

Segundo Raimundo Girão, através das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa, o processo de colonização avançava “*financiando currais onde antes somente pisava o índio bravo*”⁸¹. Os currais de gado, transformados em fazenda, tinha como garantia jurídica a obtenção de sesmaria.

A esse propósito, Francisco José Pinheiro, em *Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)*, avalia que, entre 1700 e 1799, a principal justificativa para a doação de sesmarias no Siará Grande se deu, justamente, pela criação de gado.⁸² Ainda na segunda metade do século XIX, em todos os inventários analisados, as terras descritas nos documentos, em sua totalidade, fazem menção à atividade criatória.

⁷⁸ BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Ed. *Fac-sim*. Fortaleza: FWA, 2009, p. 81.

⁷⁹ Ordenações Manuelinas, livro IV, título 67 e Ordenações Filipinas, livro IV, título 43. In: NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia*. In: **Revista Econômica**, Brasília, DF, v.7, n.3, p. 587-605, set/dez, 2006.

⁸⁰ MACEDO, Helder A. Medeiros de. *Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande*. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v.8, n. 14, jan-jun., 2007, p. 43.

⁸¹ GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: UFC, 1984, p. 85-86.

⁸² PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680- 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.p. 23.

Até 1703, grande parte das terras ainda não havia sido demarcada. Em razão disso, segundo Elisgardênia Chaves, “o governo a serviço da Coroa Portuguesa mandou o ouvidor Soares Reimão tombar as terras das ribeiras do Jaguaribe, Acaraú e demarcá-las, o que levou alguns anos”⁸³.

A formação do povoado/vila de Limoeiro confunde-se com o processo de colonização que adentrou os sertões cearenses, no percurso das ribeiras. Tendo em vista a Carta de 1701, constituída pela Coroa Portuguesa, pelo rei D. Pedro II, de Portugal, que proibia e afastava a pecuária a uma distância de 10 léguas⁸⁴ (60 quilômetros) das plantações canavieiras.⁸⁵

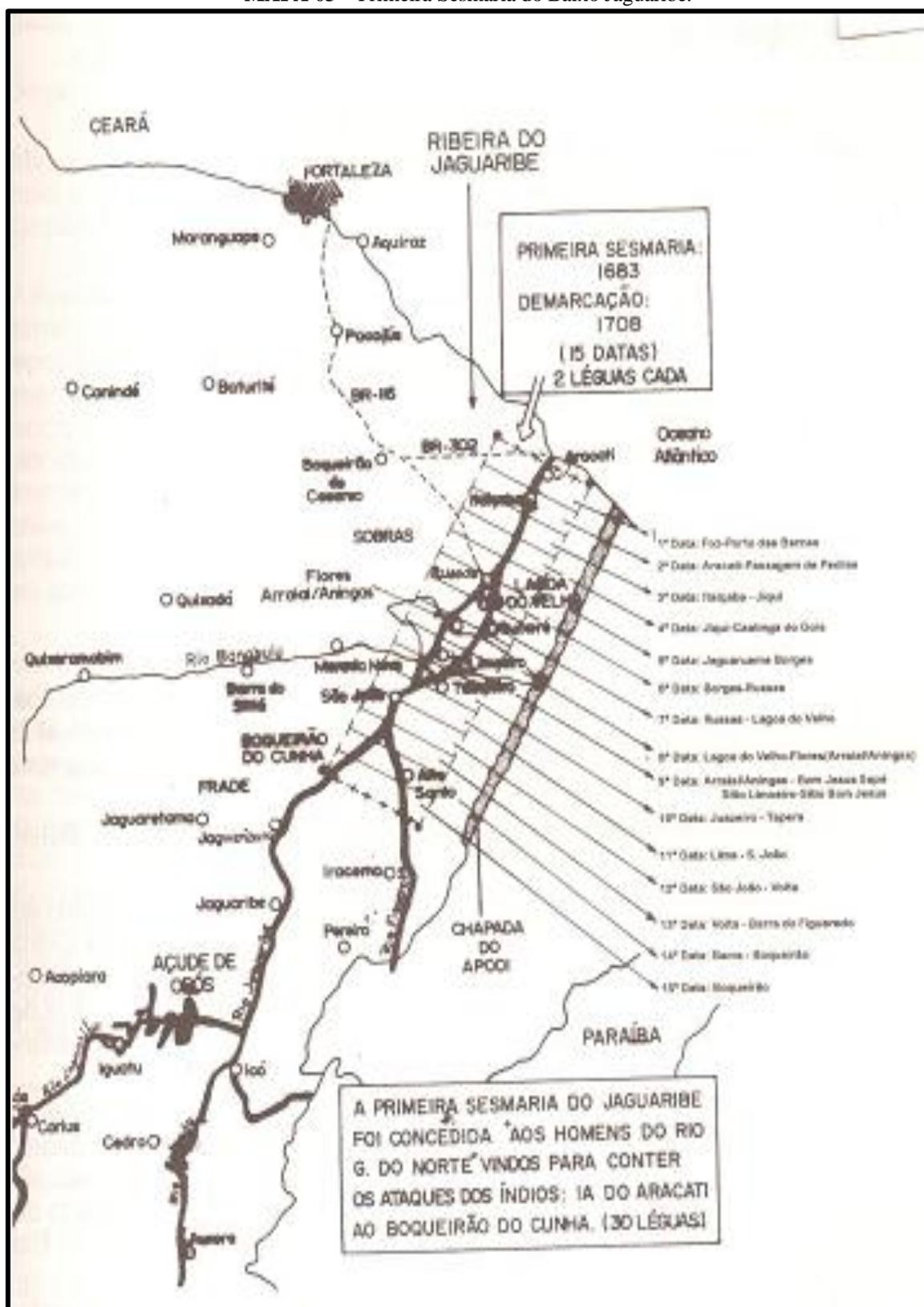
A primeira sesmaria que recortou as ribeiras do Jaguaribe foi concedida no ano de 1683 a um grupo de sesmeiros do Rio Grande do Norte comandados por Manoel Abreu Soares. Os limites geográficos da referida sesmaria iam desde a Barra do Jaguaribe, junto ao Oceano Atlântico, no atual município de Aracati, até o Boqueirão do Cunha, no alto sertão do Jaguaribe, como é possível observar no mapa 01 (este, elaborado por Lauro de Oliveira Lima, foi construído pelo cruzamento de documentos de terras e aspectos da tradição oral).

⁸³ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer:** uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880). Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Ant^o Funes, p. 43.

⁸⁴ Uma légua equivale a seis quilômetros.

⁸⁵ Conforme Almir Leal, *a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701, proibia o comércio direto entre as capitânicas do norte com as capitânicas do sul*. OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Temas setecentistas:** governos e populações no império português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009, p. 512.

MAPA 03 – Primeira Sesmaria do Baixo Jaguaribe.



FONTE: LIMA, Lauro de Oliveira. Na ribeira do rio das onças. Fortaleza: Assis Almeida, 1997, p. 109.⁸⁶

⁸⁶ O mapa de Lauro de Oliveira Lima foi construído pelo cruzamento de documentos de terras e aspectos da tradição oral.

A princípio é importante destacar que esse mapa é uma tentativa de representação construída por Lauro de Oliveira Lima, acerca da distribuição das sesmarias, onde as caracteriza como propriedades bem recortadas, delimitadas e organizadas. Contudo, as fronteiras das propriedades não eram regulares e esquadrihadas de forma simétrica como tentou demonstrar Lima.

Em se tratando das ribeiras do Jaguaribe, os sesmeiros que foram constituindo suas fazendas de criar puderam desfrutar de água e pasto, fatores necessários para a criação de gado. No processo de ocupação daqueles sertões, os rios Jaguaribe e Banabuiú mostraram-se essencial na relação tecida entre os homens e a natureza.

Roteiro das boiadas que impulsionaram a colonização da Capitania do Ceará nos séculos XVII e XVIII, as ribeiras do rio Jaguaribe representavam a mais importante via de acesso por onde entraram as vias imigratórias oriundas das regiões açucareiras da Bahia e Pernambuco. Ao encontrarem a facilidade de água e terras férteis, os primeiros colonizadores foram instalando, ao longo das várzeas do Jaguaribe, currais para a criação de gado, dando início assim, assim, à prática da pecuária extensiva.⁸⁷

Dada à importância das ribeiras do Jaguaribe no contexto da ocupação do Ceará, ao longo dos rios, gradualmente houve o estabelecimento de pequenos núcleos familiares, que tiveram um papel decisivo para a sobrevivência daqueles que, constantemente, cruzavam os sertões conduzindo seus rebanhos de gado. Bem como as concessões de sesmarias requeridas por Teodósio Bezerra de Abreu, morador nas Vargos do Jaguaribe.

Pede posse oficial de 3 léguas fazendo pião em olho d'água numas lajes de pedra, contando a largura para o lado do Jaguaribe. Quer apossar-se judicialmente das terras do riacho do Meio. O riacho do Meio corre S – N e faz barra no riacho do Sangue, acima da barra do riacho S. Antônio.⁸⁸

Conforme Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, o desenvolvimento da atividade de criação do gado *vacum* possibilitou a criação de uma indústria e uma cultura pecuarista na Província do Ceará.

O systema de criação é semi-selvagem, quase todo entregue às forças da natureza, o que obsta o maior desenvolvimento de que é esta industria susceptível; pois os constantes prejuizos que os creadores sofrem anualmente tem por causa tal systema de criação. Além disso, demanda ele grande espaço de terreno livre para os gados

⁸⁷ CHAVES, José Olivenor de Oliveira. **Atravessando os sertões**. Memórias de velhas e velhos camponeses no Baixo- Jaguaribe- CE. Recife, 2002. Tese de doutorado em História. UFPE – Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr., p. 13.

⁸⁸ CARTA DE SESMARIA – Teodósio Bezerra de Abreu – Data de Sesmaria: 13-2-1788, Vol 8º, Nº 615.

vagarem, o que hoje já não é possível em razão do crescimento da população, que vae invadindo esses espaços, como também varias ribeiras ainda estão inaproveitadas por falta d'agua segura.⁸⁹

No primeiro momento da economia da pecuária, o gado era levado às principais vilas pernambucanas e baianas, onde era comercializado nas feiras a baixos preços, pois, como ressaltou Raimundo Girão, em virtude das grandes distâncias e das dificuldades enfrentadas na longa travessia, o gado, normalmente, chegava sem peso, tendo, assim, seu valor de venda reduzido.

O gado emagrecido nas longas jornadas, de até dezesseis dias, era vendido a baixos preços a fazendeiros ou a indivíduos dedicados à engorda dos rebanhos, solução para evitar-se o retorno das reses para as fazendas de origem, o que agravaram as perdas.⁹⁰

Tendo em vista os prejuízos mencionados, instalaram-se algumas oficinas que permitiu, por meio da utilização da técnica de salgar e secar a carne, o gado pudesse ser abatido na própria capitania do Ceará. Depois de passar por esse processo, a carne era exportada para outras capitanias, especialmente do litoral, assim como o couro, também beneficiado e comercializado. Com resultado positivo das Oficinas de Charque, as charqueadas multiplicaram-se gradativamente, em especial nas embocaduras dos rios Jaguaribe e Acaraú, provocando o desenvolvimento das vilas de Aracati e Acaraú, entre outros lugares.

As oficinas de salga vão instalar-se primeiro na região de maior produção, na foz do rio Jaguaribe, ponto estratégico como porta de saída da produção e vantajoso pela existência de depósitos de sal e sistema de ventos adequados ao processo de transformação feito com técnicas rudimentares.⁹¹

A pecuária embrenha-se no interior da Colônia, tendo o Rio como pilar capaz de assegurar a vida das pessoas e dos animais que habitavam aquele espaço, mas outros sentidos lhe são atribuídos e excede a condição de natureza, atingindo dimensões políticas e econômicas.

O sítio de Limoeiro configura-se como um pequeno povoado e entreposto das boiadas vindas dos altos sertões pela estrada do Jaguaribe, um ponto de parada no percurso,

⁸⁹ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. *Fac. Sim*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 380.

⁹⁰ GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: UFC, 1984, p. 84.

⁹¹ LEMENHE, Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: Fortaleza em questão. Fortaleza: Stylos, 1991, p. 34.

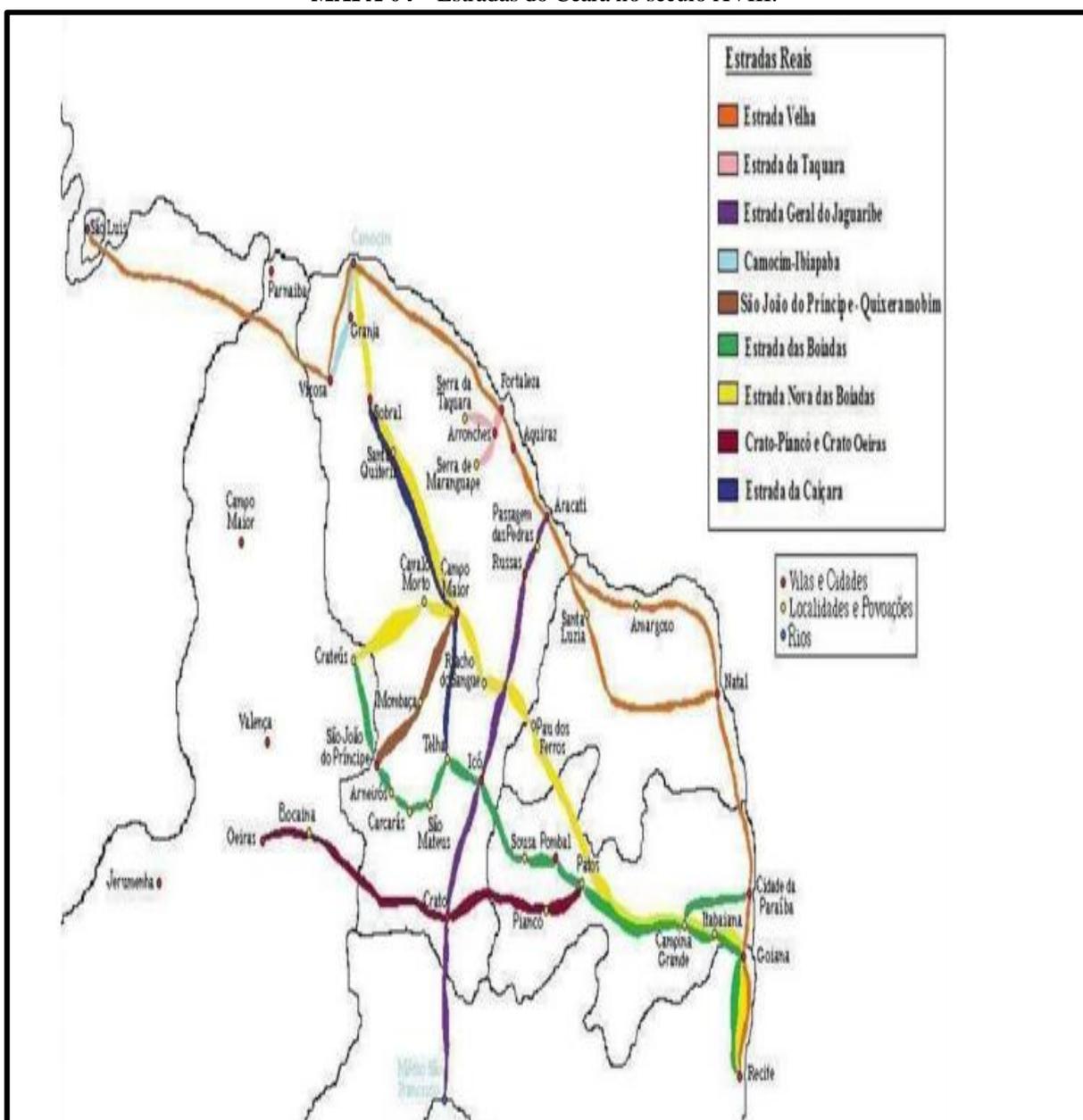
que servia, sobretudo, para o descanso e recuperação do gado em virtude da longa jornada. A água era essencial para o reestabelecimento físico dos animais, dos vaqueiros e comboieiros.

Nos caminhos percorridos pelo gado que seguiam pelas ribeiras dos Rios Jaguaribe e Banabuiú, no decorrer do tempo foram fixando pequenos núcleos familiares, que se estabeleceram e ocuparam um papel fundamental para a sobrevivência daqueles que, constantemente, cruzavam os sertões conduzindo seus rebanhos de gado.

O transporte da carne verde (carne sem nenhuma técnica ou conservante), ou mesmo do gado para ser abatido nas oficinas de Aracati passavam pela Estrada Geral, norteadas até Icó pelo rio Jaguaribe, e de lá seguia para as praças comerciais de Pernambuco.⁹²

⁹² LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

MAPA 04 – Estradas do Ceará no século XVIII.



FONTE: NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império:** práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010, p.71.

No século XVIII os percursos eram poucos, mas estratégicos. Os caminhos, nomeadamente a Estrada Geral do Jaguaribe, seguiam as ribeiras. A Estrada Geral do Jaguaribe era um caminho natural, atravessado pela Estrada Nova das Boiadas, pela Real Paraíba-Recife e pela Crato-Oeiras e Crato-Piancó.

São as estradas das ribeiras, desenvolvidas ao longo dos cursos d'água, por onde o rebanho acrescido permitiu a multiplicação de transações comerciais, transformando o produto quase exclusivo de Ceará noutras utilidades, de que a Capitania necessitava. A mais importante destas vias de comunicação foi a Estrada Geral do

Jaguaribe que “partindo da região do Aracati, rio acima transpunha o Jaguaribe (...) atravessa os lugares onde presentemente estão as cidades de Russas e do Icó, subindo depois o salgado até quase suas nascentes”, subindo para o Cariri, ultrapassando a chapada do Araripe, alcançando o médio São Francisco. Foi a via de comunicação por onde entraram os gêneros de primeira necessidade de que se abasteceu o interior da Capitania, durante os primeiros períodos administrativos. [GRIFO DO AUTOR]⁹³

As estradas eram intercursos em meio aos ermos sertões, configuravam deslocamentos e migrações do gado, de vaqueiros, de comerciantes, de andarilhos, enfim, ali se davam as labutas diárias dos sertanejos que seguiam as ribeiras e cortavam as propriedades.

A expansão da pecuária fez proliferar o número de fazendas de criar, o que colaborou diretamente para uma relativa mobilidade social e econômica da população de Limoeiro, haja vista a concentração da mão de obra familiar.

As fazendas, os sítios, configuravam o espaço rural, composto pela casa do fazendeiro, por casebres e choupanas de vaqueiros e outros trabalhadores livres e cativos, pelos pequenos roçados e por pastos. Lugares de habitação, trabalho e de relações sociais.

Ao redor das choupanas, se cultivavam os pequenos roçados para atender ao consumo imediato. Agricultura de emergência, trabalho para mulheres e crianças, porque os homens estavam ocupados nas labutas pastoris. A própria lavoura da sede da fazenda não tinha importância comercial. Produzia o milho, o feijão, um pouco de algodão para a fiação doméstica e outras culturas do ciclo produtivo curto, complementar ao regime alimentar, fornecido pelo gado, que consistia no leite, queijo, manteiga e carne.⁹⁴

Nessa configuração, a fazenda era uma unidade produtiva, no sentido em que além de centralizar a família no trabalho era o espaço ocupado pelas atividades criatórias, em especial o gado e em menor intensidade pela atividade agrícola realizada em pequenas porções de terras das propriedades.

A organização do trabalho nas fazendas sertanejas era constituída por homens livres, caracterizados por agregados e dependentes, e por escravos, sendo que de forma geral estavam sob a guarda dos donos das propriedades. Os sertanejos envolvidos na lida com o gado eram identificados como vaqueiros, podendo ser livres ou cativos, seguia-se essa distinção conforme a condição jurídica e não pelas funções desempenhadas, observadas por Luis Mott no sertão do Piauí, no século XVIII, uma região análoga a esta ora estudada.

⁹³ STUDART FILHO, Carlos. Páginas de História e Pré-História. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1960, p. 147. *Apud* GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In: SOUZA, Simone de (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989, p. 37.

⁹⁴ *Idem. Ibidem*, p. 32.

Segundo Mott:

A vida de um escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagando e seguindo animais longe do curral de seu dono, livre do olho e vara do administrador, recebendo como alimentação diária ‘por média’ de 1 kg de carne fresca, ½ de farinha de mandioca, era seguramente diferente da vida dos demais, trabalhadores livres: camaradas, agregados, vaqueiros, companheiros no mesmo trabalho. A grande proximidade física entre brancos e negros – e a existência de um grande número de vaqueiros e agregados de cor empregados pelos donos das fazendas, para administrar a propriedade em seu lugar, contribuía para relativizar a distância que em outras áreas do Brasil tanto separavam os escravos do resto da população. A distância social no Piauí colonial parecia basear-se mais na relação livre/escravo do que senhor/escravo.⁹⁵

Estudando as origens do trabalho livre na capitania do Ceará, Maria Sylvia Porto Alegre identificou, nas fazendas de gado sertanejas, um lugar composto por escravos e homens livres.

Em cada fazenda destas, não se ocupam mais de dez ou doze escravos, e na falta deles os mulatos, mestiços e pretos forros, raça que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco e Siará, principalmente pelas vizinhanças do rio S. Francisco.⁹⁶

De acordo com esses autores, através das evidências documentais encontradas, podemos compreender que, mesmo tendo empregado um pequeno número de pessoas cativas, a escravidão foi um sistema significativo na composição dos espaços da pecuária, os “*limites eram impostos, muito mais, por fatores internos à produção, como pela pequena absorção de mão-de-obra nas fazendas*”.⁹⁷

Não obstante, essa situação social de relações de trabalho se faz presente na fazenda estabelecida na Ribeira do Jaguaribe – o Sítio Limoeiro – pela família Rodrigues, detentores de oficinas de charque em Aracati, tornando-se uma espécie de entrepostos, um lugar de pausa e descanso de homens e animais.

Desde 1778, a fazenda desenvolvia-se economicamente e a população crescia gradualmente. Tendo em vista a região do Vale do Jaguaribe estar inserida no percurso entre o

⁹⁵ MOTT, Luis. **Estrutura Demográfica de Iãs Haciendas de Ganado de Piauí Colonial**: um caso de poblamiento rural centrifugo. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblacion, México, agosto de 1977, p. 15.

⁹⁶ Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. LXII, 1897, p. 88-89. *Apud* ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Vaqueiros, agricultores e artesãos: Origem do trabalho livre no Ceará colonial. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza- UFC, v.20/21 n° 1/2, 1989/1990, p. 5.

⁹⁷ ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Vaqueiros, agricultores e artesãos: Origem do trabalho livre no Ceará colonial. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza- UFC, v.20/21, n° 1/2, p. 1-29, 1989/1990, p. 5.

porto de Aracati e as feiras de Pernambuco, construiu-se certa mobilidade econômica dinamizando as relações comerciais.

A fazenda Limoeiro era um sítio compreendido pela área ocupada pelas casas de moradias e comerciais, quintal, algumas capelas, entre outros equipamentos que lhe atribuía caráter de entreposto das boiadas.

Em sua passagem por Limoeiro, Freire Alemão, em meados dos anos de 1850, denota que a constituição do povoado com “40 casas de telhas, com 140 a 150 habitantes, e em roda nas palhoças haverá ainda uns 100 habitantes; de escravos talvez haverá 20. A Igreja é nova e bonita, não concluída ainda, porém feita de maus materiais”.⁹⁸

Até 1845, o sítio Limoeiro mantinha características de fazenda. O sítio era uma propriedade rural, geralmente pequena, destinado à lavoura. Enquanto a fazenda era uma unidade maior, onde se concentravam as atividades criatórias. Esses espaços, conforme Freire Alemão, eram habitados por algumas famílias de livres e, certamente, por escravos.⁹⁹ Essa relativa estabilidade foi uma das condições para a construção da capela, que se deu em 1845, e a criação da freguesia em 1863, através da Lei provincial; situações essas que favoreceram a Limoeiro constituir-se num centro político-religioso. Contudo, é importante compreender a Igreja como um marco institucional. Sendo em 1868, o povoado de Limoeiro elevado à categoria de Vila.¹⁰⁰

Em 04 de dezembro de 1863, pela Lei provincial n° 1081, foi criada a Freguesia de Limoeiro, sendo a mesma implantada somente no ano de 1864, tendo como sede da paróquia, de acordo com a Lei 1.118, a capela de São João do Jaguaribe. Em 04 de novembro de 1870, pela Lei 1.358, Limoeiro passou a ser a sede da Freguesia.

Além da Igreja Matriz, na sede da povoação, a Freguesia era composta ainda pelas capelas de Tabuleiro de Areia, São João do Jaguaribe, Alto Santo da Viúva e Livramento. Seus contornos davam-se pelo nascente com a fazenda Quixeré, pelo norte com o Rio Jaguaribe, indo do Arraial até barra do Banabuiú, pelo poente o distrito de Morada Nova, que ia da barra do riacho Livramento para cima.

Pela Lei n° 1402, que data de 22 de julho de 1871, Limoeiro, até então Freguesia, é desanexado da Vila de São Bernardo das Russas. No entanto, a referida Lei só passa a valer

⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 84.

⁹⁹ *Idem. Ibidem*, p. 174-181.

¹⁰⁰ É importante diferenciar as noções de Freguesia e Vila. A primeira é uma delimitação a partir de aspectos eclesiais, realizada, portanto, pela Igreja católica. Já a segunda é uma delimitação política, realizada pelo Estado, sendo geralmente caracterizada pela fixação dos equipamentos burocráticos.

em 30 de junho de 1873. Com a comprovação da lei, a Vila de São Bernardo das Russas fica sem o domínio dos distritos de Tabuleiro de Areia, Alto Santo da Viúva e Livramento (atualmente Uiraponga, localizado no município de Morada Nova), passando, todos eles, a composição administrativa da nova Vila, ou seja, a Vila de Limoeiro.

Em conformidade com os relatos produzidos pela Comissão Científica, Francisco Freire Alemão elucida o que constituía o povoado de Limoeiro, por ocasião da construção da Igreja Matriz:

(...) é uma povoação nova junto á margem direita do Jaguaribe, que em 42 a alagou, tem 40 casas de telhas, com 140 a 150 habitantes, e em roda nas palhoças haverá ainda uns 100 habitantes; de escravos talvez haverá 20. A Igreja é nova e bonita, não concluída ainda, porém feita de maus materiais.¹⁰¹

Na descrição de Freire Alemão, denota-se a importância da água, na qual segue pela via direita o território de Limoeiro. Contudo, não era uma relação na sua totalidade amistosa, pois em 1842 a água ultrapassa os limites das ribeiras, invadindo ruas, casas.¹⁰²

O botânico ainda traçou de maneira breve, a organização da população nas habitações configuradas pelos materiais utilizados: telhas e palhoças. Bem como, a população que habitava em tais domicílios, onde a maioria residia em casas de telha, segundo os dados coletados por Freire Alemão, vivia em palhoças.

Além da organização do espaço, das habitações e da população, o botânico lança um rápido olhar, e relata a existência de uma pequena escravaria de Limoeiro, e segue descrevendo a Igreja da Nossa Senhora da Conceição ou Igreja da Matriz.

Na segunda metade do século XIX, o espaço que compreendia o Sítio de Limoeiro, bem como os povoados de Tabuleiro de Areia (Tabuleiro do Norte), Alto Santo da Viúva (Alto Santo), São João do Jaguaribe e Livramento (Uiraponga, distrito de Morada Nova), atraía a atenção da Igreja Católica, que em 04 de dezembro de 1863, por meio da Lei provincial n° 1081, legitimava a criação da Freguesia de Limoeiro. Fato curioso foi que a mesma só veio a ser efetivada em 1864, sendo inicialmente sede da paróquia, a capela de São João do Jaguaribe foi legitimada pela Lei 1.118. Pouco tempo depois, através da Lei 1.358, em 04 de novembro de 1870, Limoeiro tornou-se a sede da Freguesia.

¹⁰¹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 84.

¹⁰² As cheias eram fenômenos naturais que faziam parte da vida dos sertanejos, contudo, não encontramos indícios que elas reconfigurassem os aspectos materiais dos patrimônios familiares.

A criação das cidades partia de uma política de urbanização que consistia no esforço da Coroa vigiar e controlar os indivíduos através da centralidade de equipamentos como a Câmara, o presídio e a Igreja.

As cidades eram criadas em pontos especiais. Funcionavam como centros regionais e por meio delas revelavam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham, ainda que discretamente, à dispersão dominante.¹⁰³

O esquadramento espacial construído por Freire Alemão é um dos indícios que favorece a análise da organização espacial, populacional, habitacional, social e econômica, bem como a atribuição de valores aos bens inventariados, em especial a terra – a forma legal de apropriação da terra se dava por meio da concessão de sesmarias, sendo em alguns casos somente empossadas. Como aponta a historiografia, desde meados do século XIX o charque já havia perdido parte do vigor econômico, contudo as referências às terras dos sertões de Limoeiro faziam menção às “terras de criar”; ou seja, a forma de apropriação, técnica e materialidade possuíam significados imbricados na pecuária. Essas são algumas das questões abordadas a seguir.

Nesse sentido, o espaço é uma dimensão que precisa ser discutida, e, além disso, necessita-se distingui-lo da noção de lugar.

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. [GRIFO DO AUTOR]¹⁰⁴

Até aqui foi possível compreender o esquadramento espacial de Limoeiro situando-o no processo de colonização, destacando o papel dos rios Jaguaribe e Banabuiú nessa trama social. Adiante, segue uma leitura acerca da organização econômica desse universo multifacetado que é o Sertão. Em um diálogo construído em meio a relatos de viajantes, inventários *post-mortem* e registros de terra, buscou-se situar o espaço em questão

¹⁰³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. Livraria Pioneira Editora. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, p. 67.

¹⁰⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano 1: artes de fazer**. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 202.

no processo de colonização cearense, que data do início do século XVII, das instalações das fazendas de criar à constituição da Vila no século XIX, os aspectos socioeconômicos e espaciais, uma apresentação do espaço que se fala nesse estudo: o Sertão de Limoeiro.¹⁰⁵

1.2- ARRANJOS DE VIVER: dinâmicas demográficas e sociais na transição do povoado à Vila.

Além de discorrer acerca do espaço e das estruturas socioeconômicas de Limoeiro, é imprescindível analisar quem eram os sujeitos desse cenário? Que faziam? Em que condições viviam? Bem como atribuir nome a esses personagens.

Afora os números, há também nos relatos de viajantes e memorialistas, as características das pessoas que habitavam Limoeiro na segunda metade do século XIX que não passaram despercebidas no diário de Freire Alemão, que as descreveram como uma “*gente branca na povoação e notei já de meio caminho em diante nas choupanas muita gente e meninos brancos, alvos, corados, loiros*”¹⁰⁶.

A análise do Censo de 1872, o primeiro censo nacional, que consistia na tentativa de quantificar os indivíduos, permite entender os perfis étnicos, as condições socioeconômicas, assim como o caráter dinâmico da população de Limoeiro, com muitas ressalvas, tendo em vista, o envio parcial das informações levantadas. Compreendendo que a análise de números vai além, com intuito de enxergar as experiências vivenciadas pelos indivíduos enumerados.¹⁰⁷

Numa população que contabilizava 13.037 pessoas, 6.590 desse contingente eram brancas, o que configurava metade da população. As outras denominações atribuídas às “raças” eram pardas, pretas e caboclas. O número de indivíduos pardos era 5.409, que

¹⁰⁵ Conforme Helder Macedo, MACEDO, Helder A. Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. In: **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, v.8, n. 14, jan-jun., 2007, p. 40.

¹⁰⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 85.

¹⁰⁷ “No Segundo Reinado, ocorreu o redirecionamento das preocupações com os levantamentos populacionais por parte de dirigentes políticos. As categorias censitárias adotadas no recenseamento refletem a organização social e as demandas políticas e administrativas do governo no período. As informações estatísticas dos habitantes foram coligidas por paróquias e sistematizadas em seis tabelas padronizadas. O conhecimento da condição social da população livre e escrava era fundamental para subsidiar as políticas públicas, como a da Lei do Ventre Livre, a da distribuição de eleitores por paróquias, a do debate sobre instrução pública e a do saneamento nas grandes cidades”. In: CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História – Orientador: Théó Lobarinhas Piñeiro, 2012, p. 119-120.

representa 42% em relação ao total. Os indivíduos considerados pretos perfaziam o total de 909, e representavam 7% da população de Limoeiro; já a população cabocla de 149 pessoas denotava 1%.¹⁰⁸

Conforme Elisgardênia Chaves, o perfil étnico da população de Limoeiro, entre os anos de 1870 e 1880, com base nos assentos de óbitos, acusava que a maioria dos habitantes era composta de pardos (48,4%), seguidos por brancos (31,9%), negros (2,3%) e mulatos (0,4%). Esses dados indicam uma sociedade marcada pela mestiçagem.¹⁰⁹

Os dados obtidos na análise do censo de 1872 evidenciam, entre outros aspectos, a condição de liberdade e escravidão na qual a população de Limoeiro estava inserida. Ali, a população livre contabiliza 93% (12.120), ficando o segmento servil em 7% (917). Isso significa que, mesmo tendo um número expressivo, merecedor portanto de atenção, os escravos eram uma parcela pequena nessa sociedade.

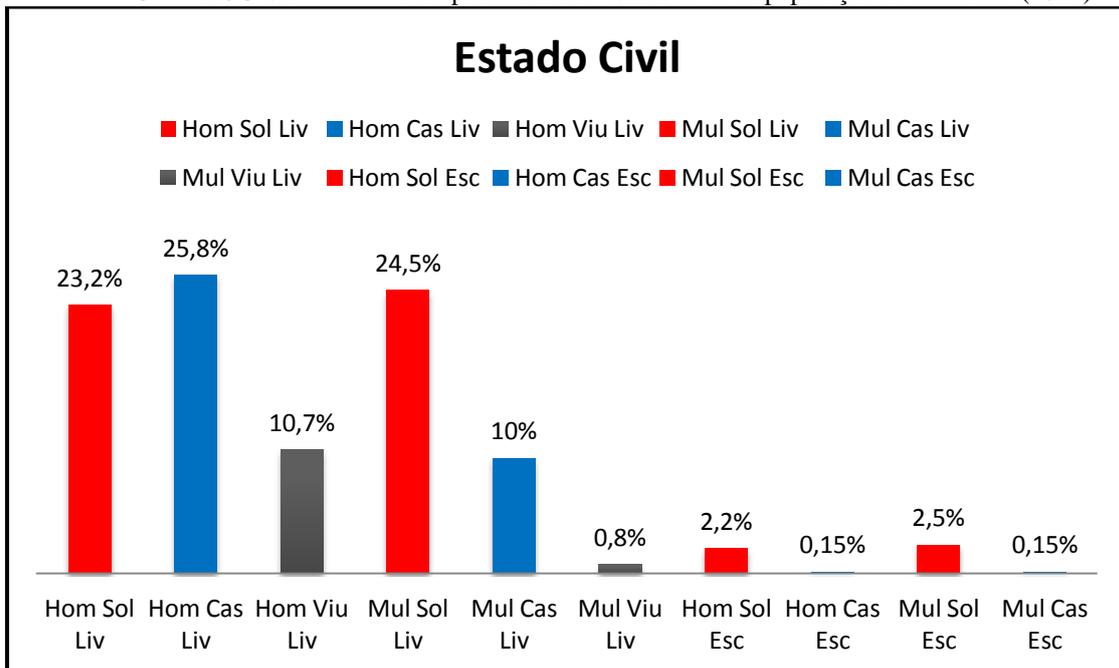
Quanto ao aspecto do sexo daquele contingente populacional, o censo de 1872 contabilizou certo equilíbrio entre os gêneros, sendo: 52,25% de homens (6.812) e 47,75% de mulheres (6.225). Entre a população liberta, 49% constituíam-se de homens e 44% de mulheres; enquanto 7% da população eram escravos. Este pequeno contingente cativo configurava-se de 3,25%, homens, e 3,75%, mulheres – dados que apontam para um equilíbrio nas relações de gênero em Limoeiro.

Além de numerar e distinguir os homens e mulheres que compunham a população de Limoeiro era necessário saber quem era solteiro, casado e viúvo. O gráfico abaixo nos proporciona perceber a dinâmica populacional no que diz respeito aos matrimônios.

¹⁰⁸ Esse estudo utiliza o termo *raça*, já que o documento neste caso, o Censo de 1872 usa essa nomenclatura.

¹⁰⁹ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer**: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880). Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Ant^o Funes, p. 92.

GRÁFICO 01 – Amostra do percentual do estado civil da população de Limoeiro (1872).



FONTE: Censo de 1872.

Em conformidade com o senso analisado, o casamento era um ato consolidado nos entremeios da população livre, já que os casados perfaziam a cifra de 95%, ficando os cativos, nesse quesito, com a indicação de 5%. O casamento interétnico é uma possibilidade que foi apresentada pelo censo.

Os homens livres, em 43%, eram casados (totalizando 4.817), sendo 39% destes solteiros (4.372) e 18% viúvos (1.984). Já as mulheres livres em sua maioria eram solteiras, 70% (totalizando 4.551), enquanto as casadas perfaziam o percentual de 28% (1.839) e as viúvas apenas o de 2% (149).

Há certo equilíbrio entre homens livres solteiros (23%) e mulheres livres solteiras (25%), mas já em relação aos homens casados livres (26%) e as mulheres casadas livres (10%) havia certo distanciamento. Nos relatos produzidos pelo bispo de Olinda, João da Purificação Marques Perdigão, quando em visita pelos interiores da Província do Ceará passou pelo Vale do Jaguaribe, em 1839, grandes foram as queixas pela situação *pecaminosa* que viviam os sertanejos.

Confessei 3 homens, recebi uma justificativa de solteiro, e despachei varios requerimentos. N'este dia concorreram na matriz mais de 50 pessoas para se confessarem e 18 crianças para se baptizarem, sendo estes sacramentos administrados pelo pároco o padre Antonio, professor de Grammatica Latina. De

tarde crismei perto de 400 pessoas, assistindo à pratica no fim mais de 1.000, que me beijaram a mão, quando desci do púlpito.¹¹⁰

O que podemos identificar é que a prática do “amancebamento”, uma união não reconhecida pelos sacramentos católicos, dado o distanciamento entre os sertões e práticas do catolicismo. Como também, e não menos importante, havia outras práticas religiosas (indígenas e afro) que atribuíam outras experiências e sentidos às vivências.

Dessa forma, o casamento na sociedade de Limoeiro era uma prática social que instituía papéis à mulher no campo da família e do trabalho; contudo, contrair matrimônio não era a única possibilidade na vida dessas. Esse dado rompe com a ideia que há tempos é reproduzida de que a mulher no século XIX dependia *exclusivamente* do casamento para fazer parte do campo social. O alto índice de mulheres solteiras e homens casados nos faz pensar: quais as atividades dessas mulheres? Como eram vistas? Onde habitavam? Havia uma predileção para casar com mulheres de outros lugares?

Pensando a relação entre patrimônio e matrimônio, André Heráclio do Rêgo, em seu estudo sobre o Limoeiro de Pernambuco, construiu uma definição sobre a finalidade social do casamento nos sertões que muito contribuiu para esse estudo, já que o pensa enquanto estratégia e formas de poder.

O casamento fazia parte de uma estratégia cuja finalidade era cimentar as alianças familiares e garantir os interesses da família e da parentela. Servia também para criar laços fundamentais de natureza social, política e econômica com indivíduos e grupos considerados importantes para a sobrevivência da família, ou para recrutar novos membros.¹¹¹

A população escrava introduz outros aspectos já que dispõem de 5% (916) dos indivíduos. Homens e mulheres escravos em sua maioria são solteiros, respectivamente com 2,2% (399 homens) e 2,5% (468 mulheres). O casamento não era recorrente e apenas 23 homens e 26 mulheres eram unidos em matrimônio. Já os dados relativos à viuvez foram reduzidos à zero.

¹¹⁰ Trecho do relatório do bispo de Olinda, D. João da Purificação Marques Perdígão na visita à Província do Ceará, no ano de 1839, transcrito em: FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos de História Jaguaribana:** documentos, notas e ensaios diversos para História do Baixo e Médio Jaguaribe. Fortaleza: Premium, 2003, p 219.

¹¹¹ RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil:** uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008, p. 50.

O casamento no século XIX, ainda sob a égide da Igreja Católica, congregava interesses econômicos e políticos, era uma estratégia para a criação de alianças e solidariedades, poderia gerar ou formar grupos.

O papel da Igreja Católica ultrapassava os ensinamentos da fé cristã e preocupações com mundo espiritual de seus fiéis. Como instituição religiosa, entrelaçou-se ao Estado e aos seus projetos, misturando-se de tal maneira que é difícil definir um sem se reportar aos outros.¹¹² Contudo, não significou a total ausência de práticas religiosas de outras matrizes culturais, podendo estar restritos aos espaços privados.

Os números tendem a ser interpretados e problematizados. Apesar de considerar todos os indivíduos católicos de Limoeiro, é preciso levar em conta que as práticas religiosas africanas e indígenas eram perseguidas e combatidas pelo Estado.¹¹³

As relações matrimoniais tecidas entre esses indivíduos de diversos segmentos sociais, caracterizadas pelo caráter patriarcal daquela sociedade. Não obstante, é importante destacar as inúmeras uniões não legalizadas pela Igreja Católica, que produziram filhos ilegítimos.

A configuração social da população de Limoeiro nesse período era formada pelo *“trabalhador rural, o agregado das grandes fazendas, o parceiro, o arrendatário, o escravo negro ou pardo, o índio com traços de mestiço, enquanto, a classe proprietária compunham-se de uns poucos fazendeiros que faziam questão de demonstrar força e poder nas questões que se referiam à composição dos cargos administrativos, de cunho militar ou de justiça”*¹¹⁴.

O casamento punha assim muitos interesses em jogo. Eis algumas: os de natureza religiosa – pois uma grande parte da população era português de origem e católica de cultura, e esta Igreja era a única responsável pela espiritualidade –, e os de natureza civil, pois o casamento tinha implicações sobre a transmissão de propriedade.¹¹⁵

¹¹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 24.

¹¹³ Sobre essa questão, ver: BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo: Ática, 1986; NOGUEIRA, André. **A fé no desvio: cultos africanos, demonização e perseguição religiosa – Minas Gerais, século XVIII.** 2004. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ; SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹¹⁴ FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos de História Jaguaribana: Documentos, Notas e Ensaios Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe.** Fortaleza, Premium, 2003, p. 323-324.

¹¹⁵ *Idem. Ibidem*, p. 50.

Para o caso de Limoeiro, os matrimônios tendem a formar alianças constituindo novas configurações familiares, para além dos aspectos de consanguinidade. O casamento “era um ato social de grande importância, polarizando vários interesses e fazia-se por isso num círculo limitado, sendo comuns as uniões de parentes afins, que tinham como afinidade preservar a fortuna”; bem como, o matrimônio entre indivíduos de camadas sociais diferentes, em alguns casos, buscando ascensão social.¹¹⁶

Além das relações matrimoniais, o censo de 1872 permite indagar acerca da conjectura da instrução pública na Província do Ceará no século XIX que, em conformidade com Adelaide Gonçalves, “são informadas pelos propósitos normatizadores e pelos conteúdos da religião (assistência e caridade)”.

Aqui o professor é o porta-voz da norma, das noções da virtude e da moral pelo trabalho, da introdução de novos hábitos da economia e da poupança, em sua variante de que o tempo é dinheiro. Neste ponto, se retenha o argumento de Thompson não restringindo o estudo das práticas disciplinadoras apenas à fábrica ou à oficina, uma vez que *havia outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar o uso-econômico-do-tempo – a escola.*¹¹⁷

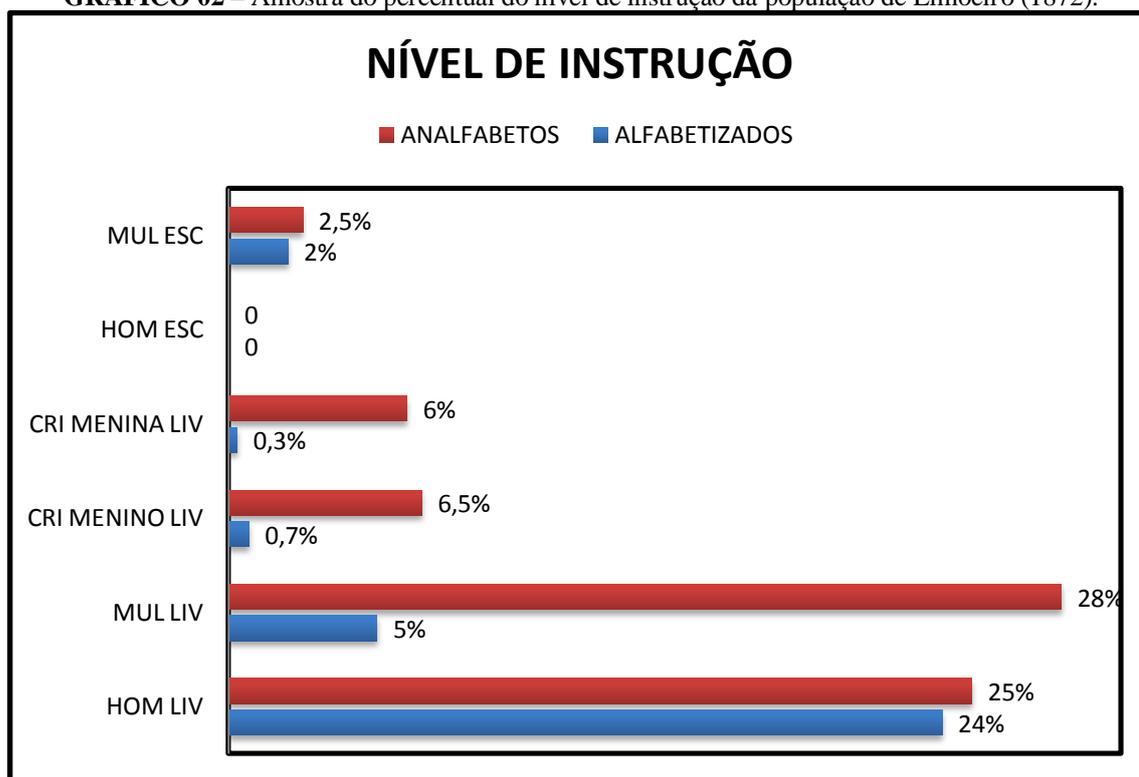
No diálogo estabelecido com Edward Thompson, em *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*, a historiadora Adelaide Gonçalves salienta os propósitos que mediavam as formas de concepção da instrução pública, sendo elas, principalmente, a moralização do trabalho e um novo sentido atribuído ao tempo. Dentro dessa lógica, é possível compreender a necessidade de se instruir a classe trabalhadora, os pobres – livres ou cativos.

Além da preocupação de explicitar a religião daqueles que habitavam em Limoeiro, isso também se deu em relação à educação, conforme alude o gráfico abaixo:

¹¹⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo – V. 8 n° 15, pp. 91-105, p. 93.

¹¹⁷ THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 292. *Apud.* PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. “Uma fábrica de homens utilizáveis”: sobre escola e instituição pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani. (Org.) **Em tempo: História, Memória e Educação**. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p.83.

GRÁFICO 02 – Amostra do percentual do nível de instrução da população de Limoeiro (1872).



FONTE: Censo de 1872.

A instrução em Limoeiro, na segunda metade do século XIX, era direcionada aos homens livres, como apresentado no gráfico. Da população em geral, 24% (4.555) eram alfabetizados e 25% (4.742) eram analfabetos. Já entre as mulheres livres, havia apenas 5% (933) delas alfabetizadas, enquanto 28% (5.372) eram analfabetas.

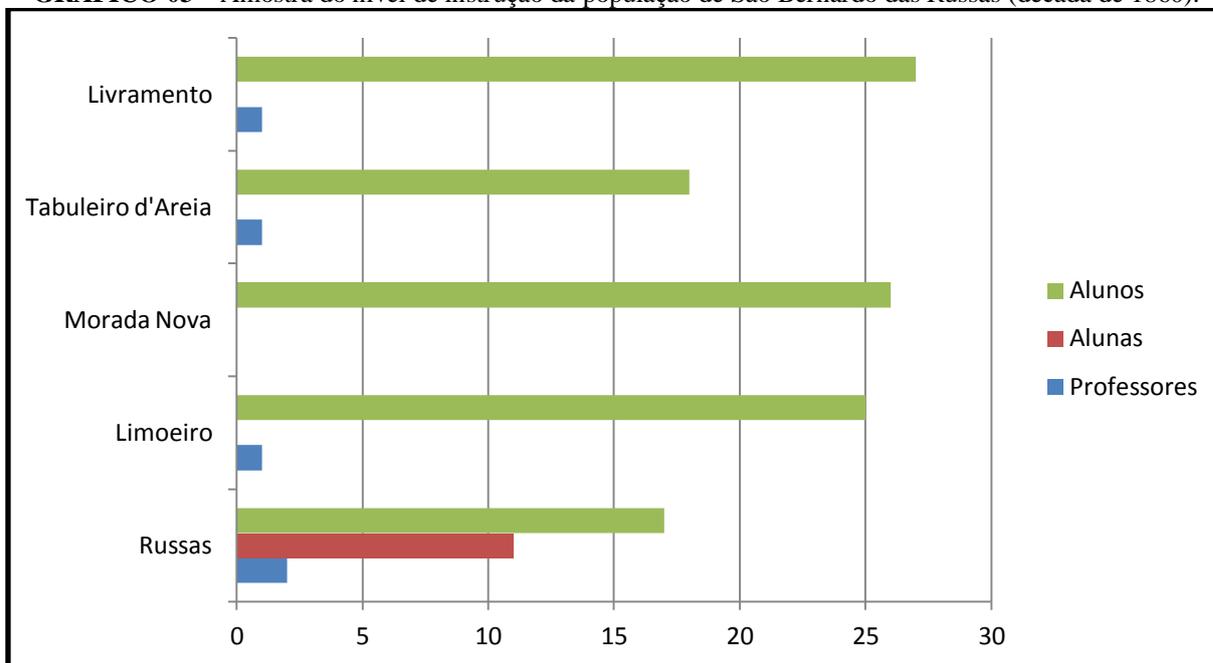
A análise dos dados das crianças catalogadas no censo de 1872, que possuíam idades variadas entre 6 e 15 anos, possibilitou perceber o alto índice de analfabetismo entre meninos e meninas. Considerada a população de Limoeiro, 0,7% (141) era o percentual conformado por crianças de sexo masculino alfabetizadas, e 6,5% (1.211) o dos analfabetos. Quanto às crianças de sexo feminino, 0,3% (76) era a quantidade das alfabetizadas e 6% (1.111) a das analfabetas.

Os dados referentes ao censo de 1872 não contemplam a escolaridade da população escrava masculina. Não obstante, as cativas configuravam 2% (423) da população de Limoeiro alfabetizada, ficando em 2,5% (491) o contingente das analfabetas.

Na década de 1860, o ensino secundário era ministrado apenas na Capital, ficava a cargo das Vilas o ensino primário. São Bernardo das Russas possuía 6 cadeiras, distribuídas conforme o gráfico abaixo, que constitui um esforço de sistematização dos dados propostos

por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, acerca dos níveis de instrução de Livramento, Tabuleiro d'Areia, Morada Nova, Limoeiro e Russas.

GRÁFICO 03 – Amostra do nível de instrução da população de São Bernardo das Russas (década de 1860).



FONTE: BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomos I e II. Ed. Fac-Similada de 1863 e 1864. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 1997, p. 813-22 (Tomo I).

Apenas em Russas o ensino primário era dirigido também a meninas. Logo, existia ali uma professora que atendia pelo nome de Joana Maria Rezende. Em conformidade com o gráfico acima, a única turma constituída por meninas estava situada em Russas, a qual era formada por 11 alunas, possivelmente de outras regiões do Baixo Vale do Jaguaribe. Enquanto a turma de meninos era formada por 17 alunos e lecionada pelo Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.¹¹⁸

Nesse período, o Estado brasileiro estava mergulhado em princípios morais católicos, que interferiam diretamente nas relações de gênero, no comportamento, no vestuário, na forma de compreender o mundo. Com o ensino não era diferente, meninos e meninas não compartilhavam de uma mesma sala, o que dificultava ainda mais o acesso das mulheres à educação.

As cadeiras de Limoeiro, Morada Nova (26 alunos), Tabuleiro d'Areia (18 alunos) e Livramento (27 alunos) eram direcionadas somente a alunos. Em Limoeiro, essa

¹¹⁸ LIMA, Lauro de Oliveira. **Sistema escolar de Limoeiro do Norte**: da Colônia à escola que revolucionou o município. Fortaleza: Premium Editora, 2002, p. 45-48.

cadeira era ministrada pelo professor João Ribeiro de Castro e Silva, e participavam dela 25 alunos.¹¹⁹

Falar de onde essas pessoas viviam, do que faziam, onde habitavam, o que possuíam, o grau de instrução que possuíam e o espaço que as cercavam constitui uma ponte de acesso ao universo material dos patrimônios familiares de Limoeiro, na segunda metade do século XIX.

1.3- QUEM TEM E O QUE TEM? Adjetivação dos valores dos bens na economia de Limoeiro.

A análise dos inventários *post-mortem* possibilita compreender o universo material das famílias de Limoeiro – os bens e as propriedades. Permite perscrutar as posses com o intuito de entender o funcionamento dessas unidades produtivas geradoras de condições para a reprodução da vida.

Os valores montantes dos patrimônios familiares de Limoeiro da segunda metade do século XIX ajudam a compreender os níveis socioeconômicos desse espaço, traçando uma feição econômica, onde a criação de gado era a atividade mais rentável de Limoeiro, favorecida pela água e pasto das margens dos rios Banabuiú e Jaguaribe.

Os montantes examinados nos 75 inventários *post-mortem* representam a realidade econômica, e também social, de Limoeiro no período estudado.

TABELA 01 – Valores dos montantes dos patrimônios familiares nos inventários *post-mortem* de Limoeiro (1850-1884).

MONTANTE	Nº DE PATRIMÔNIOS	%
0000 ↔ 500	7	17,5%
0501 ↔ 1:000	9	22,5%
1:001 ↔ 2:000	10	25%
2:001 ↔ 3:000	4	10%
3:001 ↔ 4:000	4	10%
4:001 ↔ 5:000	2	5%
5:001 ↔ 6:000	1	2,5%
6:001 ↔ 7:000	-	-
7:001 ↔ 8:000	-	-
8:001 ↔ 9:000	-	-
9:001 ↔ 10:000	2	5%
+ 10:000	1	2,5%
TOTAL	40	

FONTE: Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva - (AFDACCS).

¹¹⁹ *Idem. Ibidem*, p. 47.

A análise dos montantes adjetiva os Sertões de Limoeiro pela pobreza, já que se pode perceber que 80% dos patrimônios avaliados não ultrapassam o valor de 5:000 (cinco contos de réis).

Há inventários cujos montantes não chegam a 500\$000, esses perfazem 17,5% do total, e, nestes, os inventariados são considerados extremamente pobres. Os sete casos são os de Maria Freire Martins (1877), Custódio Francisco de Menezes e Silva e sua mulher Clara Linda de Jesus (1878), André Nogueira Epifânio (1879), Manoel Clementino Filgueira (1881), Ignacia Luzia de Sousa (1883) e Joaquim Rodrigues da Silva (1884).

Entre os casos preditos, o de Manoel Clementino Filgueira, falecido em 1881, tem uma particularidade bastante significativa no seu inventário, que seria a ausência total de bens no mesmo, fazendo referência somente a um recebimento de dinheiro, decorrente do financiamento da alforria do escravo Thercio, um mulato de dezenove anos de idade, solteiro e natural desta província, avaliado na quantia de 750\$000 réis.¹²⁰

Alguns dos inventários analisados não arrolaram bens, antes, atestaram a inexistência de bens por parte dos inventariados. Esses documentos serão aqui denominados “inventários negativos”. Tal termo não “*tem sentido jurídico nem vernáculo; inventário exige como condição precípua a existência de alguma coisa a inventariar*”.¹²¹

O inventário é a administração da herança, e esta, sendo patrimônio pessoal deixado por morte, consiste na unidade abstrata de todos os bens, direitos, obrigações e ações, ativas ou passivas, existentes na abertura da sucessão. Assim, mesmo negativa, subsiste como unidade patrimonial, a cuja autonomia a partilha porá fim. Desta forma, requerimento de inventário nunca poderá ser indeferido, mesmo que o patrimônio deixado pareça ser nada ou constando da certidão de óbito nota de inexistência de bens a inventariar, pois o inventário é para pôr ordem e liquidar situação econômica residual de quem faleceu.¹²²

Conquanto, mesmo possuindo um sentido contrário à função principal dos inventários, que é partilhar bens, os inventários negativos, assumem outra particularidade, que para esses casos são admitidos por meio da jurisprudência: dívidas ativas e passivas, e a comprovação de que o falecido não possuía patrimônio.

¹²⁰ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Manoel Clementino Filgueira. Ano: 1881.

¹²¹ RE 30145, Relator(a): Min. Afrânio Costa – Convocado, Primeira Turma, julgado em 07/01/1957, DJ 30-05-1957. EMENT VOL-00298-01 PP-00303. In: ALMEIDA, Glauco Pereira. Considerações sobre o inventário negativo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2265, 13 set., 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13499>. Acesso em: 20/abr./2014, às 14 h.

¹²² Apelação Cível nº. 20070310203262, Relator Flavio Rostirola, 1ª Turma Cível, julgado em 19/12/2007, DJ 07/02/2008, p. 1993. In: ALMEIDA, Glauco Pereira. Considerações sobre o inventário negativo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2265, 13 set. 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13499>. Acesso em: 20/abr./2014, às 13 h.

Os patrimônios inferiores a 500\$000 possuem apenas uma tipologia de bens que os caracteriza, a exemplo de duas ocorrências observadas nas fontes: 1) a de Custódio Francisco de Menezes e Silva e sua mulher, Clara Linda de Jesus, falecidos em 1878, cujas posses configuram bens móveis, mais especificamente, objetos relacionados ao ouro; e a de 2) André Nogueira Epifânio, falecido em 1879, que tem seus bens centrados na posse de muares.¹²³

Entretanto os patrimônios catalogados nos inventários *post-mortem* que ultrapassa a quantia de 1:000\$000 (um conto de réis), possuem uma diversificada tipologia de bens dentre aqueles catalogados nos inventários.

Contudo, o gado era um elemento pertencente aos bens de grande parte dos inventariados, mas o caso de Dona Maria de Jesus de Nassarethe, falecida em 1876, casada com Antônio Rodrigues Hollanda de Lima, moradora do sítio Canto Grande (tal região, atualmente, está nas limitações do município de São João do Jaguaribe), possuía uma “*pequena casa de tijolos com duas portas de frente sita nesta Vila de Limoeiro, na rua da Matriz, apartir pelo nascente com Manoel José Carlos de Noronha*”. Detinha, ainda, em seu patrimônio uma vastíssima quantidade de gado, 503 cabeças de gado, que variavam entre vacas com cria, vacas sem cria, bois mansos de carro, bois, touros, novilhas e garrotas – bens que somados chegam a 5.691:805\$000.¹²⁴

As famílias Rodrigues e Hollanda eram grandes detentoras de terras no Vale do Jaguaribe, na segunda metade do século XIX. Por conseguinte, fazemos menção a Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante, casada com o Capitão João Hollanda Cavalcante Mello, falecida no ano de 1878, possivelmente ainda jovem, já que é mãe de Francisco, com 5 anos e Maria de apenas 2 anos.

O patrimônio de Dona Amélia tem assento na posse de bens de raiz: terras e casas. A posse de terras chama a atenção por dois motivos: a grande extensão das mesmas, que estavam situadas em Russas, Quixeré, Tabuleiro e Morada Nova; bem como a baixa valorização. Não obstante, as habitações urbanas que eram posses mais valorizadas, estavam fixadas nos arredores da Igreja Matriz, na Rua Boa Vista e na Rua do Cotovelo.

Consoante com essas posses preditas de Dona Amélia, o seu cabedal é o único, nos inventários compulsados, que possui uma loja ou casa comercial, assumindo a seguinte

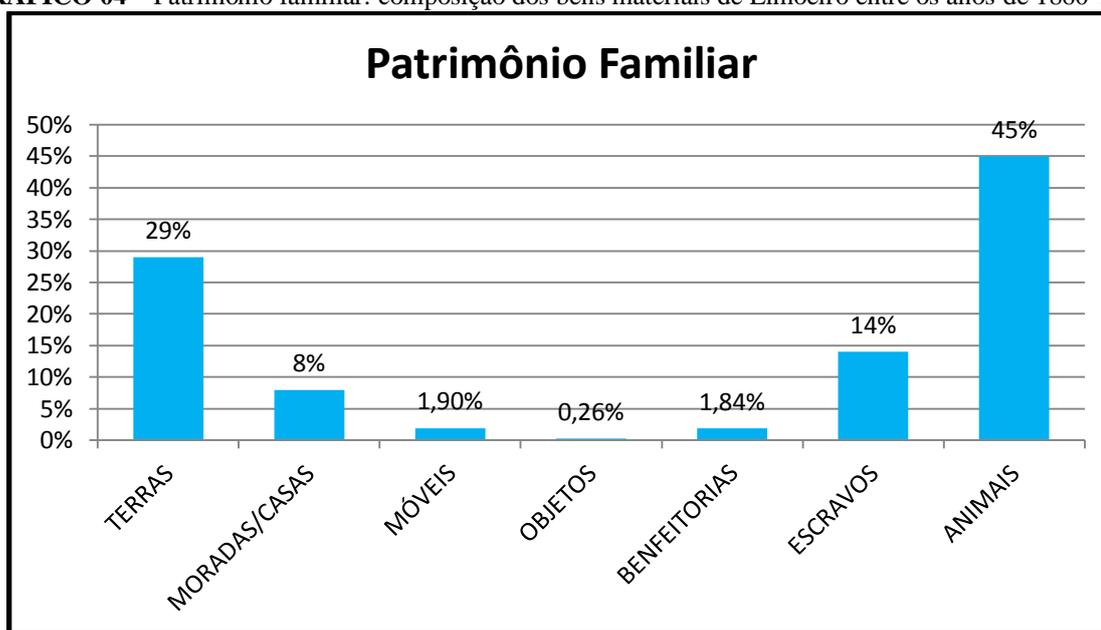
¹²³ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Custódio Francisco de Menezes e Silva e sua mulher Clara Linda de Jesus. Ano: 1878.

¹²⁴ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante. Ano: 1878.

descrição: uma loja, com fazenda murada, com cadeiras, no balanço da loja, avaliada pela quantia de 1:500\$000.

Dona Maria de Jesus e Dona Amélia eram mulheres casadas e não há referência a outras núpcias, o que impossibilita pensar na acumulação desses bens na condição de viuvez. A forma mais recorrente de explicação de grandes cabedais femininos, no século XIX, dava-se pela herança.

GRÁFICO 04 – Patrimônio familiar: composição dos bens materiais de Limoeiro entre os anos de 1860-1884.



FONTE: Inventários *post-mortem* - (AFDACCS).

Na composição dos patrimônios familiares, os inventários *post-mortem* foram importantes instrumentos, já que portam uma descrição minuciosa e uma avaliação monetária dos bens materiais catalogados. Os bens inventariados foram catalogados em três grupos:

- a) bens de raiz: propriedades (fazendas, sítios, “sorte de terras”, casas);
- b) bens semoventes: animais (gado vacum, cavalari, caprino e muar) e escravos;
- c) bens móveis: objetos (mobiliário, imagens, oratórios, joias e moedas de ouro e prata).

Sendo que na segunda metade do século XIX, em Limoeiro, os patrimônios das famílias estavam concentrados na obtenção de terras e animais. Todos esses bens estão interligados, imbricados numa rede. A criação de gado viabilizou uma dinâmica de produtos e pessoas, fato que conduziu a circulação de objetos, bem como as percepções de usos e técnicas que alteraram significativamente os modos de vida dos sertanejos na segunda metade do século XIX.

A cultura da pecuária mudou a paisagem dentro e fora das casas. A arquitetura das casas e a estrutura dos objetos eram expressões dessa sociedade pecuarista inserida numa lógica de recursos limitados. A sociedade sertaneja de Limoeiro era marcada pela mescla de hábitos pastoris e “civilizados”, implicando nas formas como moldava o patrimônio familiar, sua produção, seu consumo, sua circularidade pelos sertões na segunda metade do século XIX em Limoeiro.

Conforme os dados obtidos, demonstrados no gráfico acima, o patrimônio familiar estava rateado entre propriedades rurais e urbanas. A criação de animais (45%), nas terras (29%), benfeitorias (1,84%) e a ocupação de escravos (14%) eram atividades localizadas no campo. Enquanto as moradias (8%), seguidas por móveis (1,90%) e, por fim, os objetos (0,26%) estavam dispersos nos dois ambientes.

A vida material de Limoeiro estava baseada na atividade criatória, e, em especial, a criação de gado; ficando a produção agrícola no segundo plano econômico. A pecuária foi um elemento marcante na formação e organização urbana e populacional do Ceará, produzindo uma materialidade diversa e própria das labutas diárias referentes àquela atividade, o que transcendeu a instância do trabalho e penetrou nas cotidianidades dos sertanejos, desde os hábitos alimentares, de vestimentas, de sociabilidade até modos de vida.

CAPÍTULO II

RELICÁRIO PATRIMONIAL: UM ESTUDO ACERCA DA CULTURA MATERIAL.

A História da Cultura Material é uma dimensão historiográfica que busca analisar as interações dos objetos/bens materiais, que neste estudo se configura enquanto *patrimônio familiar*, pensando as formas e modelos da composição patrimonial, bem como as instâncias da vida humana, na sua concretude das condições materiais tendo elas, vertentes sociais, econômicas, culturais e naturais.

O material não é estanque, não é observável apenas mediante a análise da condição física; ele é dinâmico e se articula com os jogos sociais e as necessidades e vontades nos quais está inserido e aos quais ele é atribuído.

O universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições.¹²⁵

Assim, o estudo da Cultura Material constitui não apenas a vida material e econômica dos sujeitos, pois perpassa o âmbito do simbólico. E, em meio às relações estabelecidas entre material/simbólico, é sublinhado nesse campo o ato de significar socialmente o que é possuído ou não.

O historiador Giovanni Levi compreende que o material só existe porque tem sentido na dimensão do simbólico, das significações, e é nessa esfera que é possível atingir o algo para além do que esses sujeitos possuem.¹²⁶

De dentro do campo de estudo da História da Cultura Material emerge o conceito de *vida material*, no processo de alinhar os retalhos dispersos dos modos de vida destacados pela materialidade.

A esse respeito, Marcelo Rede sustenta que:

¹²⁵ REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. sér. v. 4, p. 265-82, jan./dez., 1996, p. 274.

¹²⁶ LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 136.

(...) a História das Coisas Banais deseja considerar de outra maneira as práticas habituais e o lugar dos objetos no viver cotidiano, as relações de uso e troca que eles criam quando são raros e sua duração tem um valor diferente na nossa, quando a sociedade é menos complexa e quando as relações surgem, além das formas econômicas, dos valores simbólicos.¹²⁷

Tendo como base a obra de Marcelo Rede, que se interessa por ver a história que se inscreve nas coisas, podem-se analisar os patrimônios familiares do sertão de Limoeiro (CE), com o fito de enxergar ali uma *vida material*. Saber o que essas pessoas possuíam, o universo material que as circundava, possibilita perscrutar os aspectos da vida social, econômica e cultural.

Andar por entre as ruas, os campos e as vielas na Vila de Limoeiro e ali visualizar as casas de moradia e de estabelecimentos comerciais, que davam forma aquele núcleo urbano eram práticas corriqueiras daqueles que residiam nesse espaço, o que possibilita analisar como viviam e produziam condições de existência cotidianas no espaço que é público, aquele fora da casa.

2.1 - NOS (EN)CANTOS DAS TERRAS

A pecuária foi a principal base da economia no período de povoamento da capitania do Ceará. Os vaqueiros e o gado embrenharam-se no interior da região que hoje conhecemos como Nordeste, e no decorrer do processo de expansão dessa indústria foram fixando residência e recortando as terras que circundavam as margens dos Rios Jaguaribe e Banabuiú, espaços antes vivenciados pelas sociedades indígenas.

A tabela abaixo esboça, em conformidade com os inventários *post-mortem*, como as propriedades se concentravam mediante os proprietários. Não obstante, nos possibilita analisar a dinâmica e a concentração das terras.

¹²⁷ REDE, Marcelo. *Op. Cit.*, p. 13.

TABELA 02: Amostra da disposição de terras por proprietários em Limoeiro, nos anos de 1850-1884.

QUANTIDADE DE PROPRIEDADES (TERRAS)	PROPRIETÁRIOS	PORCENTAGEM (%)
0	6	14%
1	11	25%
2	5	11%
3	6	14%
4	4	9%
5	3	7%
6	3	7%
7	2	4,5%
8	0	-
9	2	4,5%
10	1	2%
+ 10	1	2%
TOTAL	44	100%

FONTE: Inventário *post-mortem* - (AFDACCS).¹²⁸

Os números acima dão conta de que a terra não era bem comum a todos os inventariados. Destes, 6 não eram detentores de terras, o que constituía 14% dos proprietários. Os inventariados despossuídos de propriedade sobre a terra são: João Rodrigues Lima, Manoel Lourenço de Oliveira Gondim, Antônio Manoel Leite e Dona Clementina Maria de Jesus, João Ferreira Maia, Laurentina Angélica dos Passos e Manoel Clementino Filgueira. Esses denotam em seus parvos cabedais a pobreza ali existente.

Inversamente, a inventariada Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante, para a realidade de Limoeiro, possuía um grande número de terras, contabilizando 18 pequenas propriedades, possivelmente obtidas por herança. Entre elas, destaca-se a do Sítio Lagoa da Serra, que se localiza no atual município de Morada Nova, cuja dimensão territorial é de 725 braças, avaliado na quantia de 1:450\$000 réis – aqui cada braça equivale a 500\$000 réis.

As propriedades inventariadas não fazem distinção entre as delimitações de uma “fazenda”, uma “sorte de terras”, uma “porção” ou um “sítio”. As dimensões territoriais variavam entre 3 (três) braças e 2.119 (duas mil e cento e dezenove) braças, além de sortes e porções de terra que foram avaliadas entre 1\$000 e 2:5000\$000.¹²⁹

É recorrente nos inventários *post-mortem* ou no registro de terras mencionar-se o termo “terras de criar”, assim como se observa na catalogação dos bens de Dona Maria de Jesus do Nasarethe, falecida em 1876, na qual são arroladas: “500 braças de terra de criar no

¹²⁸ Os valores percentuais são aproximados.

¹²⁹ Segundo Ronaldo Vainfas, uma braça equivaleria a dez palmos ou a 2,2 metros, sendo que, havia diferenças regionais. Sendo essa medida estipulada em 1697. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 123-126.

sítio Limoeiro Queimado, ribeira do rio Jaguaribe avaliada na quantia de 500.000 reis. (500\$000)”.¹³⁰

O valor dado a terra assume critérios econômicos que perpassam a lógica da fixação das propriedades.

Atitudes e apropriações eram mais facilmente visíveis no espaço organizado, local de trabalho e base da vida no campo. A terra, isto é, os solos com sua variedade e seu valor produtivo reconstruídos pelos homens, agrupava toda a organização rural, assim como o fato de possuí-la orienta para um prestígio fundamental a divisão social. Era na relação cotidiana com a gleba que se via a capacidade e manutenção e de renovação de um universo onde tudo tinha sua importância, gestos e utensílios, práticas e representações, dominadas pelo retorno cíclico das estações, dos trabalhos e dos dias.¹³¹

Tendo em vista o exemplo do inventariado João Nogueira da Costa, que possui terras no Sítio Barra do Banabuiú, foram inventariadas 90 braças inicialmente, cujo valor foi de 270\$000¹³², e, em seguida, mais 90 braças, também foram arroladas no mesmo sítio, ao valor de 90\$000. A única distinção que o documento faz em relação às propriedades referidas é que a segunda, de valor inferior, ficava situada ao *lado do riacho Gangorra*. Uma explicação possível para essa diferença de valor de uma em comparação à outra pode estar no acesso à água. Por esse viés, a segunda propriedade teria recebido sua avaliação conforme a proximidade e o acesso a recursos hídricos.¹³³

Além do papel da água, a supervalorização da pecuária nesse período pode ser compreendida através da Lei de Terras de 1850, a qual regularizou as propriedades fundiárias. Sua aquisição se dava através de compras, vendas e heranças. Contudo, através dessa Lei estabeleceu-se o direito às formas de uso e posse da terra.¹³⁴

Dito isso, além das “terras de criar” aparecem os cercados, o que suscita questionar a necessidade de cercamento. Das 147 propriedades catalogadas, em 44 delas foram mencionados os cercados, uma proporção de quase 3 propriedades para 1 cercado; ou seja, uma pequena mostra da importância econômica e organizacional desse equipamento.

¹³⁰ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Maria de Jesus de Nasarethe. Ano: 1876.

¹³¹ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (século XVII-XIX). Lisboa: Teorema, 1997, p. 40-41.

¹³² “A vigência monetária do “réis” durou até 1942, ano em que foi substituído pelo “cruzeiro”. Um conto de réis (1:000\$000) era igual a mil vezes a importância de mil-réis”. In: BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p.106-107.

¹³³ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de João Nogueira da Costa. Ano: 1875.

¹³⁴ CIRNE LIMA, R. **Pequena História Territorial Brasileira**. Esaf, Brasília – 1988.

Sem dúvida, o cercado era uma forma necessária de afastar os animais das plantações. Conforme salienta Gilberto Freyre, um dos principais animais que necessitam de cerca são as cabras, pois “*criada à solta, a cabra é um inimigo terrível, não só de toda a lavoura, como de toda planta*”.¹³⁵

(...) “Criada como é, sem a mínima vigilância, num território onde as cercas, não são feitas para dividir terrenos mas unicamente para resguardo dos ‘cercados’, ou pequenas plantações, fácil é compreender por que em toda área para a qual a cabra tem livre acesso não é possível para planta alguma chegar a um desenvolvimento maior, a não ser que tenha em si algum meio de defesa, como espinhos, glândulas fortemente aromática ou sucos que afugentem esses inimigos”. [GRIFO DO AUTOR]¹³⁶

A valorização da terra e a organização dos cercamentos estavam atreladas à ação de resguardar a água, atribuindo a esse recurso um caráter privativo e de propriedade. O que constituía um elemento de ordenação social, no sentido de que os sujeitos que detinham o acesso a esse recurso distinguiam-se dos demais, tanto no âmbito social, como no econômico.

(...) a posse de uma propriedade é mais significativa quando apresenta, dentro de seus limites ou extremos, reservatórios de água tais como lagoas ou rios. A posse desse recurso produtivo poderia ser um mecanismo a mais de domínio e relação de dependência entre o proprietário e o despossuído de terra; mas também entre aqueles que dispunham de propriedades e não tinha acesso a esse recurso.¹³⁷

Bem como, além de cercar a propriedade e atribuir maior valorização a terra, o cercado também *resguardava* a água do domínio público, configurando aqui um *bem privado*. Ou seja, sua atribuição vai além de tolher o gado e proteger pequenas lavouras, o cercado era uma forma de gerenciar mecanismos de poder.

Entre os bens arrolados no inventário de Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante, há “*a metade do açude cercado grande nas terras de criar Lagoa do Bessa, cujo valor é 150.000 reis*” (150\$000). A metade de uma propriedade é um indicativo de herança na composição desse patrimônio.¹³⁸

Não obstante a necessidade de estabelecer cercas, o açude constituía um reservatório de acúmulo de água para viabilizar a sobrevivência dos indivíduos e dos animais

¹³⁵ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil- 7ª. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 111.

¹³⁶ LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a questão florestal da região do Nordeste do Brasil, Inspeção de obras contra as Secas, Rio de Janeiro, 1912. *Apud*. FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. *Cit.*, p. 111.

¹³⁷ DUARTE, Ronés da Mota. **Natureza, terra e economia agropastoril – Soure (CE): 1798-1860**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012, p.78.

¹³⁸ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante. Ano: 1878.

naquela propriedade. E representava um espaço de poder, já que em períodos de escassez de água, os donos da água estendiam suas influências sobre aqueles que não a detinham.

A cerca, além da função de proteger a propriedade e o que ela contém, através da Lei de 1850, tem o caráter de delimitação e fronteira, pois os rios, não dão mais conta de fixar de forma rígida as extensões das propriedades.

Mesmo não havendo menção de terras destinadas ao plantio em larga escala, os indícios apontam que existia, provavelmente para a subsistência e consumo local, bem como é possível averiguar no inventário *post-mortem* de Manoel Sebastião da Costa, falecido no ano de 1882, morador do Sítio Ferrão, além de possuir quatro cercados no mesmo sítio, detinha *uma porção de mandioca tendo mais ou menos mil covas no valor de 30\$000*.¹³⁹

Embora os inventários não façam alusões à partilha de terras que fossem destinadas a plantar, Francisco Freire Alemão, observando os Sertões, chama a atenção para as margens dos rios, que eram palco de disputas das pessoas que ali viviam pelos animais e pelas plantações *feitas nas vazantes, ribeiras dos rios*.¹⁴⁰ Outros indícios que fomentam, também, o conjunto patrimonial dos indivíduos da Vila de Limoeiro, consignam vestígios da atividade agrícola, entre eles, os registros de *caixas de legumes* possivelmente destinadas ao armazenamento da safra agrícola.

Assim, em seu estudo sobre Cotidiano e Cultura Material, no Maranhão, Antonia Mota analisa os objetos encontrados nas unidades produtivas rurais, já que caracterizam aspectos relacionados à técnica, ao trabalho e ao consumo.

Através dos objetos inventariados nas grandes unidades produtivas rurais, consta-se a precariedade das relações e das técnicas agrícolas, à exemplo objetos de produção os machados e serras para domar a vegetação nativa e preparar o terreno, enxadas e foices de abater e capinar, ferros de cova para o cultivo de gêneros e engenhos de descarregar algodão, teares de ensacar e balanças, já para a sustentação havia a roda de ralar mandioca e o forno de cobre, caldeirões de ferro, tachos de cobre e carros e juntas de boi, a canoa para transporte de mercadorias.¹⁴¹

O estudo dos instrumentos de trabalho permite conhecer e analisar as técnicas agrícolas e pastoris desenvolvidas numa sociedade, uma forma de conhecer o que era produzido.

¹³⁹ Inventário *post-mortem* de Manoel Sebastião da Costa falecido em 1882.

¹⁴⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 77.

¹⁴¹ MOTA, Antônia da Silva. Cotidiano e cultura material nos espólios familiares da Capitania do Maranhão, século XVIII e XIX. In: **CLIO**. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 25, p. 157-172, 2007, p. 159.

Por sua vez, em seu estudo dissertativo, Ronés Duarte compreende que “*as técnicas agrícolas difundidas no século XIX eram as mesmas desde o período colonial*”.¹⁴² Ou seja, as condições em que se realizavam as formas de trabalho não haviam passado por mudanças significativas que rompessem com essa tradição agrícola de técnicas e materiais.

Em relação aos hábitos alimentares surgem questões de teor bastante pontual. No processo de inventário do casal Francisco Pereira do Nascimento e Antônia Maria dos Santos, foi catalogado *um caixão para despejo de legumes*, cujo valor era de 8\$000 réis. As culturas que serviam de base alimentar da população de Limoeiro produziam leguminosas, como o feijão e milho, e também raízes; sendo a macaxeira entre estas a mais trivial – devido a partir dela ser feita a farinha, o beiju e a tapioca.

A população do Sertão de Limoeiro possuía uma dieta centrada também nos derivados do boi: a carne, a panelada (o intestino, o estômago do boi e o tornozelo – mocotó), fígada (o fígado, o coração, os rins), e do leite: a coalhada, o queijo, a nata e a manteiga, pelo que sugerem as condições econômicas locais, centradas na pecuária.

A partir do início do século XIX a cultura do algodão se expande no interior do Estado. Os primeiros cultivos realizados nos fins do século XVIII assumiram aspectos de grandes proporções quando o Ceará inicia suas primeiras exportações desse produto. Grandes eventos internacionais estão envolvidos com a expansão da cotonicultura cearense provocando a maior procura desse produto dando como resposta uma dependência dessa cultura a estímulos externos com períodos alternados de grande impulso e de estabilização. Esses eventos foram a Revolução Industrial (progressos técnicos, máquinas), Guerra de secessão América a queda de produção de outros fornecedores.¹⁴³

Entre os instrumentos de trabalho analisados no inventário de Vicente Ferreira da Silva Maia, havia *um tear velho de tecer pano* avaliado em 2.000 réis. O tear é um objeto recorrente no cabedal de diferentes montantes, da região do Baixo Jaguaribe, um instrumento utilizado para produzir tecidos, sua função era a de entrelaçar os fios, e era bastante disseminado entre famílias.¹⁴⁴

O engenho de fiar ou tear eram objetos utilizados no beneficiamento do algodão e na sua transformação, para que depois fosse produzido o fio.

¹⁴² DUARTE, Ronés da Mota. *Op. Cit.*, p. 133.

¹⁴³ SILVA, José Borzacchiello da. O algodão da organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989, p. 83-84.

¹⁴⁴ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Vicente Ferreira da Silva Maia. Ano: 1883.

O ato de fiar, que por muito tempo caracterizou-se como um trabalho feminino, estava inserido em um processo de transformação, tanto de ordem econômica, como social, de redefinição e organização dos papéis no tecido social.

As demarcações dos espaços eram constituídas pelo uso, a atividade de fiar e tecer entrelaçava os espaços da casa enlaçados pelo fio. Enquanto as atividades desenvolvidas com o tear podiam ser realizadas fora da casa, nas varandas e nas cobertas, a ação de bordar e costurar era geralmente realizada dentro de casa.

Além dos espaços de fora – os sítios e as fazendas que constituíam o cenário vivenciado diariamente pelos sertanejos –, as casas estavam inseridas nesses espaços ditos rurais ou fixadas em um precoce núcleo urbano e elas comportam outro tom, uma mistura entre o público e o privado, quem (e o quê) é de dentro e quem (e o quê) é de fora.

2.1.1- A CASA VISTA DE FORA.

Gaston Bachelard analisa de forma notável os diversos sentidos concedidos a casa. Bachelard pensa-a enquanto universo gerenciador e construtor de experiências e sensibilidades fixadas às paredes.

Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (...) todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. Veremos, no decorrer de nossa obra, como a imaginação trabalha nesse sentido quando o ser encontrou o menor abrigo: veremos a imaginação construir "paredes" com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusões de proteção ou, inversamente, tremer atrás de um grande muro, duvidar das mais sólidas muralhas. Em suma, na mais interminável dialética, o ser abrigado sensibiliza os limites de seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos.¹⁴⁵

Que habitações compunham socialmente o cenário do Sertão de Limoeiro? Qual a disposição da malha “rural” e “urbana” pensando às moradias? Neste período as casas no Sertão de Limoeiro se organizavam de forma dispersa naquele espaço em que dificilmente se podem traçar os limiares do urbano e do rural.

O ato de morar é cultural, no sentido que engloba desde as técnicas de construção, como os materiais, a relação com o espaço habitado, os vínculos entre as relações de usos com a casa e com as coisas que nela também habitam.

¹⁴⁵ BACHELARD, Gaston (1884-1962). **A filosofia do não; O novo espírito científico; A póstica do espaço.** Traduções de Joaquim José Moura Ramos (*et al.*). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores), p. 200.

Nessa esteira, pensa Philippe Áries,

Foi no fim do século XVII e início do XVIII que situei, partindo de fontes principalmente francesas, o recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e sua retração dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade. Essa nova organização do espaço privado havia sido obtida através da independência dos cômodos, que se comunicavam por meio de um corredor (em lugar de se abrirem um para o outro) e de sua especialização funcional (sala de visitas, sala de jantar, quarto de dormir etc.).¹⁴⁶

Conforme a historiadora Maria Ruth Amaral, o historiador da arquitetura brasileira, da casa paulistana, o multifacetado Carlos Lemes, na introdução do seu livro *Cozinhas, etc.*, anuncia uma importante perspectiva válida para as habitações brasileiras, onde destaca o papel singular da casa popular na sociedade em que está inserida. Por muito tempo os estudiosos das habitações ficaram limitados à análise da Casa-grande e da senzala, deixando à mercê e ao desconhecimento as casas populares, de sertanejos, de trabalhadores livres pobres, de escravos que não moravam nas senzalas.¹⁴⁷

Conforme Daniel Roche,

A casa, produto do tempo e produtora de temporalidades diversas, integrava-se a todos os movimentos econômicos e sociais que transformavam o mundo. Sua construção, suas melhorias se desenvolviam quando as necessidades, as da vida material, as da terra, não passavam antes. A habitação rural evoluiu, portanto, lentamente e por redistribuição – acréscimo de novas construções, retoques. É nessa bricolagem da história que devemos compreender identificando os mecanismos de variação, além dos elementos que não mudavam, das aproximações aparentes, das estruturas latentes.¹⁴⁸

A casa é uma inscrição de uma sociedade, de uma época e de um espaço. Ela é resultado de acontecimentos e experiências com materiais, com técnicas e principalmente com pessoas. Dela emergem representações múltiplas, e o sentimento de preservação e manutenção da vida.

Os inventários fornecem informações acerca da estrutura física das casas, estado de conservação, dimensão e localização, bem como materiais utilizados, que variavam entre telha, tijolo, palha e barro. Assim, o valor atribuído às habitações variava conforme sua dimensão, os materiais utilizados e a sua localização. Entre as casas analisadas, seu valor varia entre 3\$000 e 900\$000. De acordo como o inventário *post-mortem* de Manoel Sebastião

¹⁴⁶ ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p.16.

¹⁴⁷ SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. A casa brasileira. In: **Revista USP**, São Paulo, março/abril e maio 1990, p. 113.

¹⁴⁸ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.*, p. 119.

da Costa, de 1882, este possuía “*uma casa pequena de telha e taipa, muito deteriorada*”, situada na Vila de Limoeiro, no valor de 20\$000 réis.¹⁴⁹

A casa possuída era uma importante propriedade social e econômica, mas não constitui uma posse comum a todos os inventariados. Dos 44 (quarenta e quatro) processos arrolados em Limoeiro, 14 (quatorze) inventários não fazem menção a bens de raiz, são eles: João Nogueira da Costa, João Rodrigues Lima, Maria Freire Martins, Salvador Sousa Braga Barros e sua mulher Dona Liduina Joveana de Sousa, Dona Maria Felícia do Espírito Santo, Custódio Francisco de Menezes e Silva e sua mulher Clara Linda de Jesus, João Ferreira Maia, Sophia Maria dos Prazeres, Fortunato José da Cunha, Laurentina Angélica dos Passos, Manoel Clementino Filgueira, Thomazia Maria de São João, Caetano Joaquim de Sampaio, e sua mulher, e Joaquim Rodrigues da Silva.

Entre os inventários analisados apenas cinco deles fazem referência à localização das casas na Vila de Limoeiro, que estavam dispostas entre o Rio Jaguaribe e a Igreja Matriz, denotando ser a sociedade limoeirense, naquele contexto, eminentemente rural.

Conforme Liberal de Castro, o esquadramento das primeiras vilas, em grande medida, seguia o padrão urbanístico lusitano, representados nos equipamentos implantados. As construções e habitações estavam próximas e estendidas ao longo dos cursos d'água.¹⁵⁰

As casas situadas no espaço rural, na descrição dos inventários, não possuem uma especificação precisa que as distinguisse das moradias do espaço urbano, já que a estrutura física, os materiais e os valores são aproximados.

Segundo Valdelice Girão:

As casas-grandes fazendeiras, de que nos fala Cascudo, não foram muito frequentes no sertão do Ceará. Na zona de criação, tais estabelecimentos nunca tiveram o alto valor que adquiriram os engenhos, as fazendas e os sítios de cana. Todavia, aqui e ali, perdidas na imensidão das caatingas, encontravam-se casas enormes, baixas, de paredes grossíssimas e madeirame pesado – verdadeiras casas fortes – para atender a exigências de estabilidade e da segurança dos antigos donos de engenho que situavam fazendas de criar nos sertões, com a finalidade de satisfazer os seus interesses comerciais na zona açucareira.¹⁵¹

Contrária a essa lógica, percebemos no inventário do Tenente Coronel José Joaquim da Silva Matuto, na posse de um casebre de palha situado na Fazenda Lagoa Tapada,

¹⁴⁹ (AFDACCS) - Inventários *post-mortem* de Manoel Sebastião da Costa. Ano: 1882.

¹⁵⁰ CASTRO, José Liberal de. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 23.

¹⁵¹ GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. *Cit.*, p. 32.

avaliada na quantia de 3\$000, e caibros e telhas de uma casinha velha, localizada no Sítio Lajes, avaliada na quantia de 10\$000 réis, o que caracteriza para esse espaço em comparação com os outros inventariados uma realidade pobre, e a escassez de materiais.

Ao longo dos latifúndios, à distâncias irregulares, ficavam os casebres dos outros habitantes. Cabanas de taipa, de chão batido, com cobertas quase sempre de palha, tetos baixos e pouca inclinação, portas e janelas insuficientes para a entrada de luz e ventilação.¹⁵²

No cenário econômico e social dos Sertões de Limoeiro, ao longo de suas sendas estabeleciam casas e casebres, que realizavam a mesma função de proteção e segurança do homem em relação àquilo que estava do lado de fora.¹⁵³

A casa era um espaço limiar entre o público e o privado, entre quem está do lado de fora e quem está do lado de dentro; é a varanda (a denominação alpendre também é empregada em relação às casas localizadas no espaço rural adornada por varandas). “A varanda era uma extensão da sala de visitas, uma fronteira entre o mundo público e o privado, sendo utilizada para dar abrigo e refeições aos viajantes”.¹⁵⁴

A varanda/alpendre era um espaço reservado para aqueles que vinham de fora, mas também de deleite, de alimentação, de trabalho daqueles que ali habitavam. Conforme Sylvio Vasconcelos, a varanda é resultado da extensão principal do telhado, e sua base está no solo, enquanto o alpendre é uma peça que cobre o piso térreo, tem uma cobertura independente e não constitui um prolongamento do telhado.¹⁵⁵

O viajante George Gardner descreve as casas que seguem após a passagem pela Vila de São Bernardo.

Todas as casas desta parte da região que não está dentro da cidade têm na frente um alpendre sob o qual os viajantes geralmente pedem licença para fazer o pouso a noite, pendurando suas redes nos ganchos que para isso estão ali. Logo que foram desarreados os animais de sela e descarregados os que traziam a bagagem, soltamo-lo para pastar nas vizinhanças, com as patas dianteiras bem atadas, a fim de não se extraviarem.¹⁵⁶

¹⁵² GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Cit., p. 32.

¹⁵³ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.*, p. 117.

¹⁵⁴ VIEIRA JR., A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 89.

¹⁵⁵ VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979, p. 30-40.

¹⁵⁶ GARDNER, G. **Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 83.

Apesar de ser um elemento geralmente atribuído à casa sertaneja, apenas no inventário de Joaquim Virifismo da Cunha foi arrolada “*uma casa de varanda, feita de tijolos com eixo dependência, de um telheiro com duas águas no Oitão, situada na fazenda Cururú*”, avaliada pela quantia de 125\$000 réis.¹⁵⁷ Para esse caso, a varanda constituía um elemento de distinção e sofisticação em relação aos outros perfis de casas inventariadas, tendo em vista que nas demais casas listadas a porta era o meio divisório entre o público e o privado.

Segundo Liberal de Castro, a propagação do uso dos espaços que circundam a casa se deu “*à medida que aumenta a segurança, [e] as janelas se alargam e os telhados começam a descer do alto, em abas, formando [assim] alpendres cobertos*”.¹⁵⁸

De acordo com Nestor Goulart, a função das varandas/alpendres ia além da prerrogativa da hierarquização social, pois eram espaços de experiências.

Desenvolvia-se nos alpendres uma boa parte da vida das residências no Brasil. Nas áreas de clima quente, eram os locais mais ventilados, de temperatura mais amena. Para eles abriam sempre as salas de viver e de jantar, que se prolongavam, desse modo, para o exterior. Eram locais de conversa, de reuniões de família, das horas de lazer, dos vasos de estimação, das gaiolas de canários e das cadeiras de balanço, onde as senhoras mais idosas bordavam ou faziam crochê.¹⁵⁹

Os usos da casa sertaneja eram marcados pela superposição de funções, além do sentido de residir, enquanto espaço de moradia e de proteção, a casa era um espaço onde se estabeleciam as relações de trabalho, como é o caso de Caetano Gomes de Oliveira, que em seu inventário possuía uma *casinha de forquilha, coberta de telhas, servindo de salgadeira*, situado no Sítio de Limoeiro, avaliada na quantia de 3.000 réis (3\$000). Além de ser adjetivada enquanto instrumentos de trabalho, já que “*ela abrigava as colheitas e os animais, as carroças e as máquinas*”¹⁶⁰.

Os fazendeiros estabeleciam moradias em suas terras, já que isso viabilizava a administração das atividades. As acomodações eram modestas, marcadas pela simplicidade de quem vivia nos Sertões.

O tipo de construção mais comum na área rural da Capitania do Ceará, naturalmente, daqueles fazendeiros que foram se estabelecer em suas terras. Apesar da grande dimensão, eram casas sóbrias, com cobertura de telha em duas águas, vastos alpendres e paredes também grossas, levantadas com madeira, pedra e tijolo da

¹⁵⁷ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Joaquim Virifismo da Cunha. Ano: 1884.

¹⁵⁸ CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará. In: **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, p. 306.

¹⁵⁹ REIS, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 166.

¹⁶⁰ *Idem. Ibidem*, p. 117.

própria fazenda. As instalações modestas dessas fazendas e a indumentária simplíssima de seus moradores não apresentavam nenhum conforto e requinte.¹⁶¹

Além das moradias rurais, havia habitações no espaço “urbano” de Limoeiro, ainda em formação, assentado no entorno na *Igreja Matriz*. Na qual, os inventários fazem menção a três “ruas”: a Rua da Matriz, a Rua do Cotovelo e a Rua Boa Vista. A foto abaixo catalogada por Eusébio de Sousa, no livro *Álbum do Jaguaribe*, registrou a praça onde estava situada a Igreja Matriz em fins do século XIX.¹⁶²

Conforme Clóvis Jucá, a partir da segunda metade do século XVIII, as vilas fundadas no Ceará partiam do modelo dos antigos aldeamentos indígenas, estabelecidos pela ação pombalina – modelo esse que instituiu um esquadrinhamento e dotou de um traçado urbano as Vilas.¹⁶³

Destarte, as habitações, a igreja, a praça e as ruas estavam inseridas no projeto urbanístico português. De acordo com o estudo de doutoramento do arquiteto Clóvis Jucá, que analisou a organização urbana do Ceará, buscava-se padronizar as Vilas, o que fez com que por muito tempo esse modelo fosse reproduzido.¹⁶⁴

Nessa esteira, seguindo esse molde, ergueram-se as vilas, rodeando as Igrejas:

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² “Sintonizado com os grandes festejos que marcaram o centenário da independência do Brasil (1922) em todo o país, publicou o *Álbum do Jaguaribe* e auxiliou o município de Quixadá, onde à época residia, na organização das comemorações. (...) Tal ritualização do tempo, expressa na comemoração dessas e doutras datas cívicas, era pensada e efetuada por Eusébio de Sousa como grandes aulas de História para a população”. In: HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará** (1932- 1942). Dissertação (Mestrado) em História Social - Universidade Federal do Ceará. Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos, p.21.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 297.

¹⁶⁴ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A Urbanização do Ceará Setecentista**: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 355.

IMAGEM 02 – Igreja Matriz de Limoeiro.



FONTE: SOUSA, Eusébio de (Org.). Álbum do Jaguaribe. In: **Instituto do Ceará**. Empresa Gráfica Amazônia. Belém, Pará, Brasil, 1922.

A imagem acima era a visão que se tinha da frente da igreja, no ano de 1922, o que nos possibilita visualizar, em grande medida, como estava organizada a disposição da Vila de Limoeiro, tendo em vista, que não encontramos documentos que denotem uma reforma urbana.

As habitações e as casas comerciais estavam dispostas nos arredores da Igreja de forma que configuravam um desenho urbano organizado em um quadrado. Consoante com os inventários *post-mortem*, as casas catalogadas com a descrição da estrutura, dos materiais, seu valor e sua localização possibilitam traçar os pontos mais valorizados, bem como compreender o lugar social que os inventariados ocupavam na sociedade local.

Como aponta a imagem acima, as casas circunvizinhas à Igreja Matriz, chamadas de terras patrimoniais, eram mais valorizadas e tinham uma melhor estrutura física. Dentre essas habitações, destacam-se às 10 (dez) moradias de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante, que totalizavam 2:413\$000, e estavam localizadas na sede da Vila, nas ruas da Matriz e do Cotovelo, todas eram de tijolos e telha e variavam entre duas, três, quatro ou cinco portas de frente.

A valorização das casas em terras patrimoniais fica evidente na análise do inventário de Antônio Manoel Leite e sua mulher, Dona Clementina Maria de Jesus, no qual foi descrita uma casa de tijolos situada nas terras patrimoniais da capela de São João Baptista, no Poço das Pedras, distrito de São João do Jaguaribe, avaliada pela quantia de 500\$000.

IMAGEM 03: Praça da Matriz de Limoeiro.



FONTE: SOUSA, Eusébio de (Org.). Álbum do Jaguaribe. In: **Instituto do Ceará**. Empresa Gráfica Amazônia. Belém, Pará, Brasil, 1922.

Essa é a imagem mais antiga da Igreja Matriz de Limoeiro, que data de 1922, feita por Eusébio de Sousa, e constitui uma representação bem próxima às condições materiais e arquitetônicas da mesma na segunda metade do século XIX, tendo em vista que, não consta que tenha havido reforma que modificasse sua estrutura.

A rua onde estava localizada a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Rua da Matriz, ficava em frente da Igreja Matriz. As edificações dessa rua eram dotadas de uma melhor infraestrutura se analisadas do ponto de vista dos materiais utilizados em sua construção e pelo número de portas na parte da frente das casas.

Na referida rua localizavam-se as casas dos seguintes proprietários: Dona Maria de Jesus do Nascimento, que possuía uma pequena casa de tijolos com duas portas de frente; o Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto, proprietário de uma casa cuja principal característica era haver quatro portas de frente; e Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante, que era dona, nesta mesma rua, de quatro habitações – a saber, uma casa de tijolos, com cinco portas e uma janela de frente, uma casa comercial; uma morada de casa de

tijolo, com duas portas de frente; uma casa de tijolos, com duas portas de frente; e outra morada de casa de tijolos. O número de portas, em destaque nos inventários, nos faz compreender que se tratava de uma edificação mais vistosa e, conseqüentemente, de maior valor.

A Rua do Cotovelo, denominação atribuída pelo seu formato espacial, era uma travessa de ligação da Rua da Matriz com o Mercado Público Municipal, construído nos anos 1877-78. Era um espaço caracterizado pelas relações comerciais, mesmo antes da construção do Mercado, ali era espaço de negociações e trocas.

No inventário de Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante de 1878, encontravam-se quatro domicílios situados naquela rua, sendo: duas *moradas de casa de tijolos, com uma porta de frente; uma morada de casa de tijolos e uma casa de tijolos*. É importante destacar mais uma vez a presença de Dona Amélia, dessa vez com habitações na rua onde se concentravam as relações comerciais.

Além da localização espacial, as casas eram distinguidas pela presença e quantidade de portas e janelas. Conforme o arquiteto Romeu Duarte Junior, essas estavam inseridas numa lógica natural sertaneja.

As aberturas frontais, responsáveis pela admissão da ventilação e sempre guarnecidas por esquadrias cegas em madeira do tipo “ficha”, geralmente davam para o nascente, sentido ao qual, no Ceará, está sempre associado a ventilação dominante decorrente tanto dos ventos alísios como das mudanças de pressão relacionadas à continentalidade.¹⁶⁵

Contudo, o arquiteto Nestor Goulart Reis Filho reverbera a importância das portas e janelas na compreensão dos usos das habitações. Nas casas, sua função não é apenas de vias de acesso ou entrada de ar e luz, mas elementos de “*detalhamentos minuciosos e tecnicamente mais elaborados*”.¹⁶⁶

Segundo Otaviano Vieira Júnior, havia uma delimitação rígida nas casas entre o público e o privado.

Enquanto o dono da fazenda recebia e conversava com os hóspedes, se podia imaginar suas filhas e esposas olhando entre as ripas das portas, e com o olhar espremido e o ouvido atento buscavam acessar um mundo alheio à casa. Quando apareciam diante dos estranhos ficavam na fronteira entre a varanda e a entrada da residência, espreitando em silêncio o diferente. (...) A soleira da porta aparecia como

¹⁶⁵ DUARTE JUNIOR, Romeu. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 7, pp. 43-73, nov. 2008/abr., 2009, p.51.

¹⁶⁶ REIS, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 162.

um limite, onde a mulher ficava resguardada pela proximidade com o interior da morada.¹⁶⁷

A porta era um limiar entre os da casa e os que vinham de fora, o limite entre o que era público e o que era privado, cabendo às mulheres construir suas vivências na esfera particular, sendo os homens indivíduos que transpunham esses limites.

As residências com várias portas e janelas, eram geralmente casas comerciais, pois essas constituíam aberturas de visibilidades de produtos e trânsito de pessoas. Seguindo esse modelo de estabelecimento comercial era constituído o mercado público, como denota a imagem abaixo:

IMAGEM 04 – Mercado Público de Limoeiro.



FONTE: SOUSA, Eusébio de (Org.). Álbum do Jaguaribe. In: **Instituto do Ceará**. Empresa Gráfica Amazônia. Belém, Pará, Brasil, 1922.

A estrutura arquitetônica do Mercado Público de Limoeiro em fins do século XIX, cuja construção ocorreu entre os anos de 1877-79, decorrente da seca nesse período, composta por treze portas, denota o caráter comercial do estabelecimento.¹⁶⁸

Na Rua Boa Vista, apesar de não termos encontrado nenhum registro de casas, no inventário de Esequiel Lopes de Andrade lemos a descrição de uma edificação em construção

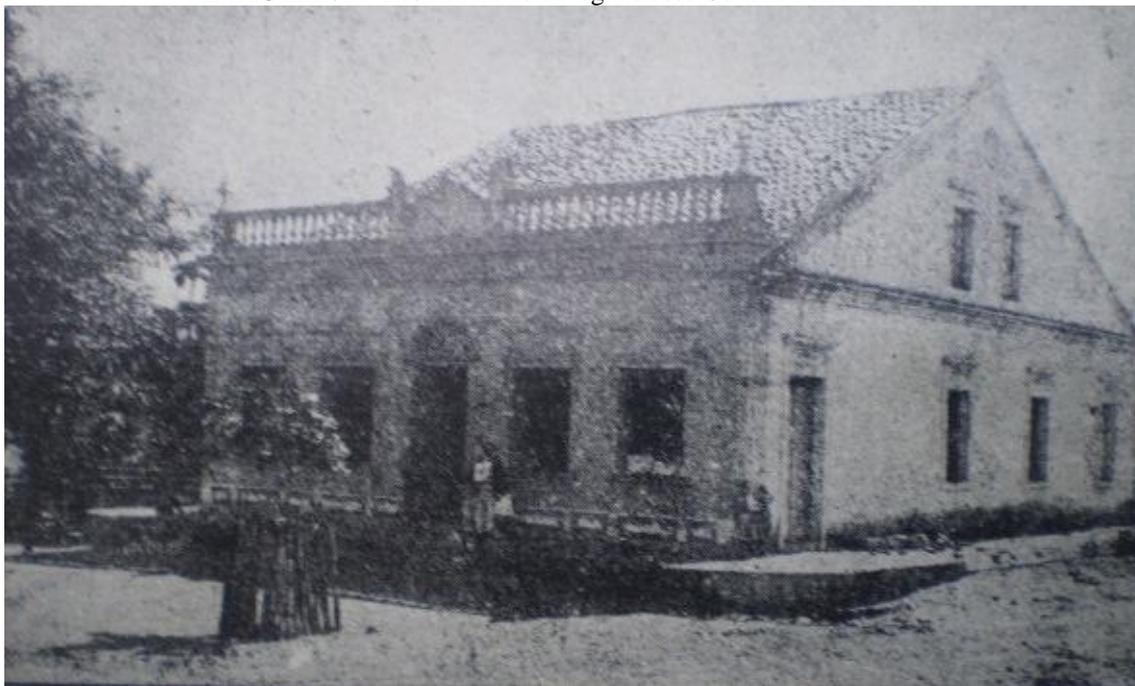
¹⁶⁷ VIEIRA JR. A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 91.

¹⁶⁸ Contudo, as construções realizadas pela Comissão de Socorros Públicos da seca de 1877-79 serão discutidas no terceiro capítulo.

cujo alicerce media 35 palmos de comprimento e que estava localizada em terras patrimoniais.

Embora a Rua da Matriz fosse composta por esse modelo de casas, no inventário de Caetano Gomes de Oliveira, que data de 1879, encontra-se o registro de uma *casa de tijolos deteriorada*, uma construção antiga.

IMAGEM 05 – Residência do advogado José Osterne Ferreira Maia.



FONTE: SOUSA, Eusébio de (Org.). Álbum do Jaguaribe. In: **Instituto do Ceará**. Empresa Gráfica Amazônia. Belém, Pará, Brasil, 1922.

O oitão é a parte superior da construção das casas, tem um formato de triângulo e serve de suporte para telhados com duas caídas de águas, essas eram comumente denominadas de eira e beira. As beiras tinham a função de proteger as paredes da água da chuva, depois de algum tempo, elas passaram a ter uma função estética nas casas e social.¹⁶⁹

Conforme os inventários *post-mortem*, os materiais descritos que compunham essas casas eram tijolos, taipas, telhas, forquilhas, palhas e caibros. E geralmente possuíam portas e janelas. Conforme Daniel Roche, “a natureza do material que certamente depende

¹⁶⁹ “A expressão “sem eira nem beira” para designar uma pessoa pobre, sem posses, vem da arquitetura colonial. Eira é um pequeno quintal nos fundos da casa; beira é a decoração da alvenaria (...) “Sem eira nem beira” é pois, uma pessoa que tem uma casa tão pobre que não tem quintal nem ornamento na parede”. In. RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1979, p. 87.

dos recursos locais, mas também do custo dos transportes que, abaixando, contribuindo para unificar os modos de construção”.¹⁷⁰

Eis aqui a elaboração da fisionomia arquitetônica da Província do Ceará, um retrato do arcabouço patrimonial que caracterizava o sertão e o litoral, numa relação própria com o meio físico. De acordo com o arquiteto Romeu Duarte Junior, a arquitetura cearense era marcada por traços que remetiam a improvisações técnicas e ao estabelecimento de diálogos intrínsecos com a natureza.

Assim, o que se tem é uma arquitetura de robustas paredes de alvenaria portante, constituída de tijolos de diatomita (4) ou de barro, cozidos nas toscas olarias situadas nas margens dos rios ou de outros corpos d’água, com pouquíssimas aberturas, fechada por uma coberta em barro e madeira, esta geralmente carnaúba (copernícia cerífera), palmeira encontrada nos terrenos alagados. Os materiais que conformam esse arranjo são naturalmente isolantes térmicos, ainda hoje empregados localmente e de forma ecológica para atender aos requisitos do clima semi-árido mediante o princípio da inércia térmica e em substituição à tradicional construção portuguesa em pedra.¹⁷¹

De forma geral, a maioria dos materiais utilizados eram elementos da natureza local, tendo em vista as facilidades de aquisição, o barateamento da obra e a técnica para a construção. Em conformidade com Otaviano Vieira Junior, “*o uso dominante de taipa e palha também estava associado ao caráter provisório das construções. O deslocamento constante da população cearense, muitas vezes combatido pela fundação das vilas (...) deixou suas marcas nas paredes dos domicílios*”¹⁷².

Os materiais utilizados na construção das casas de Limoeiro, geralmente estavam localizados nas proximidades, dispostos no Sertão, como é o caso da carnaúba.

(...) Várias espécies de palmeira, das quais a carnaúba é o vegetal mais comum e útil deste país: pode fazer-se uma casa com ela, sem mais outro ingrediente do que o barro: seu tronco é rijíssimo, e serve para tirantes e ripas; sua copa pequena; as folhas, em forma de leque fechado, servem para cobri-la, (...) elas são ainda o sustento do gado vacum no tempo de maior seca. Enquanto novas o âmago do tronco é tenro, e dá-se aos animais na falta doutro alimento. Ainda se extrai dele uma sorte de farinha, que é um recurso em tempo de fome.¹⁷³

¹⁷⁰ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.*, p. 129.

¹⁷¹ DUARTE JUNIOR, Romeu. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 7, pp. 43-73, nov. 2008/abr. 2009, p.50.

¹⁷² VIEIRA JR., A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 64.

¹⁷³ CASAL, M. Aires de. **Corografia Brasílica**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de [1ª Ed. 1817], São Paulo, 1976, p. 285.

De acordo com o viajante Gardner, o madeiramento usado na edificação das casas e na confecção de portas e janelas tinha como matéria-prima a carnaúba. Nas construções das casas não há nenhuma referência nos inventários de materiais que tenham sido transportados de outros locais.

As casas se constroem com um madeiramento feito de tronco da carnaúba e os espaços são tapados com tijolos. O tronco desta utilíssima palmeira é usado pelos habitantes para quase todos os fins a que se pode aplicar a madeira. É de tal resistência que a parte inferior, especialmente dos troncos plenamente crescidos, dura anos e anos, ainda quando exposta ao tempo. Por isso, com ele se fazem os currais de gado, cortando-se a madeira em sentido longitudinal.¹⁷⁴

A carnaúba é considerada a árvore da vida, uma planta típica do semiárido, essa palmeira estava dispersa em vastas extensões do Baixo Jaguaribe, e entre as várzeas e os baixios, que ligavam Aracati à Icó. Além do tronco da carnaúba que servia como madeiramento na região, havia também a utilização dos talos para a construção de casas de taipa, e as suas folhas constituíam a palha que cobria os telhados, além dos frutos que servia de alimento para os animais.

As condições econômicas e culturais atuam diretamente na construção das moradias. Os anos difíceis de seca e as enchentes marcaram profundamente o cenário e a dinâmica dos sertanejos, o que denota o grau de complexidade das habitações, as quais não podem ser percebidas somente enquanto miséria e pobreza, mas como espaços de vivências, relações culturais, jogos econômicos, organizações sociais, dos sertanejos.

Adentremos a casa...

2.2- NO INTERIOR DAS CASAS E DAS GAVETAS: ANÁLISE DOS MÓVEIS E OBJETOS.

Se até aqui tratamos da parte externa das casas, a partir de agora iremos adentrar os espaços internos das moradias, seguindo, sempre, o curso das descrições contidas nos inventários e, de alguma maneira, a nossa própria imaginação. Com intuito de compreender a construções dessas sensibilidades que cercavam a casa é necessário passar de fora para dentro.

Na cadeia que uni os objetos, a necessidade era um elemento maior. O móvel se caracterizava por sua mobilidade; era uma propriedade que se tornou, por oposição ao imóvel impossível de se deslocar, o essencial para designar o que ornava e

¹⁷⁴ GARDNER, G. **Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 82.

guarnecia a casa. Como meio, os móveis respondiam à necessidade (o sono, a alimentação, o trabalho): a mesa para se alimentar, a cama para dormir, as cadeiras para conversar, a escrivaninha ou a bancada para o trabalho intelectual ou material orientavam espaço e atividades.¹⁷⁵

Os objetos comportam em si formas construídas no âmbito social que dialogam recorrentemente com a estrutura física, e, nessa relação, é circundada de sentidos pelos sujeitos, tanto no campo da produção, como também da reprodução.

Segundo Marcelo Rede,

As dimensões concretas e cotidianas que aparecem na análise dos inventários póstumos revelam isto claramente ao historiador dos patrimônios: entre as posses reunidas, alguns objetos são classificados facilmente, mas onde deveriam ser colocados a prataria, as joias que estão simultaneamente nos circuitos de troca e uso? Os bens podem ter alto valor simbólico nas relações sociais, mas, em caso de necessidade, o proprietário ou a família herdeira não hesita em mobilizá-los como reserva financeira.¹⁷⁶

Os inventários *post-mortem* contêm uma gama de objetos arrolados que nos fazem compreender a composição e o nível do patrimônio que o inventariado possuía. Portanto, torna-se possível conhecer o interior das casas a partir dos móveis, utensílios, ferramentas, entre outros objetos que, dentro de uma perspectiva histórica, evidenciam a cultura material de uma determinada sociedade. Pode-se dizer, de outra maneira, que o interior da casa diz muito sobre as pessoas e época na qual está inserido.

Os inventários configuram-se enquanto chaves que, além de abrirem as casas, abrem também as portas, os baús e os armários, uma forma eficiente para atingir instâncias tão íntimas das vivências desses indivíduos.

Segundo Fernand Braudel,

As casas vistas do seu exterior são um primeiro espetáculo; vistas do interior, um outro. Ninguém poderá dizer que este é mais simples do que aquele. Com efeito, todos os problemas de classificação, de explicação, de visão global à escala do mundo se levantam de novo. Mais uma vez, ver o que se mantém, o que se modifica lentamente, é desenhar as grandes linhas da paisagem.¹⁷⁷

¹⁷⁵ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.*, p. 230.

¹⁷⁶ REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. N. Sér. v.4 p.265-82 jan./dez., 1996, p. 275.

¹⁷⁷ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.*, p. 254.

2.2.1- ADENTRANDO AS CASAS E ABRINDO AS GAVETAS.

Além de conhecer o que está do lado de fora, as fazendas, sítios, a criação de gado, de carros de bois, de cavalos, o vai e vem de pessoas, livres e escravas, agora é necessário adentrar a casa. Conhecer o mais íntimo, perscrutar a vida dessas pessoas e abrir suas gavetas é necessário para compreender como se constituíam os modos de vida no Sertão de Limoeiro.

Os objetos que compõem a casa não representam meros artefatos físicos ou, simplesmente, úteis às necessidades de manutenção da vida humana. Mais do que utilitários, os objetos são, em sua maioria, portadores de importância simbólica e valores sociais, capazes de abrigar lembranças individuais e coletivas. Percebe-se, assim, a importância de analisar os objetos, pois, por meio deles, podem-se imaginar os matizes materiais/simbólicos de um período.

Os móveis mantinham um jogo complexo de superposições e reciprocidades cuja organização significava a finalidade da existência humana, mas também a maneira como cada um, coletiva ou individualmente, respondia a esse questionamento. A finalidade global do móvel agia sobre sua forma, sua estrutura e seu material.¹⁷⁸

Busca-se compreender a dinâmica interna dos domicílios da vila de Limoeiro. Desde meados do século XVIII, a separação da casa em compartimentos foi denominada como: sala, quarto e cozinha. Contudo, os sentidos da casa não residiam nessa estrutura; a casa estava dividida pelas vivências, os espaços eram de dormir, de comer, de trabalhar, iam além de cômodos – eram espaços sociais, de feição econômica, possuíam múltiplas funções.¹⁷⁹

O estudo dos objetos e dos bens é importante na medida em que permite compreender que, da mesma forma que são reflexos de uma acumulação, configurando ou não abundância, também poderiam compor um ambiente de pobreza, necessidade ou escassez. Isto posto, infere-se, a partir do conhecimento da mobília descrita nos inventários *post-mortem*, o perfil das casas da vila de Limoeiro no período de 1850 a 1884, bem como os estratos sociais que mais diretamente caracterizavam a sociedade local.

Parte dessa mobília é marcada por uma simplicidade comum àqueles que moravam nos Sertões. Não obstante, do inventário de Antônio Baptista de Moura e de sua

¹⁷⁸ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.*, p. 231.

¹⁷⁹ VIEIRA JR., A. Otaviano. *Op. Cit.*

mulher Anna Francisca de Jesus, de 1883, denota-se possuírem *um banco menor de madeira de carnaúba*.¹⁸⁰

O primeiro ambiente que se convencionou nomear de sala representa um espaço de sociabilidade, para além da varanda, entre os moradores da casa e os visitantes, como também um lugar de realização de algumas funções cotidianas. Normalmente, a sala constituiu-se no primeiro cômodo interno da casa, no qual se estabelece um espaço limite entre o público e o privado. Segundo Tânia Andrade Lima, a sala é um lugar “*formal, destinado ao entretenimento e ao lazer, e, por conseguinte a representação social, que tinha o acesso permitido aos de fora*”.¹⁸¹

Sendo a sala um lugar incumbido de receber as visitas, ali estavam empregadas diversas e variadas madeiras, principalmente a carnaúba, na forma de bancos pequenos, cadeiras e sofás de palhinha.¹⁸² Além da função de sentar, o banco também servia como suporte, como no inventário do Tenente Coronel José Joaquim da Silva Matuto no qual havia *dois bancos de madeira para lanternas*. Vale ressaltar que a iluminação naquela época era feita com vela derivada da cera de carnaúba em candeeiro (também chamado de lampião) que através da combustão do óleo, amiúde de peixe, iluminava os ambientes da casa.

Ao sair de Aracati em direção a Russas, Freire Alemão descreve uma casa sertaneja e os seus usos.

Entrei na casa em que estava, era uma casinha de negócios, como um armarinho, por fora do balcão apenas admite três cadeiras: o dono era um rapaz bem-parecido e cortês, deu-nos genebra e água sofrível, obsequiosamente; a mulher estava numa sala ao lado do armarinho, trabalhando, e como a porta que dá para a loja estava aberta, estava a nossa vista; e nos mostrou um lenço de labirinto ainda no seu bastidor perfeitamente trabalhado e de bonito desenho, e o que admirava era estar claro, como se fosse lavado, não estava ainda concluído (...)¹⁸³

A sala era um espaço, também, destinado ao trabalho, lugar onde eram realizadas atividades domésticas e negociações. A casa acima descrita por Freire Alemão teve uma sala transformada em ponto de comércio, para tal fora montado um balcão e apostas três cadeiras;

¹⁸⁰ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* do casal Antônio Baptista de Moura e Anna Francisca de Jesus. Ano: 1883.

¹⁸¹ ANDRADE LIMA, Tânia. Prato e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Série. V.3. p.129-91, jan-dez. 1995, p. 135.

¹⁸² “Existiam, assim, duas categorias de móveis coloniais: os “maleáveis” (tecidos/trançados) e os “rígidos” (estruturados em madeira). Talvez os “maleáveis” tenham sido mais numerosos que os móveis rígidos, o que também reforçaria a impressão de interiores vazios, sem mobiliário”. MALTA, Marizete. Algumas questões sobre o Mobiliário Colonial. In: **Revista PINDORAMA LEPAC** – Laboratório de Estudo e Pesquisa em Arte Colonial, UFRGS, p. 7. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/artecolonial/pindorama>>. Acesso: 04/março/2013, às 03 h.

¹⁸³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Op. Cit.*, p. 107.

do que se depreende que não fosse destinado a abrigar muitas pessoas. Já a sala ao lado, na narrativa deste, era um espaço de trabalho feminino, em que a mulher tecia um labirinto em um espaço fora da loja, mas à vista do viajante. As fronteiras eram tênues acerca dos espaços destinados à vivência das mulheres e contato daqueles que lhes eram alheios, mas havia uma necessidade de resguardo de esposas e filhas.

Conforme observamos na citação, além de um espaço de trabalho feminino, a sala também funcionava como um lugar de negociações e transações econômicas – escritório –, onde eram tecidas relações de sociabilidade, como aponta o inventário do Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto, que possuía uma escrivaninha avaliada pela quantia de 500 réis.

A sala era, também, local das refeições das famílias. Nos inventários do Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto, André Avelino da Silva e Fortunato José da Cunha fazem referência à posse de mesa destinada à sala de jantar. Entre os que tinham bens, era comum a posse de mesas grandes, de modo a atender as necessidades de sociabilidade entre familiares e visitantes.

A madeira empregada na confecção da modesta mobília provinha da carnaúba, uma espécie de palmeira do semiárido nordestino (*Copernicia prunifera*). Do tronco dessa árvore, faziam-se bancos e, do beneficiamento de suas folhas, a confecção de palhinhas empregadas em cadeiras e sofás. Fundamental para os modos de vida nos sertões, a carnaúba se fazia presente na casa desde fora, no seu entorno; na sua composição estrutural e no seu cenário interior.

Outra madeira típica e de fácil acesso na região é o cumaru¹⁸⁴, que também era utilizado na fabricação de bancos, mesas e cadeiras. Objetos confeccionados desse material aparecem listados no inventário de Caetano Joaquim de Sampaio e sua mulher Senhorinha de Thomé Serafim, que possuíam *dois bancos pequenos de cumaru*.

O cedro (*Cedrela fissilis*), leve e moderadamente denso, não era uma madeira típica da região, mas tinha maior durabilidade e assegurava uma maior valorização. Enquanto *uma mesa pequena com duas gavetas*, no inventário de Dona Maria de Jesus Nasarethe, foi avaliada na quantia de 5\$000, a mesa com igual descrição no cabedal de Isabel Correia de

¹⁸⁴ O cumaru (*Amburana cearensis* – Freire Allemão) é uma árvore que tem ampla distribuição na América do Sul, particularmente, ocorre na caatinga do nordeste até Minas Gerais, sendo achada também no sudeste da Amazônia (*Amburara acreana* – Freire Allemão). Seu uso é diverso, tradicionalmente as sementes e a casca do seu caule são utilizadas no tratamento de tosses e doenças respiratórias, como a asma. Sua madeira requeria cuidado ao secar porque tende a empenar. Ver: <http://www.ipef.br/identificacao/amburana.cearensis.asp>. Acesso em: 20/06/2014; às 22h40min.

Lima foi avaliada por 8\$000. O transporte atribuía um custo a mais à madeira. As mesas possuíam uma variedade em relação ao tamanho, à estrutura física e ao material utilizado. No inventário de Isabel Correia de Lima percebemos que, além da utilização de madeiras como a carnaúba e o cumaru, havia também o uso de madeira ditas de lei, como o cedro. Foram inventariadas *duas mesas de cedro, duas mesas pequenas de cedro com duas gavetas*. A mesa possuía diferentes usos e funcionalidades. No inventário do Tenente Coronel Clemente foi registrado a utilização desse móvel, avaliado em 100\$000, para a colocação de um santuário.

As paredes das salas testemunham a religiosidade da sociedade local, já que “*moradia era o locus privilegiado para o exercício da religiosidade privada dos católicos*”¹⁸⁵. Havia, portanto, uma preocupação em externar a fé, tornando mais significativos os referenciais eclesiásticos.

A inserção da habitação como um espaço permeado pelas crenças é algo muito intenso nas tradições religiosas das populações brasileiras, que pode ser identificado nos ritos que acompanham a construção da casa e seguem nos mais variados emblemas religiosos que compõem o espaço doméstico depois de pronta.¹⁸⁶

Até o final do período imperial, o catolicismo era a religião oficial do Estado brasileiro e dessa maneira marcava profundamente a vida colonial, influenciando, de modo geral, os espaços sociais das formas mais diversas. Por todo o país, nas mais distantes freguesias, a Igreja Católica se fazia presente das mais variadas maneiras nas casas, constituindo um abundante material religiosos nas residências, fazendo destas uma espécie de segundo templo de vivência dos ritos católicos.

Segundo Luiz Mott, é importante destacar a presença dos santuários e oratórios particulares, “*funcionavam como uma espécie de relicário, onde eram conservados, além de eventuais relíquias, [...] a palha benta do Domingo de Ramos, medalhinhas das festas, os escapulários*”¹⁸⁷.

¹⁸⁵ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Melo. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 164.

¹⁸⁶ GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. Orientador: Professor Doutor Antônio Otaviano Vieira Júnior (DEHIS/UFPA), p. 167.

¹⁸⁷ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Melo. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 167. Aponta a prática nas casas abastadas de lançar a pedra fundamental da casa com a presença do padre para aspergir água benta no alicerce.

No inventário *post-mortem* de Joaquim Virifismo da Cunha, foi arrolado *um oratório com imagens de diferentes marcações, com uma do Senhor, de São Joaquim, São José, Santa Luzia*, avaliado pela quantia de 25\$000 réis.¹⁸⁸

IMAGEM 06 – Altar de Nossa Senhora das Lourdes, na matriz, de Russas.



FONTE: SOUSA, Eusébio de (Org.). Álbum do Jaguaribe. **Instituto do Ceará**. Empresa Gráfica Amazônia. Belém, Pará, Brasil, 1922.¹⁸⁹

Foram catalogados nos inventários *post-mortem* 41 objetos sacros, entre eles imagens, quadros, retábulos, crucifixos, oratórios e santuários. Eram objetos caros que, seguramente, constituíam-se não apenas na materialização da fé católica na própria casa, como também num mecanismo de distinção social.

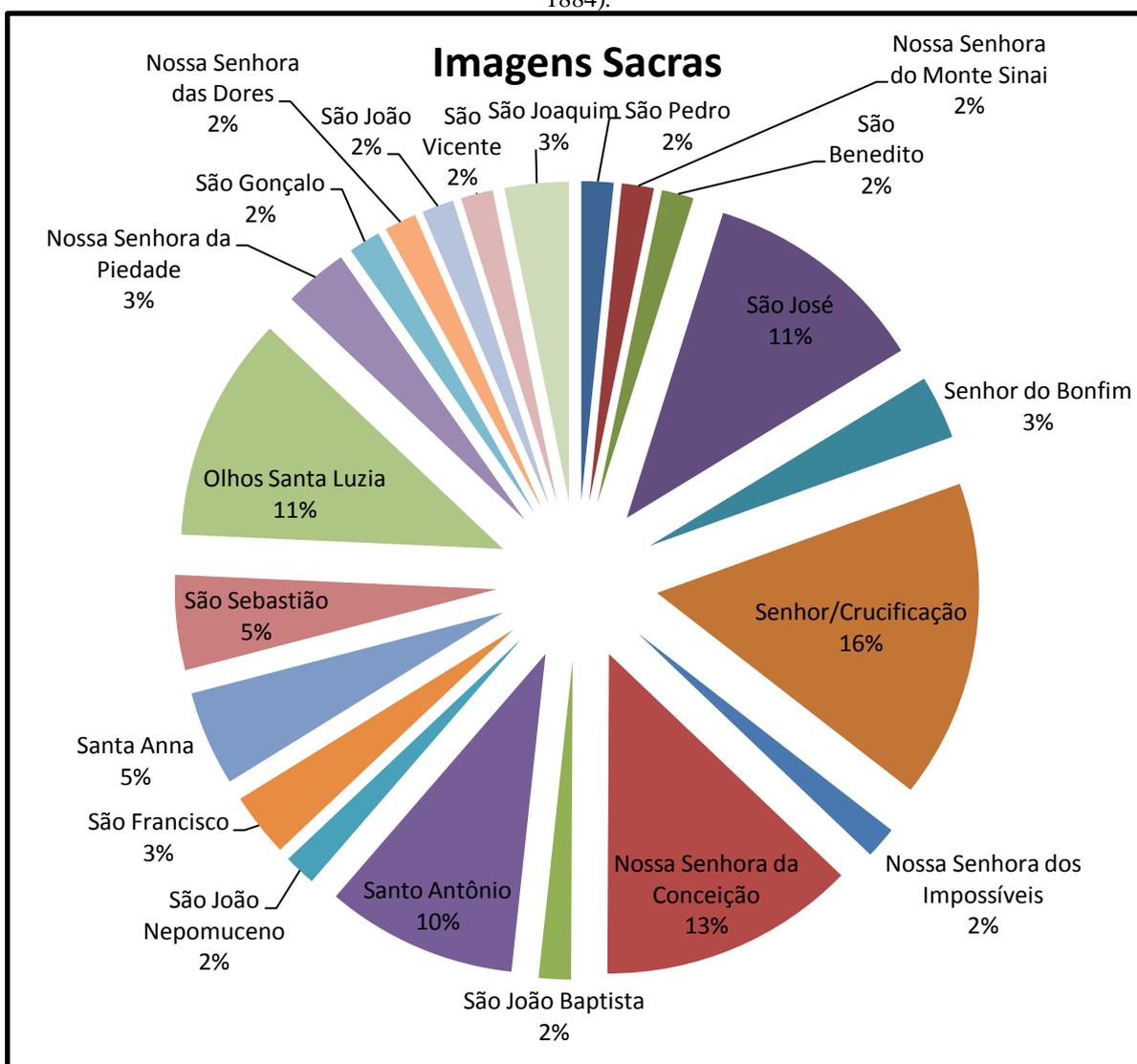
¹⁸⁸ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Joaquim Virifismo da Cunha. Ano: 1884.

¹⁸⁹ O autor não destaca o proprietário do oratório.

Os oratórios domésticos estavam dispostos pela casa, desde ambientes mais íntimos reservados para a família até recintos abertos aos vizinhos e moradores dos arredores. Constituíam mecanismos de extensão da doutrina católica na falta de padres e da igreja por perto, assim como uma forma de controle e destaque social daqueles que os detinham, pois se tratava do universo da devoção.

Consoante à análise dos inventários *post-mortem* foi possível identificar um universo de santos cultuados naquele sertão.

GRÁFICO 05 – Amostragem da representatividade dos santos em Limoeiro nos inventários *post-mortem* (1850-1884).



FONTE: Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva - (AFDACCs).

Entre as divindades católicas mais cultuadas, de acordo com o levantamento feito em todos os inventários analisados, destaca-se a adoração a santos que construíram uma

tradição em algumas localidades: Nossa Senhora da Conceição (padroeiro de Limoeiro), Santa Luzia (comunidade do Espinho), São José (povoado do Bixopá, antigo Jatobá).

A Vila de Limoeiro tinha como padroeira Nossa Senhora da Conceição que possuía 13% da presença dos objetos sacros catalogados, ficando atrás somente do Senhor Crucificado, com 16%.

A posse desses objetos favorecia uma posição de destaque aos indivíduos na sociedade a que pertenciam, bem como evidencia a devoção da população na crença católica.

A vida material também é uma forma de perceber como os equipamentos sociais estão associados à condição econômica, bem como podemos verificar o inventário do Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto, de 1878, que constitui, nos inventários analisados, um grande cabedal, no qual também possui a maior quantidade de objetos sacros, que somam a quantia de onze, que significa 27,5%¹⁹⁰.

Assim como os objetos que dão testemunho da religiosidade presente na vida da população da Vila de Limoeiro, ficou evidente em vários inventários a presença de artefatos constituídos de ouro e prata. Entre esses objetos destacamos: anéis, cordões, relógios, pulseiras.

Segundo Cláudia Eliane Martinez, “os *trajes, as joias, os acessórios e as posses demonstram a sofisticação que os estratos mais elevados da sociedade desejavam alardear*”.¹⁹¹ Essa compreensão pode ser estendida à vila de Limoeiro, sobretudo se levarmos em consideração que a grande maioria da população vivia em estado de pobreza. A posse do ouro e da prata, mesmo em pequena quantidade, representava uma forma de distinção social e uma garantia de sobrevivência a crises climáticas, por exemplo, objetos guardados em outros cômodos da casa, o quarto.

No espaço do quarto, estavam postos: cômodas, armários, guarda-roupas, caixas, camas. Contudo, de acordo com Philippe Áries, *o cômodo onde ficava a cama nem por isso era um quarto de dormir*. Vale destacar que o quarto não tinha como função apenas o descanso, era um espaço de nascer e morrer, das núpcias e de solidão dos doentes.¹⁹²

Conforme Otaviano Vieira Júnior, o quarto era o ambiente do descanso e da intimidade.

¹⁹⁰ É importante evidenciar que o Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto era chefe maior em São Bernardo das Russas, conforme aponta os Relatórios de Presidentes de Província.

¹⁹¹ MARTINEZ, Cláudia Eliane P. *Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX: Bonfim do Paraopeba – Minas Gerais*. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, PUC Minas, out. 1997, 2006, v. Semestral ISSN 1679-5636, p. 74.

¹⁹² ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p.33.

(...) o quarto, apesar dos escassos registros, trazia em suas representações uma tensão entre a especialização do cômodo como dormitório ou a sua utilização para outros fins. Trazia a tensão do espaço de intimidade da família ou de alguns de seus membros, e seu uso por pessoas alheias ao convívio da casa. Estas tensões adquiriram matizes a partir dos lugares sociais dos envolvidos e da própria localização do domicílio – seja nas áreas com maior ou menor adensamento populacional.¹⁹³

A cama naquele período não era um bem de uso; culturalmente não possuía um uso disseminado. Esse foi um elemento da mobília pouco registrado, e notado apenas nos inventários do Tenente Coronel Clemente, no qual se denota *uma cama muito velha e concertada*; de Manoel Lourenço de Oliveira Godim, que tinha *uma cama de banguê*; de José Carlos da Silva Braga, que possuía *uma cama de banguê em mal estado*; e do casal Caetano Joaquim de Sampaio e sua mulher Senhorinha de Thomé Serafim, que também contavam com *uma cama velha de banguê*.

Apesar de não parecer arrolada nos inventários *post-mortem*, a rede era o utensílio utilizado mais recorrentemente pela população local para o descanso e para dormir, como também de assento nos lares desprovidos de mobília. Essa por sua vez, estava presente em todos os vãos da casa, pela sua flexibilidade e extensa utilização.¹⁹⁴

A utilização de guarda-roupas também não era disseminada. Nos inventários foram catalogados quatro, dos quais dois eram pertences do Tenente Coronel Clemente, um era de propriedade de Dona Maria Felícia do Espírito Santo e o outro era de Manoel Lourenço de Oliveira Godim.

A função do guarda-roupa era de guardar “exclusivamente” peças do vestuário, e diferentemente dos baús, amassava bem menos as roupas. Nos inventários póstumos analisados não encontramos roupas ou panos; contudo, como já falamos anteriormente, era comum o uso de engenhos de fiar na fabricação de tecidos e panos grossos, e a partir dessa conjuntura podemos formular que as roupas fossem confeccionadas em casa e possuíssem baixo valor econômico.¹⁹⁵

A presença do baú de couro nos registros dos bens inventariados é constante, o que nos faz imaginar que os mesmos estivessem dispostos por toda a casa. Assim como os

¹⁹³ VIEIRA JR. A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 101.

¹⁹⁴ A rede de dormir foi (e ainda é) amplamente utilizada por pobres e ricos, em todo o país, e seu uso foi anterior ao processo de colonização. Ver: CASCUDO, Câmara. **Rede de dormir, uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

¹⁹⁵ Não encontramos relatos acerca da comercialização de tecidos no Baixo Jaguaribe.

baús de couro, muitas foram as caixas descritas nos inventários, sendo que a sua matéria prima, tamanho e estado de conservação constituíam qualificativos que variavam bastante. As caixas poderiam ser grandes, pequenas, novas, velhas, de madeira, de sapé. Do mesmo modo, diversas eram as suas utilidades.

Há uma forte presença dos baús, que estavam por todos os cantos, o material e o tamanho determinavam seu valor econômico, sua funcionalidade era múltipla, guardava desde objetos, roupas, utensílios, alimentos, etc. Alguns objetos possuíam tão pouco valor que nem eram registrados nos espólios, à exemplo gamelas, cabaças, entre outros.¹⁹⁶

Os baús serviam como espaço destinado para armazenar objetos privados e roupas, bem como os de uso coletivo, amplamente usados no transporte dos bens materiais durante as viagens ou mudanças de casas.

Armários, baús e caixas transitavam entre os vãos da casa, possuíam sua funcionalidade e significados construídos cotidianamente. No sentido de que, uma caixa não era simplesmente uma caixa, pois em uma necessidade cotidiana a mesma poder-se-ia ser aproveitada como um assento.

No que se refere à cozinha, espaço da casa destinado aos afazeres domésticos, foi possível encontrar entre os bens inventariados alguns instrumentos/objetos que mais se assemelham a este espaço: panelas (grande, pequena, de ferro); pilão, geralmente velho; copos de vidro; colheres de prata, utilizadas para chá, para sopa e para açucareiro; mesas de cedro, grande ou pequena contendo gavetas ou não. *“A indicação de objetos “ordinários” e “finos” dá conta como deveria haver uma louça para o dia-a-dia e outra para ocasiões especiais, pelo menos entre famílias mais prósperas”*¹⁹⁷.

Conforme Otaviano Vieira, a estrutura e a localização da cozinha se distinguem no sentido de que ela estava fora da casa, contudo, o mesmo não destaca se essa lógica se aplica às casas localizadas nos centros urbanos.

O primeiro ponto que se poderia destacar era o fato da cozinha ser fora da casa, tendo ao seu pé uma “latada”, ou seja, uma cobertura de palhas que servia como extensão do espaço da morada. Era uma construção simples, que além dos possíveis tradicionais aparelhos utilizados para o preparo da refeição, também tinha uma rede

¹⁹⁶ MOTA, Antonia da Silva. Cotidiano e cultura material nos espólios familiares da Capitania do Maranhão, século XVIII e XIX. In: **CLIO**. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 25, p. 157-172, 2007, p. 167.

¹⁹⁷ *Idem*. *Ibidem*, p. 165-166.

armada e talvez uma esteira sobre o chão batido onde mãe e filha se sentavam esperando a carne cozinhar ou o feijão ficar pronto.¹⁹⁸

A cozinha era um espaço caracterizado como feminino, onde eram tecidas as relações de trabalho, como também pelas relações de sociabilidades constituídas no ato de comer.

Do inventário do Tenente Coronel José Joaquim, podemos destacar a posse de “*meio aparelho da braça de porcelana para chá, já usado, avaliado na quantia de 16\$000 réis e vinte e dois copos de vidros, avaliado na quantia de 6\$360 réis*”. É importante ressaltar que, mesmo o vidro e a porcelana não sendo materiais triviais, foram avaliados por um baixo preço.

O vidro e a porcelana não eram elementos comuns ao cotidiano vivenciado em Limoeiro, eram artefatos que representavam a inserção de outra lógica, de caráter civilizatório, provavelmente advindos do Porto de Aracati, já que por meio deste se faziam adentrar materiais e percepções do Além-mar.

Em virtude de a pecuária ter sido a principal base da economia desde o período de povoamento da capitania do Ceará, o couro ainda era, em fins do século XIX, um elemento presente no cotidiano sertanejo, principalmente na mobília que compunha as casas de fazendeiros, pequenos proprietários, pobres...

2.3- “AQUELES QUE ASPIRAM CUIDADOS”¹⁹⁹: análise dos bens semoventes (animais e escravos).

A pecuária, que se iniciou na região do Aracati e adentrou o Vale do Jaguaribe através da Estrada Geral do Jaguaribe que seguia até o Icó, constitui uma visibilidade econômica até então desconhecida naquela região, que só veio a ser destituída com a grande seca em fins do século XVIII.

A pecuária não delimitou somente o espaço, mas marcou profundamente o cotidiano da população dos Sertões e objetos, através do couro. Esse ainda era, em fins do século XIX, um elemento presente na cotidianidade do sertanejo, principalmente na composição patrimonial, presente dentro de casa, na mobília, nos equipamentos de trabalho de fazendeiros, pequenos proprietários, pobres...

¹⁹⁸ VIEIRA JR. A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 105.

¹⁹⁹ O título parte da ideia de como o documento, para este caso, os inventários *post-mortem*, compreende o que eram e como deveriam ser tratados os animais e os escravos.

Nos inventários compulsados, muitas foram as referências a esta matéria prima retirada do gado abatido para alimento além dos “*jogos de solla, baús encourados, couros espichados, couros de gado, malha de couro de gado, meios de solla*”. Todos esses utensílios são indícios de uma cultura pecuarista na região.

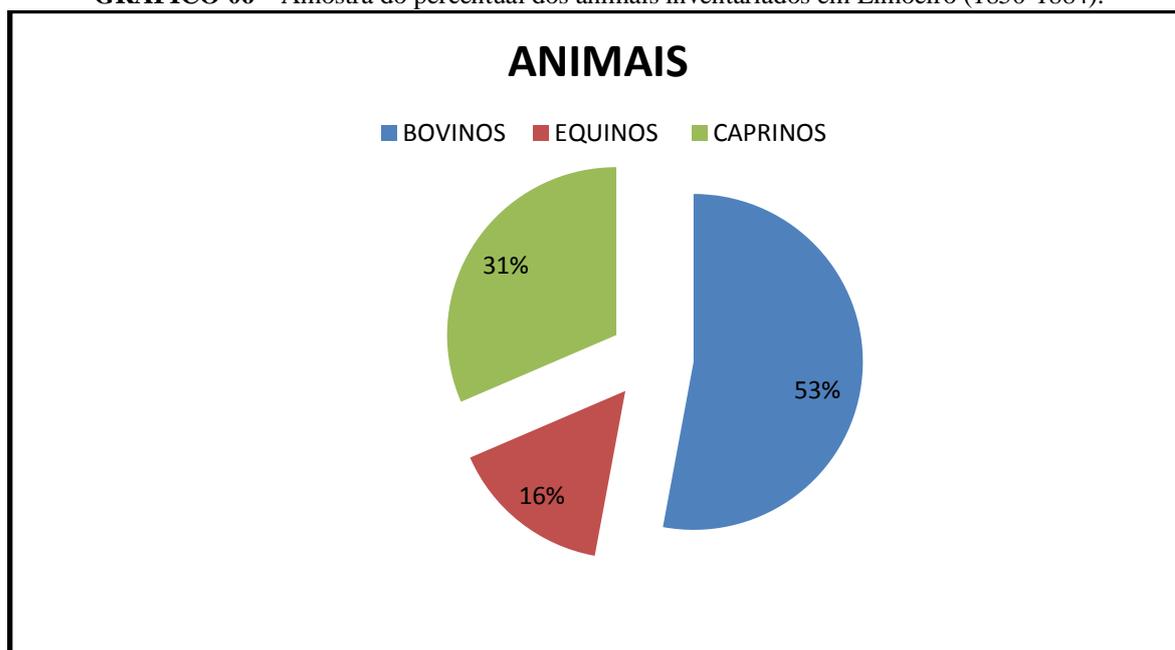
Raimundo Girão, em *História Econômica do Ceará*, explica, passo a passo, como se dava o processo de beneficiamento do couro, o abatimento do gado e o seu transporte para as oficinas produtoras de charque:

(...) as oficinas eram construções toscas, apressadas, galpões cobertos de palha, várias para estender a carne desdobrada e salgada, e alguns fechados de ferro para a extração de parte da gordura dos ossos por meio da fervura em água. O sal do Reino só se empregava para encharque – salga da carne. A courama era estaqueada, seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secado, em forma de madeiras cúbicas, produzindo pães de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza atirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as outras partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora.²⁰⁰

A descrição feita por Raimundo Girão permite compreender o quanto era expressiva a presença da pecuária na economia e na sociedade cearenses desde o período colonial. Acreditamos que, para além dos animais aqui nomeados, muitos outros não estão presentes nos inventários *post-mortem*.

²⁰⁰ GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000, p. 69.

GRÁFICO 06 – Amostra do percentual dos animais inventariados em Limoeiro (1850-1884).



FONTE: Inventário *post-mortem* – (AFDACCS).

A historiografia cearense converteu o gado no maior referente da economia sertaneja, além do seu valor econômico implicou em um elemento de prestígio social.

A posse do gado conferia prestígio social aos indivíduos, mas havia a presença de pobres que habitavam concomitantemente o espaço da pecuária, desenvolvendo agricultura de forma “mediocrizada e penosa”, ocupando vários roçados, visando o abastecimento dos moradores da fazenda, equilibrar uma difícil situação entre “isolamento e autossuficiência”.²⁰¹

Segundo Gilberto Freyre, em *o Nordeste*, “o gado alterou a fisionomia do espaço, a dinâmica do deslocamento e (re)ocupação do território, a presença do gado contribuindo decisivamente para alterar a fisionomia em seus traços essenciais”²⁰². A perspectiva desse sociólogo dialoga com a lógica criada por Capistrano de Abreu, quando pensou numa “civilização do couro”.

A pecuária apesar de todas as dificuldades, definiu ao longo do tempo um *modus vivendi* que carrega consigo um arcabouço cultural. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles.²⁰³

²⁰¹ GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 49-68, janeiro-junho, 2011, p.59.

²⁰² FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2004. *Apud.* GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 49-68, janeiro-junho, 2011, p.52.

²⁰³ GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 49-68, janeiro-junho de 2011, p.55.

A pecuária, não só criou uma lógica econômica distinta, como possibilitou condições socioculturais e modos de viver. *Através dessa leitura é possível compreender os aspectos da vida sertaneja e do valor social da pecuária bovina, cujos reflexos atravessam o tempo.*²⁰⁴

O geógrafo Manoel Correia de Andrade interpreta o papel social do vaqueiro desde a conjuntura social da pecuária.

Contrastando com a rigidez social da área canavieira, a possibilidade de mobilidade social era muito maior no contexto da pecuária sertaneja. O vaqueiro começava a ser pago depois de quatro ou cinco anos de trabalho e o sistema de pagamentos baseava-se em crias nascidas- em quatro crias, uma era do vaqueiro, essa era uma prática generalizada no sertão. Após algum tempo o vaqueiro poderia então constituir seu rebanho. Na hierarquia social da pecuária, depois do patrão a pessoa mais importante era o vaqueiro, ele tinha prestígio social. A fazenda nas mãos dos vaqueiros era mais modesta, e eles participavam direta ou indiretamente do trabalho que ali era feito, sua estrutura baseava-se em levantar uma casa e currais rudimentares. Eram necessários poucos homens, não faltaria mão-de-obra porque, não havendo escravos, bastariam os mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundavam no sertão.²⁰⁵

A mobilidade social e econômica possibilitada pela pecuária esbarrava na fragilidade da criação de animais. Em seus relatos, Freire Alemão elucida que o gado em um ano ruim pode implicar na decadência *status* social de rico a pobre, em um inverno.²⁰⁶

Nessa conjuntura espacial, criação de cabras constituiu uma saída durante as crises climáticas e para aqueles que possuíam poucos recursos, já que esses animais tiveram boa adaptação em relação à escassez de água e alimento com a seca vivenciada pela população sertaneja.

Para o caso da inventariada Laurentina Angelica dos Passos, falecida no ano de 1880, a mesma possuía cerca de 160 animais no processo de partilha. Destes, 5 eram bovinos (3,2%), 7 eram equinos (4,5%) e os caprinos ficavam em 143, representando, com esse número, 92,3%.

Além de sobreviver mais tempo que o gado aos períodos de escassez de água e de alimentos, as cabras também produziam leite que era destinado ao sustento das crianças de colo, pobres e sertanejas, geralmente em períodos de seca; sua posse implicaria, em períodos mais difíceis, na manutenção do patrimônio.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 62-63.

²⁰⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. 6ª ed. Recife: Editora UFPE, 1998, p. 159.

²⁰⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Op. Cit.*, p. 90.

Outro animal que compunha os plantéis inventariados eram os equinos. O aparecimento de cavalos é recorrente nos processos de feitura de inventários. Possivelmente, cavalos, éguas, potros, jumentos, etc. são utilizados como força de trabalho para seus criadores nas mais diversas atividades agropastoris. O cavalo garantia o deslocamento, o ir e vir, o que viabilizava a atividade comercial a ser realizada na forma de tropas para transporte, auferindo-lhe maior dinâmica.

Não obstante, foi disposto no inventário de André Avelino da Silva, datado de 1879, que o mesmo possuía 13 animais. Destes, 3 eram bovinos, 10 equinos; ou seja, as reses eram essenciais, na medida em que atribuíam circularidade e dinâmica à economia. Além da utilização do cavalo enquanto força de trabalho e meio de transporte que impulsionava as relações comerciais, esse animal em alguns espaços tornou-se um elemento de ostentação.

A criação de animais constitui um importante aporte econômico, já que a eles se atribuem diversas funções, partindo de que fossem a base alimentar dos sertanejos, passando por objetos de negociações, trocas, meios de transporte. Apesar de cumprirem variadas funções, as reses são perecíveis a crises climáticas. Nessa esteira, além dos animais, os escravos também eram caracterizados enquanto bens semoventes.

2.3.1- NOS LIMIARES DA SUJEIÇÃO: a escravidão no sertão de Limoeiro.

A história desnudada pelos inventários *post-mortem* denota os modos de viver, tanto dos proprietários, como também dos escravos. Os escravos e a dimensão material estabelecem relações que são apenas fios na emaranhada teia, que caracteriza a complexidade da sociedade de Limoeiro, onde cativos, entre eles, homens e mulheres, ultrapassam seu valor venal, criando códigos entre o indivíduo e o objeto.

A escravidão e os modos de viver dos escravos que configuravam o Sertão de Limoeiro, também constituem importantes elementos para compreender a Cultura Material, tomados nesse estudo pela análise dos patrimônios familiares. Os inventários *post-mortem*, registros de nascimento e óbito, e registros da junta classificatória de escravos corroboram com a compreensão de questões que vão além da materialidade e adentra as sensibilidades da família, do trabalho, do fazer-se cotidianamente, mesmo quando em número diminuto.²⁰⁷

²⁰⁷ REGES, Luciana Meire Gomes. **Esquadrinhando a Vila de Limoeiro nos inventários *post-mortem* (1875-1880)**. Monografia de graduação em História FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte – CE, 2011. Orientador: Prof. Dr. José Olivenor de Sousa Chaves.

O número de membros da família capazes de trabalho e a possibilidade de contar com um ou dois escravos determinava a importância que o trabalho complementar possuía na reprodução da existência dos menos afortunados. A questão da dependência pessoal aos maiores proprietários só se realizara plenamente quando, antes que morador em terras alheias, o lavrador pobre transformava-se em camarada, entendido como aquele que, além de sua pequena roça, dependia basicamente da realidade de trabalhos complementares devidos a um só amo, muitas vezes também proprietário legal da terra onde morava, para a reprodução de sua existência.²⁰⁸

Entender as formas de vida escrava e o universo material (ferramentas de trabalho) que o circundava implica compreender as organizações e os modos de vida livres, se é que é possível limitar tão fixamente essas fronteiras. A ausência de senzalas nas propriedades inventariadas no Sertão de Limoeiro implica considerarmos que existe uma relação próxima e ambígua entre escravos e trabalhadores livres, o que nos faz pensar qual o papel social de ambos nessa sociedade.

Elisgardênia Chaves, em seu trabalho dissertativo, elaborou, com base nos registros de batismo, uma tabela na qual apresenta, detalhadamente, o percentual étnico da população de Limoeiro na década de 1870. De acordo com os dados apresentados, verifica-se que, na referida década, a presença de pardos, livres e escravos, era, respectivamente, 43,4% e 3,0%; a de negros, livres e escravos, 2,5 e 0,2%; enquanto os mulatos, livres e escravos, somavam apenas 0,8 e 0,03%.

Não obstante, a configuração populacional da Freguesia de Limoeiro era constituída de livres (47,7% da população batizada) e escravos, (3,23% dos batizados). Vale salientar que os escravos de cor negra somavam apenas 0,2%, enquanto os pardos e mulatos representavam 3,03%.²⁰⁹

Segundo Eurípedes Funes²¹⁰, a escravidão no espaço cearense era uma condição jurídica, já que não se pode associar o negro à escravidão. Os negros se caracterizariam como trabalhadores livres, escravos e também como proprietários. No início do século XIX, pouco mais de 60% da população negra era livre. Sendo assim, de acordo com Funes, a escravidão no Ceará não se caracterizava somente pela cor da pele, sendo essa negra, pois era uma população mestiça, composta por pardos, mulatos e cabras.

²⁰⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História**: lavradores pobres na crise do trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 107.

²⁰⁹ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer**: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880). Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Ant^o Funes, p. 91.

²¹⁰ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: Souza, Simone (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 2000.

Alguns dados catalogados nos inventários *post-mortem* referentes aos anos de 1850 a 1884 permitem o seu cotejo com o estudo realizado pela historiadora Elisgardênia Chaves, atestando assim uma presença marcante de escravos de cor parda, enquanto os pretos e criolos têm presença diminuta nos dados empíricos pesquisados.²¹¹ No quadro 01, que segue abaixo, apresenta nominalmente os proprietários de escravos na Vila de Limoeiro, bem como seus referidos escravos, identificando sua cor.

²¹¹ Acerca das distinções e classificações das cores dos escravos que eram inventariados no século XIX, ver: CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, cablocos, negros e mulatos**: a família Escrava no Cariri Cearense (1850-1884), dissertação de mestrado em História Social. - UFC, Fortaleza, 2008, p. 48 – Orientador: Dr. Eurípedes Funes.

QUADRO 01 – Índice da cor dos escravos presentes nos inventários *post-mortem* (1875-1880).

INVENTÁRIADO(A)	ESCRAVO	COR	VALOR
1875			
MARIA FRANCISCA DOS ANJOS	GUSTAVO	PARDO	450\$000
	RAIMUNDA	-	60\$000
	LOURENÇA	-	-
JOÃO NOGUEIRA DA COSTA	MANOEL	-	184\$000
	PEDRO	PRETO	700\$000
	JOÃO	PRETO	800\$000
	JOSÉ	PARDO	800\$000
	ANTÔNIA	PARDA	450\$000
	JOANA	PARDA	154\$000
	MARIA	PARDA	320\$000
JOÃO RODRIGUES LIMA	-	-	-
1876			
MARIA SENHORINHA LIMA	-	-	-
TENENTE CORONEL JOSÉ JOAQUIM DA SILVA MATUTO	JANAÍNA	PRETA	470\$000
ISABEL CORREA DE LIMA	-	-	-
DONA MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO	QUITÉRIA	PARDA	200\$000
	ESEQUIEL	PARDO	50\$000
	IGNÁCIA	PARDA	150\$000
	BALBEIRA	PARDA	250\$000
	MARIA	PARDA	100\$000
1877			
MARIA FREIRE MARTINS	-	-	-
SALVADOR SOUSA BRAGA BARROS E sua mulher DONA TAMIRAS MECLINA DE SOUSA	TEREZA	PARDA	300\$000
	MAXIMIANO	PARDO	600\$000
1878			
TENENTE CORONEL CLEMENTE LUIZ BARROS SOUZA NETTO	FELIPE	PARDO	400\$000
	THERMA	PARDA	40\$000
	CAPIANO	-	80\$000
DONA AMÉLIA HERCULEIRO DE HOLANDA CAVALCANTE	LUZIA	PARDA	50\$000
	MATIAS	PARDO	500\$000
	DOMINGOS	PARDO	200\$000
	HORACIO	PARDO	80\$000
	SEBASTIÃO	PARDO	300\$000
	EUGÊNIA	CABRA	100\$000
FRANCISCA MARIA DE JESUS	ANNA	CABRA	85\$000
	RAIMUNDA	CABRA	150\$000
DONA MARIA FELICIA DO ESPIRITO SANTO	RAIMUNDA	PARDA	150\$000
CUSTÓDIO FRANCISCO DE MENEZES E SILVA E SUA MULHER CLARA LINDA DE JESUS	-	-	-
MANOEL LOURENÇO DE OLIVEIRA GONDEIA	JOAQUIM	CABRA	5\$000
	JACINTA	CABRA	12\$000
RINALDO JOAQUIM DA SILVA	-	-	200\$000
1879			
ANTÔNIO MANOEL LEITE E SUA MULHER DONA CLEMENTINA MARIA DE JESUS	-	-	-
ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA NOGUEIRA	VIVURIANO	CRIOLO	400\$000
	RITA	CRIOLA	870\$000
	VICENTE	CRIOLO	800\$000
CAETANO GOMES DE OLIVEIRA	-	-	-
ISABEL MARIA DO SACRAMENTO	-	-	-
ANDRÉ NOGUEIRA EPIFANIO	-	-	-
1880			
JOÃO FERREIRA MAIA	JOSÉ	PARDO	25\$000

	FRANCISCO	PARDO	100\$000
SOPHIA MARIA DOS PRAZERES	-	-	-
ANDRÉ AVELINO DA SILVA	-	-	-
ESEQUIEL LOPES DE ANDRADE	MARIA	PRETA	250\$000
	COSME	PRETO	300\$000
	BRIGIDA	PRETA	180\$000
	TEREZA	CABRA	300\$000
FORTUNATO JOSÉ DA CUNHA	-	-	-
LAURENTINA ANGELICA DOS PASSOS	-	-	-

FONTE: Inventários *post-mortem* – (AFDACCS).²¹²

Do plantel de escravos apresentados no quadro 01, foi realizado um mapeamento dos inventariados nos anos de 1875 até 1880; daí se constatou a ocorrência de 27 processos, dos quais somente 13 inventariados possuíam escravos, totalizando 42 cativos, o que equivale a uma média de 3,2 escravos por proprietário.

Por meio da observação dos inventários *post-mortem*, averiguou-se que nos processos referentes aos anos de 1875 até 1880, dentre os 41 escravos apresentados, apenas 04 não possuem referência quanto a sua cor (9,75%), 06 são de cor preta (14.6%), 03 criolos (7,3%), 06 cabras (14.6%) e 22 pardos (53,6%). Através desses dados elaborados embasados por meio da documentação pesquisada, compreende-se que a escravidão na Vila de Limoeiro estava permeada por uma mistura étnica e cultural.

Nos inventários *post-mortem* pesquisados, verifica-se uma quantidade significativa de crianças inventariadas na década de 1870, como demonstra a tabela abaixo:²¹³

TABELA 03 – Percentual de escravos na Vila de Limoeiro (1875-1880), segundo sexo e faixa etária.

ANOS	Total de escravos	HOMENS (+ de 14 anos)	MULHERES (+ de 14 anos)	CRIANÇAS
1875-80	41	10	13	16
TOTAL	100%	24,3%	31,7%	39%

FONTE: Inventários *post-mortem* – (AFDACCS).²¹⁴

O percentual masculino pouco difere do feminino. Desse modo, dos 41 escravos arrolados nos inventários *post-mortem* averiguados, 16 deles são crianças, o que corresponde a 39% do total de escravos, ou seja, a maioria.

²¹² Essa tabela compreende somente até o ano de 1880, já que os escravos detectados nos inventários *post-mortem* são catalogados somente até esse ano.

²¹³ As crianças são consideradas os indivíduos com idade inferior à quatorze anos.

²¹⁴ O total de escravos apresentados nos inventários *post-mortem* é de 41, contudo, 02 escravos não possuem suas idades definidas, não sendo possível analisar se é homem ou criança.

Dentre os 28 documentos que registravam a posse de escravos, apenas no inventário de João Rodrigues Lima foi possível encontrar a concessão da alforria a um escravo, no caso à cativa Joana.²¹⁵ No entanto, é importante problematizar as condições que propiciaram à Joana reunir a quantia de duzentos e cinquenta mil reis para comprar sua alforria.

Com a Lei do Ventre Livre (Lei nº 2040), criada em 30 de dezembro de 1871, proibiu-se a separação de casais ou de pais e filhos menores de 12 anos, fosse por venda, herança ou doação; libertando, desse modo, todas as crianças nascidas após essa data.

Segundo Elisgardênia Chaves, “*para o filho de escravo nascido depois da Lei, o registro de batismo significava liberdade para a criança. Daí, talvez em períodos anteriores ter havido um maior empenho por parte do senhor para batizar as crianças cativas*”²¹⁶. Mesmo com a Lei 2040 em vigência, as crianças que permaneciam no convívio com suas mães, especialmente, continuavam sob o domínio dos senhores de seus pais.

No inventário *post-mortem* de João Rodrigues Lima, esposo de Maria Felícia do Nascimento, que veio a falecer em 22 de março de 1875, morador da Vila de Limoeiro, o mesmo possuía uma escrava denominada Joana, que em sua carta de alforria deixou a seguinte descrição:

Diz Maria Felícia do Nascimento, viúva do falecido João Rodrigues Lima que acabando-se desse processo nesse juízo o inventário dos bens de seu casal, fora avaliada a escrava Joana na quantia de duzentos e cinquenta mil reis, e, como a dita escrava apresenta em juízo o preço e sua avaliação para ser alforriada de conformidade com o art. 32 do regimento nº 5725 de 12 de novembro de 1872.²¹⁷

O pecúlio era um acordo presente na relação entre proprietário e escravo, e se caracterizava como estratégia que assegurava lucro para ambas as partes e uma prática independente do escravo possuir uma profissão, pois o mesmo tinha a possibilidade de acumular recursos. Já desde o século XVII, o escravo tinha como estratégia acumular pecúlio. “*A partir da lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, tornou-se um direito do escravo aplicá-lo*

²¹⁵ Provavelmente isso se deve a desorganização e descaso que se encontra no Acervo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva, na cidade de Limoeiro do Norte - (AFDACCs).

²¹⁶ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Seca, Doença e mortes**: os assentos de orbito na Freguesia de Limoeiro-CE (1876-1880). Monografia de graduação em História FAFIDAM-UECE, Limoeiro do Norte, 2005.

²¹⁷ (AFDACCs) - Inventário post-mortem João Rodrigues Lima. Ano: 1875.

na compra da alforria, independente da vontade de seu senhor, desde que o mesmo cobrisse o valor da sua avaliação”. Dessa forma, a lei legitima uma prática já existente.²¹⁸

Em conformidade com inventários *post-mortem*, os escravos no sertão não possuíam uma forma de trabalho específica, no geral não consta sua profissão, em alguns casos, como no processo de João Nogueira da Costa, falecido em 1875, o documento denomina como “sem ofício” seus escravos: Manuel (40 anos), Pedro (35 anos), João (28 anos), José e Antônia (35 anos), o que denota a falta de especialização dos cativos.

Conforme salienta Eurípedes Funes, a explicação para a ausência de um ofício ou profissão definida nos documentos se dá pela multiplicidade de tarefas executadas pelos escravos.²¹⁹

O inventário *post-mortem* de Esequiel Lopes de Andrade, falecido em 1880, é o único que faz referências sobre os ofícios dos cativos. Esse era proprietário da escrava Maria, preta, de 27 anos de idade cujo ofício era o de cozinheira.

Outra questão recorrente na maioria dos inventários *post-mortem* analisados, de 1875 até 1884, refere-se ao estado civil dos escravos.²²⁰ Na sua maioria, os escravos presentes nesse *corpus* documental são apresentados como solteiros. Todavia, diferentemente do discurso que se propagou sobre a inexistência da família escrava, na qual não haveria uma unidade e estaria diluída em meio à promiscuidade, foi possível localizá-la, mesmo sendo pequeno o número de escravos presentes nos inventários *post-mortem*.

A esse respeito, o inventário do Senhor Antônio Ferreira da Silva Nogueira, de 1879, é um documento que apresenta um caso concreto de família escrava.

Vivuraino, crioulo, de 26 anos de idade, solteiro, matriculados no município de São Bernardo, possui uma relação com Joaquina, solteira, natural da província, na qual possuem um filho ingênuo: Joaquim, de 2 anos de idade.²²¹

Deve-se destacar no inventário do Sr. Antônio Ferreira da Silva Nogueira o fato de não se mencionar se Vivuriano e sua companheira pertenciam ao mesmo senhor. No

²¹⁸ ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza**: um estudo a partir dos Inventários *post-mortem* (1850-1884), Salvador, 2002. Dissertação de mestrado em História – UFBA, – Orientador: Prof(a). Dra. Maria Inês Côrtes de Oliveira, p. 82.

²¹⁹ FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: Souza, Simone (Org.). **Uma nova História do Ceará**. *Cit.*, p. 113.

²²⁰ Em ressalva os que puderam ser transcritos e analisados, já que não foi possível a transcrição dos nomes de alguns senhores e escravos, em função das condições precárias dos inventários *post-mortem* de Limoeiro.

²²¹ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* Antônio Ferreira da Silva Nogueira. Ano: 1878.

entanto, fica claro o estado civil de ambos, solteiros, mesmo havendo uma relação da qual já resultava um filho.

O casamento, sacramento pelo qual se legitimavam as famílias e as alianças sociais, era contraído por uma parcela mínima da população. Isto se devia a fatores sociais e burocráticos os quais dificultavam a contração do matrimônio legal, mas não impediam a disseminação de uniões ilícitas entre a população, especialmente entre os forros e escravos.²²²

No inventário de João Nogueira da Costa, falecido em 1875, o mesmo possuía a metade da escrava denominada *Joana, parda, 38 anos de idade casada com Manuel Pontes*, sendo que a documentação não faz referência se este era escravo ou não.

Há casos de referências de escravos libertados nos inventários *post-mortem*, como no inventário de Salvador Sousa Braga Barros e sua mulher Dona Tamiras Meclina de Sousa, falecidos em 1877, os mesmos eram donos dos cativos: Tereza, parda, 11 anos, e Maximiano, pardo, 10 anos, filhos da liberta Delfina. Quais condições de trabalhos, ou relações que Delfina possuía com o espaço da Vila de Limoeiro e com seus donos para conseguir sua liberdade? Em que condições um liberto sobrevivia no sertão na segunda metade do século XIX?

Para o escravo, a constituição de uma família possui um significado pessoal, um anelo de autorrealização, busca de felicidade, um referencial que o torna ser humano que sente necessidade do outro, ou dos outros, incluindo filhos e parentes. A família escrava acabou por se transformar numa instituição-núcleo para a existência de dois processos muito importantes nas tramas que se desenrolavam na vida social, e que a envolviam.

Primeiro, ela foi um núcleo que permitiu que a intimidade, o consolo, a realização de escravos como seres humanos, a preservação de memórias próprias de negros que vieram da África e que traziam para cá um mundo de heranças das quais não tinham como fazer tabula-rasa, muito embora isso não queira significar a ausência de adaptação e assimilação às condições e exigências do novo local em que tinham de viver, e a constituição de uma relação mais ampla, para além do núcleo familiar. Segundo, o cultivo de um pedaço de terra para complementar a alimentação e comercializar o excedente, em geral acentuava as relações de proximidade.²²³

²²² GOLDFEDER E CASTRO, Pérola Maria. Fontes e perspectivas de estudo sobre populações escravas no Sul de Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. **Newsletter história e-história**. Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br:80/materia.cfm?tb=alunos&id=199>. Acesso em: 01/07/2010, às 13h01min.

²²³ PASCOAL, Isaias. FAMÍLIA ESCRAVA: ninho acolhedor? In: **Fênix**. Revista de História e estudos culturais, v. 5, ano V, n° 1, 2008.

A família escrava é, certamente, um universo em que se conciliam todas essas expectativas, medos e esperanças. É também, onde as relações sociais e afetivas eram criadas e expandidas. Além do contato com os senhores brancos e seus familiares, muitas vezes convidados a apadrinharem seus filhos, as relações com outros escravos, quer da mesma propriedade do senhor, quer de outros senhores vizinhos ou amigos de seus proprietários, estabeleciam-se. Pode-se perceber essa construção de relações a partir de documentos diversos.

CAPÍTULO III

PATRIMÔNIOS EM MOVIMENTO: AS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO.

Em conformidade com as análises realizadas, três questões que versam acerca da divisão patrimonial das famílias nos Sertões de Limoeiro merecem importância, são elas: o papel socioeconômico das mulheres nos processos de partilha; as inflexões produzidas pela seca de 1877-79, que além de transformar a organização patrimonial instituiu outras práticas de trabalho, acarretando em profundas modificações socioculturais; e, por fim, entender as fronteiras que se construíram, ou não, em torno das percepções econômicas e sociais entre pobreza e riqueza nos Sertões.

Além de catalogar e descrever os bens detidos por um indivíduo ou por uma família, os inventários são documentos póstumos por natureza e finalidade, já objetivava transmitir os bens daqueles que feneceram a seus herdeiros, através dos processos de partilha. Conforme Manoela Pedroza, o processo de partilha significava um dos *meios utilizados por uma família para transportar de uma geração à outra um capital que permita o estabelecimento dos descendentes, isto é, sua inserção nas hierarquias sociais.*²²⁴

3.1- PROCESSOS DE PARTILHA: relações de gênero e redes de negociações.

Na análise do processo da partilha, torna-se importante destacar os princípios jurídicos que circundavam as relações nos autos. A legislação seguida era da Ordenação das Filipinas, uma herança portuguesa que era utilizada desde 1603, o que representou uma duradoura tradição no direito brasileiro. A Ordenação Filipinas era composta por ditames que regiam a sociedade e indicava o papel social adquirido pelos indivíduos naquele período. O documento normativo especificava os procedimentos que deveriam ser seguidos para a partilha dos patrimônios entre os herdeiros na eventualidade da morte. E mesmo com o

²²⁴ PEDROZA, Manoela. Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856). In: **Revista de História**, Nº 160, 2009, p. 331. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Transmissao>.

processo de independência em 1822, continuou determinando-o legalmente, até a promulgação do Código Civil, que ocorreu em 1916.²²⁵

O documento clarificava a ação que deveria ser praticada e os papéis sociais ocupadas por homens e mulheres. Com a morte de um indivíduo, o outro, sendo homem ou mulher, passa a ser considerado a cabeça do casal. Para a mulher ser cabeça do casal, antes o juiz de órfãos deveria designá-la tutora, assim como era necessário também que houvesse um fiador que ficasse responsável por tutelar o patrimônio da família. Com a morte do casal, o filho primogênito seria o responsável pelo patrimônio.

Tais características que designavam a Lei compreendem como “*aos olhos do legislador, a mulher qualificava-se como o fragilitas sexus e, portanto, deveria ser mantida submissa ao jugo do pai ou do marido*”. Contudo, apesar da distinção negativa atribuída à mulher pelo Estado, ela tinha o dever de garantir o bem estar de seus filhos.²²⁶

O estudo das partilhas dos bens, que compunham os patrimônios familiares inventariados explicita como as relações sócio-familiares estavam imbricadas com a dimensão patrimonial, sendo que tais arranjos possibilitam compreender as funções de homens e mulheres em Limoeiro.

Entretanto, durante a partilha dos bens, como se realizava efetivamente essa divisão? Eram divididos da mesma forma, ou seja, o montante era partilhado de modo igual pelo número de filhos? Ou havia distinção na distribuição de bens, tendo em vista se eram homens ou mulheres? Para o caso das mulheres viúvas, consideradas cabeça do casal, algumas transferiam essa responsabilidade a um filho ou mesmo a outro homem próximo àquela família, e não necessariamente parente.

Um caso interessante para pensar as relações que envolviam as mulheres no processo de herança é o do inventariado José Carlos da Silva Braga, falecido no ano de 1882, casado em segunda núpcia com Rufina Maia, viúvo de Thereza de Gomes do Nascimento, que teve como inventariante Aurias da Silva Braga, seu filho mais velho do primeiro casamento. O papel social do primogênito excede o da sua família, o que o leva a administrar os bens, mesmo com a segunda esposa viva.²²⁷

Todavia,

²²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. In: **Acervo**, revista do Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, jan./dez, 1996, p. 85.

²²⁶ MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. In: **Revista Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez., 2001, p. 158.

²²⁷ José Carlos da Silva Braga, falecido no ano de 1882.

Ao menos no âmbito da lei positiva, mantinha-se a tradição do direito romano, onde, com a morte do marido, o sistema de partilha dos bens do casal reservava à mulher a posse de metade dos bens do casal e permitia à viúva assumir a cabeça da família. Da metade que pertencera ao marido, um terço podia ser disposto, por testamento, conforme a vontade do falecido. Os restantes dois terços dos bens eram dividido entre os filhos legítimos nascidos no matrimônio e os filhos reconhecidos de uniões anteriores, sem discriminação entre varões e mulheres.²²⁸

A análise da partilha nos inventários, de Limoeiro, rompeu com uma visão construída acerca da intransigência e da rigidez social no século XIX nos modos que eram instituídas as relações com as mulheres. Nos processos de partilha o montante dos patrimônios era dividido de forma igualitária. Seja quanto à forma monetária ou à tipologia dos bens. A preocupação observada é quanto à diversificação dos bens, sendo que os herdeiros deveriam receber suas heranças em formas diversas que compunham as posses.

As posses que um herdeiro poderia receber, sendo ele homem ou mulher, variavam desde a posse de animais, terras, moradias, móveis, escravos, objetos, artefatos de ouro e prata e dinheiro; haja vista os bens que compusessem o patrimônio da dita família. A descrição contida no inventário de Dona Maria de Jesus Nasarethe, falecida em 1876, é enfática, no sentido de que prescreve a forma como deveria proceder a divisão dos bens: *deve dividir o patrimônio em treze partes iguais com os filhos.*²²⁹

Contudo, no processo de partilha foi destinado ao herdeiro Francisco Cavalcante de Hollanda Lima o valor de 600\$000 réis, transmitido distintamente aos outros herdeiros. O que existia era uma lógica de transmissão de herança que se dava na mesma proporção entre os herdeiros, no entanto, havia um regime de transmissão que beneficiava alguns sucessores em detrimento de outros.

A distribuição dos bens de maneira equivalente entre os herdeiros corresponde a uma condição na qual os patrimônios familiares estavam organizados, e para que se constituíssem desse modo foram realizadas práticas que convergissem bens, realizando ajuntamentos sociais e econômicos.

À medida que os patrimônios eram diluídos em decorrência do fenecer de seus proprietários, existia também um movimento contrário à partilha, adjetivado enquanto práticas sociais que buscavam cessar a dispersão e fixar o patrimônio, entre elas o casamento.

Conforme Mary Del Priore,

²²⁸ MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. In: **Revista Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez. 2001, p. 4.

²²⁹ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Maria de Jesus Nasarethe. Ano: 1876.

Constituindo um contrato civil antes de se tornar sacramento (...) o casamento é uma instituição básica para a transmissão do patrimônio, sendo sua origem fruto de acordos familiares e não da escolha pessoal do cônjuge. A garantia de igualdade era fundamental para impedir a dispersão de fortunas acumuladas.²³⁰

O casamento era um mecanismo que viabilizava a circularidade de bens e favores/favorecimentos em um núcleo familiar. Os matrimônios constituem teias de natureza socioeconômica e de sociabilidade, e possuem uma lógica estratégica na qual as famílias buscam manter o patrimônio, como também formar ou aumentar os mesmos.

A prática matrimonial reorganizava as famílias, criava laços através das relações de parentescos, permeando a família por meio da dimensão dos bens, posses de terras e animais, e pela dimensão consanguínea, pelas quais se costuravam as redes de filiação.

Em consonância, Evaldo Cabral de Mello, em *O fim das casas-grandes*, atenta para a análise minuciosa dos laços de reciprocidade das famílias, que configuram de forma efetiva duas passagens: o casamento dos filhos e a partilha do patrimônio, em especial a herança paterna.²³¹

Não obstante, as *estratégias familiares*, além de objetivarem a manutenção/expansão dos patrimônios, uma concepção econômica; contudo, há também uma compreensão simbólica, que tem pertinência social, cultural e até mesmo espiritual.²³²

Tomemos como exemplo a família Hollanda, que possuía “prestígio” econômico e social na sociedade de Limoeiro. Através do mapeamento nos registros de casamento dos inventariados, das cabeças dos casais e herdeiros, foi possível construir uma teia de sociabilidades. A intencionalidade do matrimônio denota um deslocamento interno dos bens, e cria características particulares da Cultura Material naquela cidade.

A inventariada Amélia Herculina da Cunha, filha legítima de Camillo Brasiliense de Hollanda Cavalcante e Maria Umbilina de Hollanda Cavalcante, casou-se com seu tio João de Hollanda Cavalcante Mello, irmão de seu pai, o que nos leva a crer em que aí se vê a

²³⁰ DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 22.

²³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O fim das casas-grandes*. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). **História da vida privada no Brasil** – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 395-396.

²³² A historiadora Cristina Mazzeo de Vivó com base nos estudos elaborados por Jean Paul Zúñiga, define a categoria de estratégia *como um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégios como resultado de um esforço realizado. São habilidades postas em prática seja de forma individual, seja através de um grupo familiar para alcançar ou manter um status social, político e também econômico*. Ver: VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 265-266.

proximidade com a qual eram tecidas as relações (intra)familiares, uma prática de endogamia.²³³

No documento abaixo o casal aparece sendo os padrinhos de Maria.

Maria, branca, filha legítima de Camillo Brasiliense de Hollanda Cavalcante e Maria Umbilina de Hollanda Cavalcante, nasceu aos 20 de Outubro de 1873 e foi batizado Solenemente aos 17 de Novembro do mesmo ano, nesta Matriz pelo Padre Alexandre Correia de Araújo Mello, sendo seus padrinhos: João de Hollanda Cavalcante Mello e sua mulher Amélia Herculina da Cunha. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.²³⁴

Esse é caso bastante significativo, no sentido em que busca preservar uma unidade familiar, já que Dona Amélia é irmã, tia e madrinha de Maria, enquanto João Hollanda é seu tio, cunhado e padrinho.

Contudo, em 1878, falece Dona Amélia deixando para os dois filhos menores, Francisco com 5 anos e Maria com 2 anos, e o esposo a quantia de 9:261\$407 réis; sendo que seu espólio era baseado na propriedade de terras (4.712\$903 réis) e João de Hollanda como cabeça do casal foi o maior beneficiário.

No estudo dos inventários *post-mortem*, foram detectados dois casos de casamentos entre cunhados. O primeiro foi o de André Avelino da Silva, no qual seu irmão, Raimundo Avelino da Silva, casou-se com sua cunhada, Dona Agripina Candida da Silva, que na condição de viúva contraiu segundas núpcias, conforme denota o registro de casamento dos mesmos.²³⁵

Aos três de Julho de 1879, na Capella do Livramento administrei o sacramento do matrimonio servatis servantis aos contralventes Raymundo Avelino da Silva e Agripina Cândida da Silva, brancos, e lhes lancei as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados em Doutrina Cristã presentes as testemunhas Salustio Joaquim da Silva e José Mendes de Souza Guerreiro. E para constar mandei fazer este assempo em que me assigno. O vigário Joaquim Rodrigues de Menezes e Silva.²³⁶

A relação dos irmãos André Avelino da Silva e Raimundo Avelino da Silva também se constituía nas dívidas deixadas pelo inventariado, que devia a quantia de 46\$000 réis.

²³³ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro da Cunha. Ano: 1878.

²³⁴ (ADLN) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 196.

²³⁵ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de André Avelino da Silva. Ano: 1880.

²³⁶ (ADLN) – Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Casamento 2 – freguesia de Limoeiro, p. 177.

Não obstante, foi o caso da inventariada Dona Sabina Maria da Conceição, casada com Antônio Jerônimo de Lima que contraiu matrimônio, em segundas núpcias, com Angélica Maria da Conceição, irmã da falecida.

O casamento realizado entre membros familiares próximos, como tios, sobrinhos e cunhados, constituía-se numa prática recorrente em Limoeiro. Além de uma estratégia de proteção familiar, era um círculo restrito de vínculos conjugais que contribuía de forma vertical na manutenção do patrimônio, o qual se concentrava no mesmo clã.

Contudo, o casamento além de um meio de estratégias, de alianças, de relações de poderes e de gênero, de embates familiares, era também, uma prática circunscrita pelo viés religioso e afetivo. De acordo com Giovanni Levi, o matrimônio é a fase inicial no ciclo de duração familiar e de constituição de patrimônio, mas também instituía uma continuidade nas lógicas tradicionais no trato com os bens e o papel do dote nessas relações.

Em muitas áreas do Piemonte, onde os dotes incluíam não apenas bens móveis, mas também bens imóveis, a transmissão de terras ocorria em duas fases: no matrimônio, nos dotes propriamente e, portanto, pela via feminina no momento de formação da nova família; e por herança, pela via masculina, no momento da morte do patriarca da família de origem e, então, numa fase sucessiva do ciclo de duração da família, quando o novo núcleo doméstico tinha enfrentado alguns anos (às vezes décadas, dependendo do índice de nascimentos e da idade com que as pessoas se casavam) de existência autônoma.²³⁷

Os princípios matrimoniais e de hereditariedade, segundo Levi, perpassavam a dimensão do mercado no qual se criava um equilíbrio, não só de forma dimensional, *mas de destinação, que contrabalançasse as situações familiares segundo as fases do ciclo da vida.*²³⁸

O matrimônio fazia parte de um jogo de reciprocidades, desde a seleção dos nubentes à escolha dos padrinhos, assim como o batismo. Criava relações de trocas, uma lógica moldada socialmente entremeada pela dimensão econômica.

As reciprocidades também se davam de várias formas, entre elas o apadrinhamento, que era uma relação construída a partir de um evento religioso gerador de profundos efeitos sociais. Tomando por base a concepção teológica, o compadrio constitui um grau de importância maior do que “*as relações de consanguinidade e de afinidade, que têm*

²³⁷ LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terras no Piemonte no Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 94.

²³⁸ *Ibidem*, p. 95.

suas origens em relações carnis: o batismo e o compadrio, têm por origem a lei eclesiástica, a lei divina”.²³⁹

O compadrio atendia a inquietações teológicas, no sentido de sacralizar as relações sociais para além da família consanguínea, criando laços de parentesco espiritual regidos pela doutrina cristã, e, ao mesmo tempo, servia para incorporar ou ordenar interesses laicos de natureza diversa.²⁴⁰

A família estende seu campo de atuação. O ato de apadrinhar cria laços de solidariedade entre as famílias do padrinho e do afilhado. Além de um ato de estima, é um jogo social caracterizado pelo beneficiamento dos indivíduos envolvidos nessa relação que aplicava racionalidade onde prevalecia a alternância de favores e serviços.²⁴¹

Se as relações de compadrio aproximam e são tão, ou mais, importantes que laços sanguíneos, a família de Dona Amélia buscava torná-las ainda mais consistentes, criando alianças familiares que ultrapassavam a dimensão patrimonial e socioeconômica, passando a atingir a dimensão do político.

Um caso bastante complexo é de Dona Sabina Maria da Conceição, casada com Antônio Jerônimo de Lima, com quem tinha três filhos solteiros: Maria das Dores de Jesus, de 18 anos; Manoel, de 9 anos, e Antônio, de 2 anos. A inventariada deixou a quantia de 2:457\$000 réis, baseada na criação de animais.²⁴² Em 1884, ano da produção dos inventários *post-mortem*, o viúvo já estava casado em segundas núpcias com uma irmã de Dona Sabina, Angélica Maria da Conceição, que já havia sido casada com Francisco Ferreira da Silva.

Contudo, os papéis sociais de homens e mulheres, mesmo entrelaçados em matrimônio, eram dinâmicos e múltiplos, não sendo enquadrados em categorias fixas e rígidas.

3.1.1- RETRATO(S) FEMINIL(S): ações femininas.

Mesmo apresentando uma uniformidade da divisão dos bens, no ato da partilha, as mulheres não foram em nada sutis; quanto à análise de seus patrimônios, deixaram indagações

²³⁹ RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008, p.47.

²⁴⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Org.). *Op. Cit.*, p. 246.

²⁴¹ MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 133.

²⁴² (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Sabina Maria da Conceição. Ano: 1884.

acerca do papel feminino, sendo elas: casadas, viúvas ou solteiras, mães, filhas, trabalhadoras, donas do lar. Afinal, quem eram essas Donas?

É na vida cotidiana marcada por micro atitudes, cenas efêmeras e pontuais, que se compõem os fios do tecido social. (...) Os indivíduos criam relações a base de sua própria experiência, da sua própria possibilidade e ação. No estudo sobre o cotidiano das mulheres é possível os mecanismos de dominação masculina, movimento de mão-dupla entre o mundo privado-familiar e a esfera pública.²⁴³

Os papéis econômicos encenados por essas mulheres constituem formas de entendimento que excedem a simples condição de submissão à ordem patriarcal e põe em cena, mulheres protagonistas de suas histórias.

Quem eram essas mulheres? Quem eram essas Donas, que mesmo sutis tomam as atenções dos documentos? São simplesmente mulheres que são reconhecidas somente enquanto viúvas, solteiras ou casadas? Como falar de mulheres historicamente silenciadas, que, entretanto, apresentam nas suas ações e escolhas modos que rompem a mudez?

Para compreender o universo feminino e suas práticas multifacetadas, conforme atenta nas análises produzidas pelo historiador Durval Muniz, no prefácio do livro *O avesso do silêncio*, de Temis Parente, ao falar das vivências cotidianas das mulheres, a produção de jogos sociais ultrapassa a condição de inferioridade. Não obstante, essa situação não significava somente a repressão, como também era utilizada enquanto estratégia.

Jogos sutis, artimanhas urdidas nos discursos e nas práticas das mulheres no século XIX em Goiás. (...) Táticas criativas para se relacionarem com o lugar social, tendo como abordagem a história do cotidiano. (...) Busca materializar outras imagens da vida econômica e social – relações de família e gênero.²⁴⁴

Como aludem os autores Mário Viana Júnior e Ana Cecília Alencar, nos estudos sobre as ações femininas, essas possuíam no âmago de suas vivências a dinâmica e o movimento. Durante sua vida, a mulher exercia diversos papéis sociais na família e fora dela. Na cena cotidiana, assumia múltiplas faces sociais: filha, esposa, mãe, viúva, tutora, senhora de terras, comerciante, entre outras tantas.

A simples associação entre as condições sociais de viúvo (a), de solteiro (a) ou de casado (a) e as ações desenvolvidas pelos sujeitos acabava esbarrando no complexo e imprevisível movimento da história. Sob a dinamicidade e multiplicidade de

²⁴³ PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio** – vivências cotidianas das mulheres do século XIX. – Goiânia: Editora da UFG, 2005. Introdução, p. 12-13.

²⁴⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Prefácio. In: PARENTE, Temis Gomes. *Op. Cit.*, p. 7-8.

tempos e espaços no mundo colonial e imperial no Brasil, a viuvez, e qualquer outra condição social, não era uma essência imutável com características rígidas, fixas.²⁴⁵

Na expedição pelo Vale do Jaguaribe, o botânico Freire Alemão retrata o espaço de Limoeiro e evidencia a perspectiva moral e religiosa que possuíam as mulheres; no decorrer de sua análise sobre o Baixo Jaguaribe, prossegue descrevendo as condições, os comportamentos e os costumes que eram elementos variantes no cotidiano feminino.

Fomos à missa pela manhã, as mulheres levavam lenços na cabeça, havia entre elas algumas gentis e pela maior parte pardas ou caboclas. (...) Víamos dentro de casa várias mulheres e crianças, muito homens, que creio eram todos da família. (...) Mulheres trabalhando enquanto pescadoras. (...) as mulheres enchiam o corpo da igreja e todas elas (com exceção de três a quatro) estavam envoltas em toalhas mui limpas postas sobre a cabeça, o que dava à igreja um aspecto particular.²⁴⁶

Nessa passagem, Freire Alemão narra alguns dos comportamentos femininos em Limoeiro. Em sua descrição é possível compreender a relação que se estabelecia entre a conduta feminina e a forma de se comportar em público; o ato social de vestir-se fala muito sobre essas mulheres e a época que elas viveram. O uso ou não de uma roupa (ou mesmo de uma peça específica) era uma forma de linguagem, comunicar um sentido ao outro.²⁴⁷

Essas mulheres plurais, “gentis”, pardas e caboclas estavam inseridas no mundo do trabalho, como é o caso das pescadoras. De certa forma também, o mundo do trabalho estava posto dentro de casa. Além da labuta diária, conforme podemos observar nos inventários *post-mortem*, a presença de alguns objetos possibilitam pensar as atividades desenvolvidas pelas mulheres, a exemplo de “*um tear velho de tecer pano avaliado na quantia de 2.000 réis e um engenho velho de fiar avaliado na quantia de 3.000 réis*”.²⁴⁸

A tecelagem, considerada uma prenda doméstica produzida somente para o próprio consumo, pouco aparece como setor de importância no contexto regional. (...) essa produção é de fundamental importância dentro da economia familiar (...) o algodão foi um elemento pouco presente. A labuta cotidiana com a tecelagem era uma forma de ocupação das mulheres, mas esse tipo de trabalho era tido como preenchimento das horas vagas, diferentemente do cultivo e da colheita. Tanto o descaroçar como o

²⁴⁵ VIANA JÚNIOR, Mário Martins; ALENCAR, Ana Cecília Farias de. *Identidades de gênero: (re)formulações no Ceará Colônia e Império*. In: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricart da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (Orgs.). *Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)* – Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, 195p. (Coleção História Social, v.7), p. 95-114.

²⁴⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*: Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, pp. 90, 92, 99 e 113.

²⁴⁷ Ver: ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (século XVII-XIX). Lisboa: Teorema, 1997, em especial capítulo VIII.

²⁴⁸ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Vicente Ferreira da Silva Maia. Ano: 1883.

fiar e a própria tecelagem era atividades “secundárias”, menos importante, pelo destino que era dado ao produto final, ou seja, o próprio consumo.²⁴⁹

A tecelagem era uma atividade atribuída à função feminina. Era comum nas propriedades o pequeno cultivo do algodão e cabia às fiandeiras a função de fabricar tecidos para uso doméstico. O excedente era vendido a comerciantes que o revendiam nas feiras.

Nessa esteira, além das questões relacionadas ao trabalho, os inventários *post-mortem* destacam e distinguem algumas mulheres, denominando-as como Dona. Essa adjetivação feminina carregava-se de sentidos que transpunham posições econômicas e sociais que as mesmas possuíam.

Nos inventários coletados e analisados 38,6% dos inventariados eram femininos, 43,2% eram masculinos e 18,2% eram de casais – sendo que três desses inventários *post-mortem* de casais ocorreram entre os anos de 1877-1879. Dentre as inventariadas, 82,3% eram casadas; 11,7% eram solteiras²⁵⁰ e 5,8%, viúvas.²⁵¹

Das inventariadas, seis eram denominadas como Donas, uma noção de respeito instituída em diferentes esferas da sociedade. Estas eram Maria de Jesus Nasareth, Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante, Maria Felicia do Espirito Santo, Clementina Maria de Jesus, Maria Francilina de Jesus e Sabina M^a da Conceição.

A inventariada Dona Maria Francisca dos Anjos, casada com Francisco de Barros Ferreira, falecida em 1875, possui uma quantidade significativa de bens de raiz e escravos; o montante era avaliado na quantia de 1:261\$880. Contudo, como Dona Maria não era viúva, tal *status* suscita a questão de como ela teria acumulado esse patrimônio? Por meio de herança? Como a Vila de Limoeiro poderia lhe dispor condições para acumular esses bens, dada a realidade local? Além de pensar o papel social da mulher na Vila de Limoeiro no final do século XIX, problematizando sua vivência e seu cotidiano.²⁵²

O processo de Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante é um dos mais significativos, tendo em vista o volumoso conjunto de bens patrimoniais no inventário da mesma. Entre outras particularidades, foi inventariada uma loja comercial em 1878, período no qual a Vila estava constituindo-se, o que suscita questões acerca da relação comercial.²⁵³

²⁴⁹ PARENTE, Temis Gomes. *Op. Cit.*, p.165 [p. 1º Capítulo, pp. 42 e 43].

²⁵⁰ Quanto às solteiras, foram identificados dois casos: Isabel Correa de Lima, falecida em 1876 e Ignácia Luzia de Lima, falecida em 1883 - Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva.

²⁵¹ Apenas a inventariada Quitéria Maria de Jesus, falecida em 1882, foi identificada como viúva - Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva.

²⁵² (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Maria Francisca de Jesus. Ano: 1875.

²⁵³ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante. Ano: 1878.

A casa comercial de Dona Amélia era de *secos e molhados*, onde vendiam artigos de primeira necessidade e outros gêneros – mantimentos, bebidas, ferramentas de trabalho, entre outras miudezas.

Conforme denota o memorialista Lauro de Oliveira, *ficou na história a casa Nova Holanda, de João Holanda, dono de um quarteirão de casas na rua das Flores*. Contudo, mesmo sendo tida como propriedade de seu marido, o Capitão João Holanda, a loja comercial foi arrolada no inventário de Dona Amélia, *fazenda murada, com cadeiras, no balanço da loja*, avaliada na quantia de 1:500\$000 réis.²⁵⁴

Não obstante, a casa comercial Nova Holanda, de acordo com Lauro de Oliveira, era a maior e mais diversa dali, sendo os outros comércios apenas bodegas. Então, como era o principal estabelecimento comercial, tanto Dona Amélia, como o Capitão João Holanda constituíam sujeitos de notoriedade local.

Chama a atenção ainda no inventário de Dona Amélia o fato de existirem 231 dívidas ativas; ou seja, essa Dona tecia relações com homens e mulheres de diferentes regiões e localidades do Vale do Jaguaribe. Também foram estabelecidas relações com comerciantes do Aracati, Palhano, Taboleiro de Areia, Cascavel, Quixeré, Juazeiro, Jurema, Flores, Beberibe, Pedras, entre outros. As dívidas somavam a quantia de 13:612\$388 réis a ser recebida pela família da inventariada, ultrapassando o valor do montante do seu patrimônio.

O grande número de dívidas e as relações tecidas por Dona Amélia são elementos bastante significativos, vez que, ela sendo casada, sobrepõe-se no circuito comercial, dadas as relações que estabelece. Uma das possíveis explicações para o número de dívidas e do valor adquirido pelas mesmas refere-se à seca de 1877-1879, já que Dona Amélia faleceu no ano de 1878, pois a Nova Holanda vendia artigos de primeira necessidade.

A notoriedade econômica de Dona Amélia torna-se evidente na análise de seus bens, bem como a visibilidade social pode ser compreendida pelo seu papel de madrinha. No ano de 1873, o Capitão João e Dona Amélia, cônjuges, foram relatado no registro de batismo de Ezequiel.

Ezequiel, pardo, filho legítimo de Ezequiel Rodrigues da Costa e Brita do Amor Divino, nasceu aos 25 de Março de 1873 e foi batizado Solenemente aos 4 de Maio do mesmo ano, nesta Matriz pelo Padre Alexandre Correia de Araújo Mello, sendo seus padrinhos: João de Hollanda Cavalcante Mello e sua mulher Amélia Herculina Cavalcante. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno.²⁵⁵

²⁵⁴ LIMA, Lauro de Oliveira de. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida 1997, p. 319.

²⁵⁵ (ADLN) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 186.

As “donas” eram pessoas livres e normalmente casadas e é possível criar uma rede de madrinhas tomando como ponto de partida essas mulheres. Diferentemente, as outras madrinhas não seguiam o princípio da consanguinidade, estendendo seus laços relacionais para além das fronteiras dos seus núcleos familiares.

Conforme Renato Pinto Venâncio, o compadrio era uma relação onde os indivíduos transitavam por vias de mão-dupla.

(...) compromisso significava privilégios e deveres, os quais eram reconhecidos através da obediência, da fidelidade e da reverência do afilhado, em contrapartida às múltiplas responsabilidades dos padrinhos. A inventividade e as ressignificações desse laço social – que constantemente justapunha ou mesclava o sagrado e o profano – são tantas e tão surpreendentes que chegaram a ser definidas como exemplo do “pensamento selvagem do cristianismo”.²⁵⁶ [GRIFO DO AUTOR]

Vale destacar que no lugar social atribuído a essas mulheres, denominadas como Donas, era definida a condição de mando; ou seja, o poder social e político das famílias. Essas donas faziam parte de uma rede de madrinhas, na qual eram adjetivadas por uma distinta sensibilidade. Das alianças construídas pelos batismos entre as madrinhas, nenhum dos afilhados era escravo ou filho de escravos, ou então expostos, contudo, estabeleceram relações de compadrio, com indivíduos cujo nascimento era tido como natural, ou seja, nascidos de relações ilegítimas, tendo apenas a exposição do nome da mãe.²⁵⁷

Destacamos cinco casos e os dispusemos abaixo em diagramas.

²⁵⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 246.

²⁵⁷ Ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

Diagrama 01: Rede de apadrinhamento de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante.

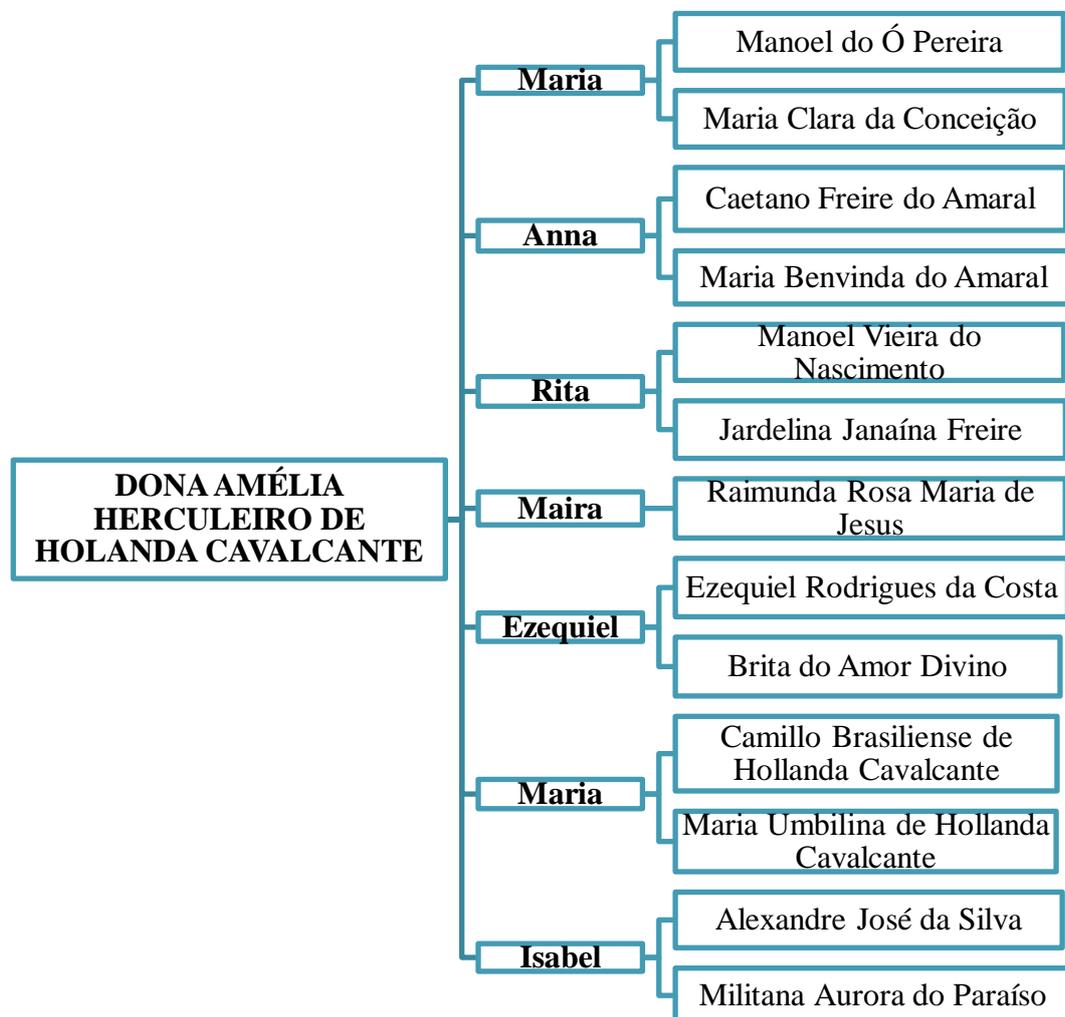


Diagrama 02: Rede de apadrinhamento de Dona Maria Felicia do Espirito Santo.



Diagrama 03: Rede de apadrinhamento de Dona Clementina Maria de Jesus.

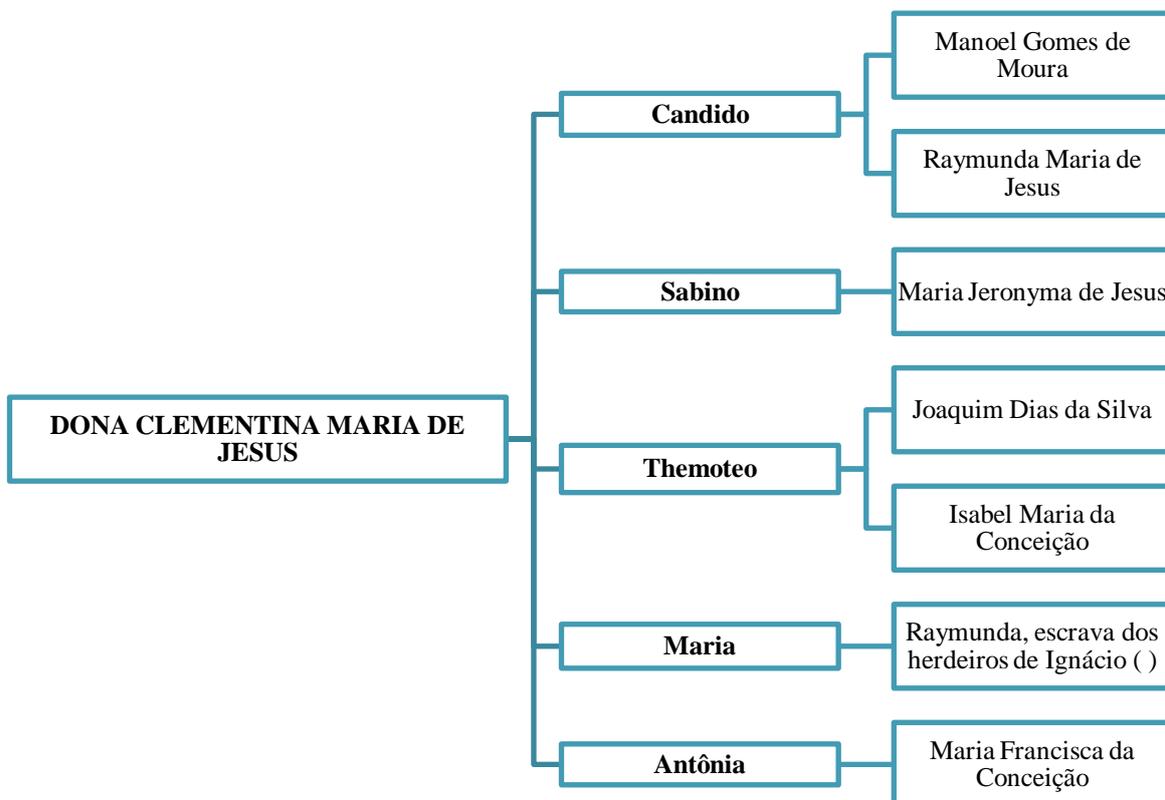
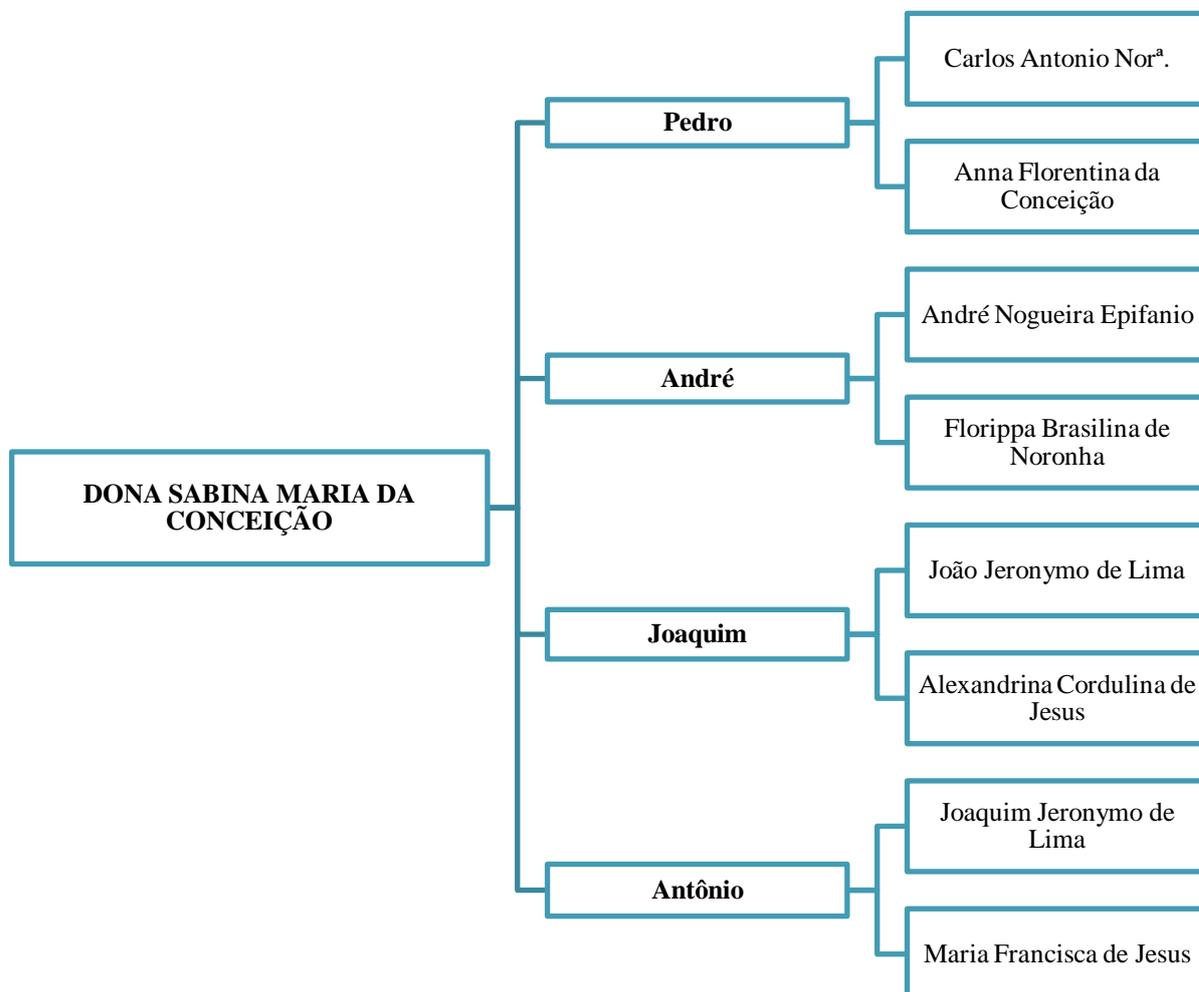


Diagrama 04: Rede de apadrinhamento de Dona Sabina Maria da Conceição.



No entanto, Dona Amélia possuía sete afilhados, entre eles, Maria, filha de seu irmão Camilo Brasiliense de Holanda Cavalcante com Maria Umbilina de Holanda Cavalcante. Outra afilhada interessante é Maira, filha natural de Raimunda Rosa Maria de Jesus.

Caso semelhante é o de Dona Clementina Maria de Jesus que, dos cinco afilhados, três eram filhos naturais (Sabino, Maria e Antônia). A afilhada Maria era filha da escrava Raymunda, pertencente aos herdeiros de Ignácio.²⁵⁸

²⁵⁸ (ADLN) – Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro (sem paginação).

Dona Sabina era madrinha de seus sobrinhos, filhos de seu marido e de seus irmãos, o que nos leva a compreender que sua área de atuação está resumida e delimitada à sua família.

Ora, vistos esses casos, cabe atinar para o fato de que o apadrinhamento era uma ação social e funcional que partia de um sacramento da Igreja Católica, mas adquiria sentidos diversos. E que em grande medida alargava a dinâmica familiar, bem como abria espaços de convivência e novas formas de relacionamentos. “*O ato de apadrinhar uma criança extrapola o ritual e a escolha dos padrinhos, ganha foros de caráter sociocultural, pais e padrinhos passavam a tratar-se como compadre ou comadre, ou seja, pais suplementares da criança batizada*”.²⁵⁹

Segundo Rafael Ricart, o apadrinhamento se dava em meio às relações sociais em forma de rede. “*Os padrinhos e madrinhas eram pessoas que pertenciam a redes sociais das quais os pais da criança faziam parte ou, no caso, almejavam entrar no circuito social a que aquele(a) futuro(a) padrinho ou madrinha pertencia*”.²⁶⁰

Nesse exercício de entender o universo vivido pelas mulheres é necessário compreender como se delineavam as relações masculinas em Limoeiro na segunda metade do século XIX.

3.1.2- EFÍGIES MASCULINAS.

Os maridos das Donas tinham sua nomenclatura e seu status social, algumas vezes acompanhados pela designação de tenentes e/ou coronéis, eram patentes militares concedidas a indivíduos por serviços prestados à coroa. Os sujeitos que as possuíam eram distinguidos socialmente, em especial aqueles que possuíam terras e escravos.

A Guarda Nacional constituía-se em verdadeiro exército paralelo, cujo apogeu foi o período que se estendeu de 1831 a 1840, quando contribuiu para restabelecer a ordem em um país isolado pelas revoltas e sedições. Mas essa instituição perdeu pouco a pouco sua importância e, três décadas depois, sua única função era conceder cargos honoríficos, na maior parte comprados. Para os que os exerciam, esses cargos significavam o reconhecimento de seu poder, de sua riqueza e de seu prestígio.²⁶¹

²⁵⁹ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880)*. Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Ant^o Funes, p. 133.

²⁶⁰ SILVA, Rafael Ricart da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça [manuscrito]: terra, família e poder (século XVIII)**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 141.

²⁶¹ RÊGO, André Heráclio do. *Op. Cit.*, p.70.

Entre eles, havia o Tenente Coronel José Joaquim da Silva Matuto. Era viúvo de Dona Angélica Candida Rosa de Castro, falecida em 1876, tinha por herdeiros: Augusto Joaquim da Silva, casado, 23 anos; Thermatocles Joaquim da Silva, casado; Elviria Candida da Silva, solteira, 27 anos; Hermina Candida da Silva, maior, casada com Octaviano da Silva Machado; Agripina Candida da Silva, maior, casada com Arlindo Alves; José Joaquim da Silva, solteiro, 32 anos; Maria Candida da Silva Aguiar, casada com José Joaquim Aguiar, Tolentino Joaquim da Silva, solteiro, 27 anos; Angélica Candida da Silva, casada com Ronaldo da Costa Moura; Francisca Candida da Silva, de maior, cônjuge de Joaquim José da Silva e Perpetua Candida da Silva, solteira, 18 anos. Seu cabedal ficou avaliado em 3:221\$570.²⁶²

O Tenente Coronel José Joaquim possuía poucas propriedades de raiz, o que destacava suas posses eram os bens semoventes que juntos somavam a quantia de 2:618\$000 réis e os bens móveis, feitos de material distintos dos demais patrimônios inventariados.

O Tenente Coronel Clemente Luiz Barros de Souza Netto casado com Joaquina Felícia de Souza Maia, falecido em 1878, deixando os herdeiros: João Baptista de Souza Netto, 24 anos; Juvencio do Nascimento Souza Netto, 23 anos; Francisco Antônio de Souza Netto, 22 anos; Maria Celestina de Souza Maia, 20 anos; Francisca Leopodina de Souza Maia, 18 anos; Anna Guitinia de Souza Netto, 17 anos e Joaquina Felícia de Souza Netto, 13 anos e Maria de 9 anos. Todos esses sendo solteiros.²⁶³

O patrimônio do Tenente Coronel Clemente Luiz era baseado na posse de bens semoventes e avaliado na quantia de 7:627\$581, principalmente na detenção de gado. O inventariado possuía considerável quantidade e diversidade de objetos sacros e artefatos de ouro e prata. Havia grande variedade de bens móveis, mas o destaque é quanto ao material da fabricação de alguns desses, como é o caso do cedro, madeira considerada nobre, e incomum na região. O Tenente Coronel Clemente era um negociante de charque e estabelecia relações com Aracaty e Pernambuco.

A inventariada Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante era casada com o Capitão João Hollanda Cavalcante Mello, e faleceu no ano de 1878, deixando dois herdeiros menores: Francisco, 5 anos e Maria, 2 anos.

Não obstante, o inventariante Capitão João Hollanda Cavalcante Mello, esposo de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante, possuía visibilidade em Limoeiro, tendo em vista que era negociante de charque, conforme denota o inventário da esposa, bem como as

²⁶² (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Tenente Coronel José Joaquim da Silva Matto. Ano: 1876.

²⁶³ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Tenente Coronel Clemente Luiz de Barros Souza Netto. Ano: 1878.

relações e negociações que o Capitão João estabeleceu com os Tenentes Coronéis José Joaquim e Clemente Luiz.²⁶⁴

Eram nas transações econômicas, nas relações sociais, nas redes familiares que esses indivíduos ganhavam destaque; e, entre outros fatores, pelas propriedades e pelas relações comerciais, velavam honras militares da Guarda Nacional que os distinguiam, além de desempenharem funções de controle e administração estatal.

Os termos dona e tenente/coronel são designações substantivas e adjetivas, no sentido de que classificam e transfiguram os detentores desses títulos. Essas denominações são mecanismos que atribuem status sociais a indivíduos em detrimento de outros, estabelecendo variantes de desigualdade nos modos de viver e construindo outras formas de visibilidades sociais desses sujeitos.²⁶⁵

Contudo, na década de 1870, a maioria das donas e dos tenentes/coronéis tiveram seus papéis sociais e econômicos reconfigurados. Tendo como importante indício, as relações constituídas na experiência da seca de 1877-79.

Essa seca não teve nada de excepcional, a crise econômica que ela gerou não atingiu somente os pobres, mas também levou à falência os grandes e médios proprietários. O que a distingue é a criação de uma nova lógica política baseada nos socorros públicos e no assistencialismo do governo. A seca torna-se problema do Estado.²⁶⁶

3.2 - (RE)ARRANJOS PATRIMONIAIS: a seca de 1877-1879 como momento de ruptura na estrutura material no Sertão de Limoeiro.

A seca é um fenômeno da natureza, mas também é uma construção social, econômica e política. A abundância ou a escassez de água remete a novos arranjos nos modos de viver.

O escrivão Serafim Tolentino Freire Chaves ao redigir o inventário *post-mortem* do Tenente Coronel Clemente Luiz de Barros Sousa que data do ano de 1878, escreve uma passagem bastante instigante, onde relata as condições que a *terrível seca* apresentava na Vila de Limoeiro.

²⁶⁴ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante. Ano: 1878.

²⁶⁵ MATTOS, Hebe Maria. **A Cor Inexistente**. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p.96.

²⁶⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordeste**: uma sofisticada criação de identidade regional, homogeneizando o diverso. Rio de Janeiro: Secretária de Educação à Distância do MEC, 2006, p. 2. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/...remessa/nordeste_sofisticad.pdf. Acesso em: 15/02/2013.

[...] que na crise actual da terrível seca que atravessamos os bens de mais [...] venda seu gados e animais e destes é que a suplicante desejos que se separe afim de não [...] do pagamento de seus credores, [...] sendo inteirados os herdeiros em bens de maior como melhor.²⁶⁷

O escrivão Serafim Chaves aconselhava que as pessoas vendessem seu gado e seus animais, bens semoventes que eram vulneráveis às irregularidades climáticas vivenciadas nesse período pela *Grande seca de 1877-79*. Além de resguardar a vida dos animais, bem como o valor econômico dos mesmos, o escrivão sugere a venda dos bens para o pagamento das dívidas adquiridas durante o período da estiagem.

Segundo Lauro de Oliveira, a única casa comercial que podia rivalizar, em termos de estrutura e de produtos com a *Nova Holanda*, pertencente à família Holanda, era a Casa Grande, da família Chaves.²⁶⁸ Este era um comércio de *secos e molhados*. No inventário de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante, falecida no ano de 1878, ápice da crise climática, mapeamos uma série de dívidas ativas pendentes, que se não foram quitadas pode ter levado à falência o aludido negócio.²⁶⁹

A seca não é somente agruras e escassez, ela também é meio de estratégia para acumulação daqueles que eram considerados potentados. O escrivão Serafim Chaves, encontrou em seu ofício escriturário uma forma de incutir nessas pessoas a ideia de se desfazerem de seus bens, em prol do pagamento de dívidas.²⁷⁰

A seca perpassa os limites de apenas um fenômeno da natureza, ela vai além dessa compreensão, ela é também cultural, uma construção social, econômica e política feita por sujeitos históricos.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque,

Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no cavalo de batalha de uma elite necessitada de argumentos fortes,

²⁶⁷ Inventário *post-mortem* de Tenente Coronel Clemente Luiz de Barros Sousa falecido em 1878 - (AFDACCs).

²⁶⁸ LIMA, Lauro de Oliveira de. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida 1997, p.318-320.

²⁶⁹ Ver o quadro das dívidas ativas do inventário de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante nos anexos.

²⁷⁰ Conforme, João Rameres Regis, o 1º. *Tabelião Público de Limoeiro – cargo vitalício – nomeado pelo Decreto Imperial de 28 de Fevereiro de 1874 foi Serafim Tolentino Freire Chaves, avô paterno de Franklin Chaves. Essa era uma função muito importante naquela conjuntura, pois se constituía uma possibilidade concreta de estabelecer o controle político de uma dada municipalidade*. In: REGIS, João Rameres. **Integralismo e coronelismo: Interfaces Da Dinâmica Política no Interior do Ceará (1932-1937)**. Rio de Janeiro, 2008. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ- Orientadora: Prof(a). Dra. Maria Paula do Nascimento Araújo, p. 248.

para continuar exigindo seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito mundial.²⁷¹

Conforme o memorialista Lauro de Oliveira, a seca atingiu de forma transversal a composição patrimonial das famílias Rodrigues e Holanda, como também suas representatividades nos Sertões de Limoeiro. Apesar da grande intempérie, algumas famílias se estabeleceram através de estratégias frente à realidade da miséria acentuada sobremaneira pela seca, citem-se as famílias Chaves e Oliveira; a primeira pela obtenção do Cartório e a segunda pelas práticas comerciais.²⁷²

A economia da Província do Ceará era baseada na pequena lavoura, no algodão, na pecuária e no comércio que, com a seca de 1877-79, entram em crise. Ou seja, a cultura de subsistência e de criar prosperam até o início da década, mas com o advento da seca declinam. Esta calamidade destituiu patrimônios; contudo, muitos indivíduos através de diferentes mecanismos foram bem sucedidos na manutenção de seus bens nesse contexto.

No mês de maio de 1877, o vigário Joaquim Roiz Meneses Silva da freguesia de Limoeiro que agregava os povoados de Taboleiro de Areia, São João do Jaguaribe e Alto Santo da Viúva, em correspondência à comissão de socorro, refere-se à situação que era vivenciada.

(...) Tem havido algumas chuvas, mas destacadas, como tem sido em outros pontos da província, de sorte que de nada servirem para as lavouras, si bem que serviram um pouco para as criações, sem o que teria morrido quase toda; sobre-tudo no districto do Alto Santo “Figueredo” o mais criador d’esta freguesia. Os recursos aqui já são poucos, e creio que não chegarão para todo este mez. Sobre-tudo por causa da grande imigração do centro que por aqui passa, despovoda de recursos a quem até o presente os particulares tem socorrido. O nosso povo já a muito sofre fome e até nudez por falta de recursos para comprar fazendas, e mesmo por não poderem os negociantes vender a praso.²⁷³

A correspondência conta minuciosamente a situação de escassez material que era vivenciada no Sertão de Limoeiro. O vigário constata que a seca prejudica as lavouras e a criação de gado, desestruturando a base econômica, instaurando um colapso econômico. De maneira geral, não encontramos nos inventários referência às áreas de plantação agrícola ou mesmo aos produtos agrícolas colhidos no período de safra, apesar de ter sido comum a

²⁷¹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995, p.120.

²⁷² LIMA, Lauro de Oliveira de. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida 1997, p. 319-322.

²⁷³ (APEC) - Correspondência da Comissão de Socorros de Limoeiro. Caixa 16, doravante CCSL. Apud. FERREIRA NETO, Cicinato. **A tragédia dos mil dias: a seca de 1877-79 no Ceará**. Fortaleza: Premium, 2006, 288p, p. 55.

leitura, entre os bens inventariados, do registro de *caixas de legumes* destinadas ao armazenamento da safra agrícola. É provável que a falta de referência aos produtos agrícolas possa ser justificada pela incidência do período de seca marcada pelos anos de 1877-79.

No ano de 1877 foi aberto o inventário de Maria Freire Martins, casada com Liberato Gomes da Silva, moradora do Sítio Pinto, distrito de São João, deixou como herdeiro: Raymunda, solteira, de 14 anos; Joanna, solteira, de 12 anos; Carminha, de 11 anos e Josefá, de 6 anos de idade. A totalidade do seu patrimônio foi avaliada na quantia de 192\$200 réis.²⁷⁴

O patrimônio de Maria foi adjetivado pela ausência e pela escassez. A inventariada não possuía bens de raiz e escravos, suas posses fundamentavam-se na detenção de um móvel, uma caixa de pregaria, avaliada na quantia de 10\$000 réis e três objetos de ouro, um cordão avaliado em 28\$800 réis e dois anéis, de 6\$400 réis. No entanto, a retenção de suas posses centrava-se nos animais, em maior parte os muars. É possível que a seca tenha contribuído para o esfacelamento do patrimônio da inventariada Maria, haja vista os bens que ela possui.

A seca cria uma fratura nas formas como se relacionavam os patrimônios familiares e a conjuntura local, o que caracteriza um período de ruptura, no qual se configura outra lógica nas relações com os patrimônios.

3.2.1- ENTRE A ABUNDÂNCIA E A ESCASSEZ É TECIDA A TRAMA DA SECA.

O inventário *post-mortem* de Joaquim Rodrigues da Silva, falecido no ano de 1884, casado com Sabina Umbilina de Alexandria, registrava a existência de três herdeiros: Luiz, de 13 anos; Francisco, de 12 anos e Maria de 9 anos. Seu patrimônio foi avaliado na quantia de 143\$000, um montante pequeno, mesmo para a realidade de Limoeiro, sendo que suas posses dividiam-se entre objetos de ouro e algumas cabeças de gado.²⁷⁵

O inventariado pertencia à família Rodrigues, parentesco que tinha origem em Pernambuco mas concentrara terras na região do Baixo Jaguaribe e cujos membros eram considerados como poderosos proprietários de oficina de charque. No entanto, por que o montante de seus bens possuiu um valor tão baixo? ²⁷⁶

²⁷⁴ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Maria Martins Freire. Ano: 1877.

²⁷⁵ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Joaquim Rodrigues da Silva. Ano: 1884.

²⁷⁶ Ver: SOUZA, Eusébio de (Org.). **Álbum do Jaguaribe**. Belém: Empresa Graphica Amazônia, 1922, p. 73; GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza. Programa Editorial Casa José de Alencar,

Contudo, o inventariado Joaquim Rodrigues da Silva, conforme os registros de batismo possuía, ou há algum tempo já havia possuído uma visibilidade social nesse espaço.

Maria, filha, legítima de Francisco Thomas de Aquino e Anna Thereza de Jesus, nasceu a 15 de março de 1870, foi batizada solenemente a 3 de abril do mesmo ano, pelo Padre Manoel Vicente Girão, na Capella de M. Nova, filial desta Matriz de São João do Jaguaribe. Foram padrinhos: Joaquim Rodrigues da Silva e Joanna Maria de Jesus. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno. O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁷⁷

Maria, filha legítima do Capitão João Chrisostonio de Souza e Maria Leocádia da Silva, nasceu a 20 de junho de 1870, foi batizada solenemente a 22 do mesmo mês e ano, pelo Padre Manoel Vicente Girão, na Capella da Morada Nova Filial desta Matriz de São João do Jaguaribe. Foram Padrinhos: Joaquim Rodrigues da Silva e Maria Lima do Espírito Santo. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno. O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁷⁸

Aos 3 de abril de 1870, na Capella de Morada Nova, filial da Matriz de São Bernardo das Russas, foi batizada solenemente com emposição dos Santos Óleos, pelo Padre Manoel Vicente da Silva Girão, de licença minha, a infante Maria, filha legítima de Francisco Thomaz de Aquino e Anna Theresa de Jesus, desta Freguesia, nascida aos 15 de março do mesmo ano. Foram padrinhos: Joaquim Rodrigues da Silva e Joanna Maria de Jesus. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno. O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁷⁹

Aos 29 de janeiro de 1871, na Capella de Morada Nova filial da Matriz das Russas, foi solenemente batizada com emposição dos Santos Óleos, no Oratório privado na Barra do Figuerêdo, desta mesma Freguesia, pelo Padre Manoel Vicente da Silva Girão, de licença minha, a infante Joana, parda, filha legítima de Sabino José da Silva e de Joana Theresa de Jesus, desta Freguesia, nascida aos 30 de dezembro de 1870. Foram padrinhos: Joaquim Rodrigues da Silva e Luisa Maria de Jesus. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno. O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁸⁰

A relação de compadrio tecida em torno de Joaquim Rodrigues da Silva qualifica uma condição social, e possivelmente econômica, de abundância que tivera a família Rodrigues.

Outro membro inventariado da família Rodrigues foi José Rodrigues de Hollanda Lima, cuja confecção do inventário se realizou em 1881 em conjunto com o de sua esposa, Joaquina Moura Rodrigues Guimarães. O patrimônio do casal foi avaliado na quantia de 530\$500 réis; valor diluído entre a posse de bens de raiz, a exemplo de propriedades no Sítio Canto Grande, na ribeira do Banabuiú, onde concentrava dois cercados avaliados em 30\$000

2000, p.155; LIMA, Lauro de Oliveira de. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida 1997, p.174-181.

²⁷⁷ (ADLN) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 63.

²⁷⁸ (ADLN) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 70.

²⁷⁹ (ADLN) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 96.

²⁸⁰ (ADLN) - Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 103.

réis, um terreno de criar de cento e cinquenta braças, na quantia de 75\$000 réis, e a casa de morada, de telha e taipa, ponderada em 50\$000 réis.

Além desses, havia a posse de artefatos de ouro, amiúde joias que perfaziam a quantia de 41\$500 réis. A outra posse do casal constituía-se de animais, especialmente gado, avaliados em 334\$000 réis.

Os inventariados faziam parte das famílias Rodrigues e Hollanda destacadas na região pelas riquezas que haviam acumulado. O casal advinha de um grupo de potentados que sofreu com efeitos da seca, na medida em que a mesma desestruturou a hierarquia constituída, mas que até certo período usufruiu de um prestígio social, tendo em vista as relações de compadrio que foram constituídas.

José, filho legítimo de Francisco Mariano de Araújo e Anna Maria da Conceição, nasceu aos 29 de Março de 1872 e foi baptizado Solenemente aos 14 de Abril do mesmo ano, nesta Matriz pelo Padre Alexandre Correia de Araújo Mello, sendo seus padrinhos: José Rodrigues de Hollanda Lima e Joanna Maria Rodrigues Guimarães. E para constar mandei fazer o presente em que mim assigno. O Vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁸¹

Francisco, pardo, filho legítimo de Joaquim Rodrigues do Nascimento e Maria Francisca da Conceição, nasceu aos 23 de Janeiro de 1873 foi baptizado solenemente por mim abaixo assignado na Capella do Livramento aos 18 de Maio do mesmo ano. Forão seus padrinhos José Rodrigues de Hollanda lima e Senhorinha Beatriz Rodrigues Guimarães. E para constar faço este em que me assigno. O vigário Francisco Ribeiro Bessa.²⁸²

A análise da estrutura material corrobora no entendimento da dimensão do impacto da seca de 1877-79 na vida e na sua reprodução nesse período. De maneira geral, a composição patrimonial baseava-se principalmente na obtenção de gado e terras, mas com o advento da seca a estrutura patrimonial foi reconfigurada, já que o principal suporte econômico, a pecuária e a valorização de terras, dependia da atividade criatória e da abundância de água. As bases que estruturavam a economia jaguaribana estavam à mercê da intempérie, uma vez que seus elementos eram perecíveis à seca.

A partir do ano de 1877, início da seca, as dívidas são o que mais sobressai nos inventários, tanto pela quantidade, como também pelo alto valor das mesmas. No inventário *post-mortem* de Manoel Lourenço de Oliveira Godim, falecido no ano de 1878, o total de suas dívidas, que é de 1.096\$640 réis, ultrapassa o montante mor de 258\$700 réis.²⁸³

²⁸¹ (ADLN) – Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 1 – freguesia de Limoeiro, p. 168.

²⁸² (ADLN) – Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte. Livros de Batismo 5 – freguesia de Limoeiro.

²⁸³ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Manoel Lourenço de Oliveira Godim. Ano: 1878.

No processo de arrolamento de Manoel Lourenço de Oliveira Godim não consta a presença de animais, possivelmente já negociados ou mortos pela crise climática. O inventariado possui ainda um escravo de nome Joaquim de 56 anos, cabra, mas impossibilitado de trabalho, o que só lhe rende 5\$000 réis, e a metade de uma escrava de nome Jucinta de 43, cabra, no valor de 12\$000 réis. Os bens de raiz do inventariado, um cercado e uma “*casa de tijolos coberta com telhas sustentada com forquilhas*”, estavam localizados no sítio Bebedouro²⁸⁴.

Desse modo, o inventariado José Carlos da Silva Braga, casado em segundas núpcias, teve seu patrimônio avaliado em 121\$900 réis, e era composto por um terreno, uma velha casa de morada e bens móveis. O cabedal muito baixo denota a pobreza que era vivenciada por João Carlos e sua família.²⁸⁵

Maria, parda, parvulla, filha legítima de José Carlos da Silva e Thereza Gomes de Jesus, faleceu de fome no dia 18 de Maio de 1878, tendo de idade 6 anos e no dia seguinte envolto em branco foi sepultada no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno. Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva

A herdeira Maria, filha do inventariado José Carlos, morreu de fome, fim esse que virou rotina em Limoeiro durante o período da seca.

Na realidade, numa economia baseada na agropecuária os efeitos das secas são desastrosos, rios intermitentes como os da ribeira do Jaguaribe cortam seu curso, as lagoas esgotam suas reservas, sem a terra molhada não se podem plantar as lavouras, as pastagens para os animais não prosperam, sem chuvas enfim, como em qualquer tempo e lugar, morriam de fome homens e animais. Porém, ao fim das estiagens, os sertanejos estavam prontos para recomeçar e aos poucos se refaziam, até que outra seca viesse e levasse com ela dias “tranquilos” e a certeza de sobrevivência.²⁸⁶

O contexto de escassez de chuvas possibilita lançar questões sobre a fragilidade da dita riqueza, estruturada pela criação de gado e posse da terra, da economia do Baixo Jaguaribe, que sucumbiu com os efeitos produzidos pela seca de 1877-1879.

Outro caso bastante interessante acerca das dívidas é o do inventário de 1881, de Manoel Clementino Filgueira, viúvo de Maria Clara de Castro, que só foi feito para arrolar as dívidas do inventariado, já que o mesmo não possuía bens. No inventário de Manoel, somente

²⁸⁴ Atual Tabuleiro do Norte, atualmente a rua paralela ao cemitério central da cidade recebe o nome de Manoel Lourenço, pela Lei Nº 115, de 24 de maio de 1967.

²⁸⁵ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de José Carlos da Silva Braga. Ano: 1882.

²⁸⁶ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer**: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880). Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antº Funes, p. 70-71.

consta o recebimento de uma dívida passiva pelo inventariante, o Capitão José Pereira Filgueira, pago por Ernesto Rocha Maciel que financiou a alforria do Thercio, mulato de dezenove anos de idade, solteiro, natural do Ceará (Nº de matrícula: 858, na relação 2), libertado por 750\$000 réis, faltando valor de 750\$000.²⁸⁷

O inventário *post-mortem* de Manoel denota a falta de recursos e bens; afinal o recebimento de uma dívida foi motivo suficiente para cunhar o mesmo. É de se pensar também que, possivelmente, esse documento legitimasse o herdeiro e inventariante, o Capitão José, que deveria receber a quantia de 750\$000.

Contudo, os inventariados, Dona Maria Felícia do Espírito Santo, falecida em 1878, e Antônio Ferreira da Silva Nogueira, falecido em 1879, além de não comprometerem seus bens com dívidas, possuíam algumas cabeças de gados e poucos escravos. Esses tiveram seus patrimônios avaliados, sendo o primeiro no valor de 681\$500 réis e o segundo 1.625\$000 réis.²⁸⁸ Quais seriam as condições que beneficiaram esses sujeitos para que conseguissem realizar uma manutenção dos seus respectivos patrimônios? O que os diferenciariam dos restantes dos inventariados, que, em sua maioria, adquiriram dívidas?

Um olhar mais atento para esses dois casos revela que os inventariados eram moradores em Taboleiro de Areia (atual cidade de Tabuleiro do Norte), nos distritos de Patos e Água Suja, ribeira do Rio Jaguaribe, e possuíam lagoas em suas propriedades. Possivelmente, a presença da água tenha assegurado a sobrevivência dos animais, bem como a valorização econômica das terras. Outra hipótese é a de que, como os dois inventariados continham escravos, a venda dos mesmos talvez tenha assegurado condições favoráveis para que não contraíssem débito.

A partir de 1880, nos inventários *post-mortem* consultados, não são mais catalogados escravos, mas a ausência de registros não é suficiente para decretar a inexistência de escravaria miúda nesse espaço. Contudo, nesse período podemos perceber a ascensão do movimento abolicionista, bem como uma reconfiguração das condições socioeconômicas, da organização do trabalho, além das estruturas patrimoniais, o que denota nova conjuntura.²⁸⁹

Os escravos tanto geravam força de trabalho, como também custos, principalmente em termos de alimentação, para quem os possuía. Com a escassez e a falta de

²⁸⁷ Inventário *post-mortem* de Manoel Clementino Filgueira, falecido em 1881 - (AFDACCS).

²⁸⁸ Inventário *post-mortem* de Dona Maria Felícia do Espírito Santo, falecida em 1878, e Antônio Ferreira da Silva Nogueira, falecido em 1878 - (AFDACCS).

²⁸⁹ Ver: RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Liberdade ainda que precária**: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2012, 218 p. Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes.

recursos gerados pela seca, os pequenos senhores escravistas tiveram que se desfazer dos cativos, vendendo ou os alforriando, e isso modificou profundamente as relações socioeconômicas.

Durval Muniz, em seus estudos acerca da seca de 1877-79, aponta alguns fatores que fundamentam a transformação das relações de trabalho, aqui em relação ao escravo.

A seca de 1877-79 acelera o declínio do trabalho escravo nas províncias do Norte, já que obriga os grandes proprietários, principalmente do agreste e sertão, a se desfazerem de seus escravos, que poderiam morrer em decorrência da longa estiagem, evitando assim a perda do capital neles investido. Ao contrário de secas anteriores, em que muitos senhores abandonavam seus escravos a sua própria sorte, chegando muitos a morrer, porque ainda eram relativamente baratos, agora com o fim do tráfico e a valorização do plantel, a venda se torna a melhor saída, fato que já vinha ocorrendo mesmo antes da seca, mas que esta veio a acentuar, provocando a descapitalização dessa área do país, acentuando o sentimento de crise, que vai sendo associado, cada vez mais, à seca.²⁹⁰

A seca trouxe outras configurações, principalmente a criação de novos rearranjos nas relações do mundo do trabalho. A exemplo da mudança de postura em relação ao escravo saído do domínio do “dono”, ou porque fora vendido para o Sul, ou porque fora alforriado; situação em que, por sua vez, será tido como trabalhador livre. Mas em que condições se dá essa liberdade; ou melhor: que liberdade?

Como o trabalho com a pecuária e agricultura não eram possíveis pela estiagem que estavam atravessando, o que também comprometia o comércio, já que não havia como negociar; era necessário criar condições de sobrevivência e para isso foram criadas as frentes de trabalho da seca.

3.2.2- A SECA E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA RACIONALIDADE DO TRABALHO.

Além de outros elementos, a seca de 1877-1879 é marcante, no sentido de que houve uma mudança de postura do Estado para com os acometidos pela seca, e essas medidas aliadas a outros fatores criam uma nova lógica para o trabalho.

A partir da década de 1870, o Estado brasileiro decretou leis que proibiam a entrega de *esmolas* enquanto dinheiro aos pobres. E em decorrência da seca de 1877-79, foram criadas em muitas cidades e vilas comissões de socorros da seca destinadas aos que

²⁹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 15, nº 28, 1994, p. 114.

necessitavam, e sua função era a de receber, guardar e distribuir os socorros, constituídos, em maioria, por alimentos, carne seca e farinha, e trocados por trabalho nas obras públicas.²⁹¹

Vejamos a correspondência do vigário de Limoeiro, Joaquim Roiz Meneses Silva ao presidente da província Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, no dia 14 de maio de 1877.

Entre os meios d'auxilio á classe soffredora, o trabalho – diz V. Ex^a em sua circular – se me affigura o mais profícuo – e assim pede-me que lhe informe qual a obra de mais utilidade. Entre as obras de grande necessidade, bem como: casa da Camara e um caes no rio que nos annos invernosos ameaça engulir esta villa, a casa do mercado me parece a mais útil [...] na quadra actual ao governo tão abismado em dividas.²⁹²

O vigário indica a urgência na construção da Casa da Câmara, de um cais para o rio e da Casa do Mercado. Os pobres eram a principal força de trabalho para essas construções. Segue abaixo a imagem do Mercado Público, obra construída nesse período.

IMAGEM 07: Foto do Mercado Público da Vila de Limoeiro.



FONTE: Arquivo Maurilio Freire.²⁹³

O mercado público de Limoeiro, como mostra a imagem acima, e a Câmara Municipal (antes Cadeia Pública) preservam em sua estrutura física e signos da sua

²⁹¹ Sobre seca, ver: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000; SOUZA, Simone, Frederico de Castro Neves (Org.). **Seca.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002; CHAVES, José Olivenor de Souza. **Fortaleza e os retirantes de 1877-1879:** o real de um imaginário dominante. Dissertação de Mestrado em História: UFPE, 1995; RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará:** isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. Sobre controle social, ver: GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim:** vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 07.

²⁹² (APEC) - Correspondência da Comissão de Socorros de Limoeiro. Caixa 16.

²⁹³ Disponível em: http://www.fotolog.com.br/lela_cogumelo/72914046, 20/06/2011, às 10h30min.

construção, em 1878. Além do mercado público, a Cadeia Pública, atualmente Casa da Câmara, tem sua construção datada de 1878.

IMAGEM 08: Foto da Cadeia Pública da Vila de Limoeiro.



FONTE: Arquivo de Maurilio Freire.²⁹⁴

Para além da descrição das necessidades de construção de obras públicas com emprego de mão de obra flagelada, o vigário denota que a forma mais vantajosa de auxílio a esses *sofredores* seria o trabalho. As obras públicas realizadas em Limoeiro, como em outros lugares, são tidas como melhoramento que procedem de um flagelo social que é a seca, como denota a correspondência.

As construções não se limitam apenas ao melhoramento dos equipamentos urbanos da Vila de Limoeiro. Essas edificações advinham do trabalho dessa *classe sofredora* que necessitavam de *uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida, esmolas...*²⁹⁵ Seria outra lógica da caridade para com os pobres, que se configura em relações de trabalho, constituindo vínculos. A força de trabalho em troca da comida, *carne, farinha, feijão e milho.*²⁹⁶

²⁹⁴ Disponível em: <http://maurilofreitas.blogspot.com.br/2009/03/capitulo-ii-2-oligarquia-chaves-e.html>. Acesso em 15/02/ 2013, às 12h45min.

²⁹⁵ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p.30.

²⁹⁶ (APEC) - Correspondência da Comissão de Socorros de Limoeiro. Caixa 10.

A seca de 1877-79 é um mecanismo que dá início ao processo que começa a pensar uma nova racionalidade em relação ao trabalho.²⁹⁷ Além de homens, mulheres também trabalhavam nas frentes da seca e possivelmente crianças. A inventariada Ignacia Luzia de Sousa, falecida em 1883, consta na lista dos pobres “amparados” pelos socorros públicos, no ano de 1878.²⁹⁸

O patrimônio inventariado de Ignácia era constituído por bens de raiz: “*cinquenta e quatro e meia braças de terra de criar, composta de um carnaubal, uma lagoa de fundo, no sítio Saco de Mouros*”, no valor de 218\$000, “*um cercado de pau a pique velho, nas terras dos Sacos de Mouros*”, no valor de 30\$000 réis e “*uma casa velha de taipa e telha nas terras do Sítio de Mouros*”, no valor de 25\$000 réis.²⁹⁹ Mesmo possuindo uma pequena propriedade não era possível sobreviver, o que possivelmente levou Ignacia a recorrer ao trabalho das frentes da seca, pela falta de condições de subsistência.

Os auxílios de primeira necessidade eram enviados pelo governo Imperial e geralmente distribuídos pela Igreja Católica. Nesse momento a face da caridade em relação ao pobre é remodelada. Sendo que nessa conjuntura, o trabalho era o meio mais eficiente no combate à degeneração moral que chegasse a desfazer a aliança de sujeição com aqueles mais abastados, uma relação paternalista.

Em seus estudos acerca da formação da pobreza no Ceará, Frederico de Castro Neves analisa a relação estabelecida entre caridade e pobres, “*a caridade precisa ser regulada, regrada, para poder ser estendida aos que realmente a merecem*”.³⁰⁰ Nessa nova conjuntura surge a questão: quem merece assistência do Estado? O merecimento é moral, ou seja, o trabalho era uma forma de distinguir quem era merecedor ou não dos recursos advindos dos socorros da seca.³⁰¹

A caridade é antieconômica, ela é controladora, e é um elemento básico do princípio religioso, o que promove uma distinção separatista dos pobres que merecem e dos que não merecem. A caridade por parte do Estado e da Igreja é uma forma de controle.³⁰²

Numa região, como a do Baixo Jaguaribe, que estava assentada na pecuária e na agricultura de subsistência, uma seca modificava de forma vertical a realidade daqueles mais

²⁹⁷ SOUZA, José Olivenor. *Metrópole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879*. In: SOUZA, Simone, Frederico de Castro Neves (Org.). **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 52.

²⁹⁸ (APEC) - Correspondência da Comissão de Socorros de Limoeiro. Caixa 10.

²⁹⁹ *Inventário post-mortem* de Ignacia Luzia de Sousa, falecida em 1883 – (AFDACCS).

³⁰⁰ NEVES, Frederico de Castro. *A seca e a cidade: a formação da pobreza em Fortaleza (1880-1900)*. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). *Op. Cit.*, p. 94.

³⁰¹ MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.245-246.

³⁰² LOPES, Maria Antonia. **Pobreza, Assistência social e Controle Social**. Coimbra (1750-1850). V. I. Viseu, Portugal: Palimage Editores, 2000, p. 17.

pobres. A condição da pobreza é idealizada no campo espiritual, *no suor do rosto comerás o teu pão*.³⁰³ Aplica-se uma evidente relação de troca, a troca de recursos e de alimentos pelo trabalho. A construção de obras públicas atribui ao trabalho um sentido de assistência, bem como de controle social.³⁰⁴

O patrimônio de cada família estudada era particularmente marcado pela pobreza, pois conforme a tabela 01, ainda no primeiro capítulo, cerca de 40% dos inventariados, possuíam montantes cujo valor era de até 1:000 réis. Os efeitos da seca foram trágicos, sobretudo, para o pequeno proprietário, pois inviabilizaram suas mínimas condições de sobrevivências, estas ligadas a terra e à água.³⁰⁵

3.3- TEIAS PATRIMONIAIS: hierarquias e padrões de vida do Sertão de Limoeiro.

O estudo dos patrimônios possibilita pensar que as dimensões como riqueza e pobreza não podem ser tidas como absolutas, mas sim problematizadas. Conforme alude Sheila de Castro Gomes, as posses atingem dimensões além da condição econômica, mas que devem ser analisadas também pela sua dimensão simbólica, pois é nela que a riqueza/pobreza é delineada.³⁰⁶

As definições de pobreza e riqueza perpassam as relações que eram instituídas num espaço e num tempo bem delimitados, pois figuram na relação entre o valor atribuído às coisas, a acessibilidade e o desejo da posse.

A base material que constituía prestígio e conferia a alguém a condição de *riqueza* era baseada na posse da propriedade da terra e da criação de animais, em especial, o gado, mas não se restringia somente a isso.

Em Limoeiro, havia formas de hierarquização social que se refletiam nos modos de vida anunciados pelos sinais de escassez das posses e da materialidade e que criavam segmentos sócio-patrimoniais. Tais formas de classificação social caracterizavam indivíduos a partir daquilo que os identificavam por indicações sorvidas do seu patrimônio simbólico/material. Além de tornar evidente a posição social, havia outras condições: o relevo social, o preenchimento de cargos administrativos e da justiça local, de forma pouco versada

³⁰³ Ver: Gênesis 3:19.

³⁰⁴ É importante destacar que grande parte das questões desenvolvidas nesse tópico foi discutida na disciplina História Social da Pobreza, ministrada pelos professores Dra. Adelaide Gonçalves e Dr. Frederico de Castro Neves, do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC.

³⁰⁵ Ver a tabela 01, página 68.

³⁰⁶ FARIA, Sheila de Castro. **O cotidiano dos negros no Brasil escravista**. Madrid: Fundacion Tavera, no prelo, p. 163.

no conhecimento da escrita e de operações matemáticas; esses eram alguns dos elementos de diferenciação social.

A análise dos estudos de memorialistas que realizaram genealogias familiares, bem como o mapeamento das relações matrimoniais, apresenta uma propensão para a endogamia entre as famílias que tiveram seus bens inventariados e as que circundavam o universo das mesmas, constituindo um mecanismo de segurança social que provia a sustentação de uma hierarquia que se baseava nas posses e na manutenção dos patrimônios familiares.

Os laços familiares delimitavam as pessoas a clãs, construídos a partir das relações de parentela, constituídas através da consanguinidade ou quando esses parentes eram adquiridos por meio de vínculos sociais e religiosos, do batismo e do casamento – enfim, através do compadrio.

Por conseguinte, a trama organizada pelas alianças entre (ou intra)familiares constituía sentidos para compreender as redes intrincadas na ratificação do material, do político e do afetivo, eram laços de solidariedade estabelecidos pelas relações de reciprocidade.³⁰⁷

A vida material evidencia que os meios acumulativos de Limoeiro ficavam condicionados à posse da terra e a criação de animais, portanto sua desestruturação estava propensa a irregularidades climáticas.³⁰⁸

Os ganhos obtidos com a agropecuária eram investidos no acúmulo de ouro na forma de moeda e joias e também na posse de objetos sacros, ornamentados com ouro, o que lhes atribuía uma maior rentabilidade. Além disso, se fosse necessário, poder-se-ia contar com relativa facilidade de venda desses artefatos, já que se vivia numa sociedade imersa num universo católico.

A atividade comercial estava associada a uma circularidade onde os bens produzidos em Limoeiro percorriam a cidade, assim como a entrada de artigos que não eram fabricados ali e que advinham do Porto de Aracati ou das praças comerciais de Pernambuco.

O valor da terra era obtido a partir da relação constituída entre a interação dos aspectos familiares, políticos e redes de sociabilidade. A propriedade da terra era uma forma

³⁰⁷ Para compreender as relações das estruturas familiares e as relações que estabelecem como a caridade, a clientela, a afetividade como meios de proteção material, ver: LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 96.

³⁰⁸ Ainda no primeiro capítulo, o gráfico 05 demonstra que a posse da terra e de animais totaliza 74% dos bens inventariados. Ver página 99.

segura de posse e de herança, que assegurava acessibilidade a instâncias do poder, entre elas, cargos oficiais.

Em Limoeiro, a posse da terra indicava um elemento de riqueza, já que, para criar o gado, sua retenção era necessária, além de viabilizar relevo social e obtenção de cargos, por exemplo. Assim, Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante, casada com o Capitão João Hollanda Cavalcante, podia ser considerada, para a realidade de Limoeiro, uma senhora de terras, já que grande parte dos seus bens estava centrada na posse de propriedade rurais e moradias, no valor de 7:035\$907 réis, enquanto a totalidade de seus bens alcançava a quantia de 9:261\$407 réis.

Todavia, ocorriam variações entre os inventariados, como é caso de Dona Maria de Jesus Nasareth, falecida em 1876, viúva, moradora no Canto Grande, o valor mor de seus bens era de 5.697:352\$300 réis, um montante bastante considerável para a realidade econômica de Limoeiro, baseado na posse de animais e escravos.

Nessa perspectiva econômica, o inventariado Tenente Coronel Clemente Luiz Barros de Sousa Netto, casado com Joaquina Felicia de Souza Maia, tinha seu patrimônio baseado na posse de animais e escravos que constituía o valor de 7.627\$581 réis, enquanto o monte mor dos seus bens era avaliado na quantia de 9.677\$360 réis.

Os três inventariados acima constituem uma classe abastada, que pela posse da terra, de animais e de escravos era formada pelos indivíduos que constituíam maior patrimônio, configurando a riqueza daquele espaço social. Para os padrões dessa região, as abastanças desses indivíduos estavam articuladas com as relações comerciais, mas advinham da produção agrícola e da criação de animais.

Esses afortunados dividiam-se entre as funções de pecuaristas e negociantes, por vezes, lavradores, galgando a acumulação de renda, como também de visibilidades sociais produzidas por atingir diversos indivíduos que pertenciam a várias instâncias econômicas e sociais.

Os indivíduos que possuíam uma condição social mediana variavam a quantia de seus montantes entre um e seis contos de réis. Logo, suas posses constituíam uma pluralidade em torno das tipologias dos bens inventariados.

A precariedade das condições materiais de Limoeiro toma forma em alguns dos patrimônios, a exemplo do inventário do casal Custódio Francisco de Meneses e Silva e sua mulher, Clara Linda de Jesus, falecidos em 1878, deixando dois filhos – Tito de 3 anos e Maria de 2 anos. No arrolamento dos bens do casal foram inventariados artigos de ouro e

prata, entre cordões, anéis, moedas, brincos e alguns muares. O que denota certa mobilidade para o tráfego dos bens.

O inventariado Manoel Lourenço de Oliveira Gondim casado com Dona Maria da Conceição da Glória, falecido em 1878, deixou dois herdeiros: Joaquim Ferreira Maia e José Ferreira Maia. Sendo que seu patrimônio era avaliado na quantia de 258\$700 réis, não obstante, o único bem de raiz que possuía era uma *casa de tijolos coberta com telhas sustentada com forquilhas no sitio taquinho, nesta freguesia, avaliada na quantia de 20\$000 réis.*³⁰⁹

Manoel Lourenço era um pequeno comerciante, suas posses assentavam-se na obtenção de móveis, objetos sacros e dois escravos, avaliados na quantia de 258\$700 réis. Deste modo, o que mais instiga no seu inventário é a relação que o mesmo possuía com negociantes de Aracati e arredores, sendo que as dívidas a serem recebidas ultrapassavam o montante do seu patrimônio, avaliado em 1:096\$640 réis.

A análise da dinâmica sócio-patrimonial local, que teve como embasamento os estudos da Cultura Material e dos processos de partilha dos bens, possibilita pensar a constituição das hierarquias sociais na forma de perfis que compusessem singularidades acerca dos patrimônios familiares, e assim criar categorias que comportassem esses indivíduos.

A dimensão e a organização dos patrimônios implicam na formatação do sistema econômico familiar, bem como os padrões socioeconômicos configuravam o cotidiano de Limoeiro.

Além de destituir os patrimônios, a seca de 1877-1879 implicou diretamente em um novo regime material, e instituiu uma reconfiguração social e patrimonial, mas os danos vão além, prejudicaram verticalmente as condições da reprodução da vida em Limoeiro.

Maria Sylvia de Carvalho Franco acentua essas questões.

Verificou-se que a organização interna dos grupos de homens livres e pobres se edificou sobre bases pouco estáveis, dando seu ajustamento à sociedade inclusiva. Não houve condições para que a tradição consolidasse as diferentes áreas de suas relações, comprometida que esteve pela interferência, descontinua por sua vez, do setor orientado para a atividade mercantil. A marginalização e a situação de carência que ficaram relegados em todos os planos da vida, ao mesmo tempo que definiram relações de cooperação, fizeram com que o conflito se determinasse correlatamente e atravessasse todas as áreas da organização social.³¹⁰

³⁰⁹ (AFDACCS) - Inventário *post-mortem* de Manoel Lourenço de Oliveira Gondim. Ano: 1878.

³¹⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 235.

O patrimônio familiar foi o fio condutor desse estudo, no qual pensamos a articulação da vida material e os modos que configuravam as vivências cotidianas nos Sertões, para esse caso, o de Limoeiro.

No gráfico 06, situado na página 105, construímos de forma panorâmica um esboço da disposição dos bens catalogados nos inventários *post-mortem*, no qual apresentava como princípio basilar: a terra representando 29% das posses e a criação de animais que correspondia a 45% dos bens.

O sertão produziu sobre os patrimônios familiares lógicas multifacetadas que lhes eram próprias, no sentido de que categorizava as dimensões da riqueza e da pobreza de forma particular, onde a circularidade de pessoas e objetos colocou em evidência os modos de (sobre)viver.

Considerações finais

A questão substancial desse estudo é a análise dos modos de vida numa perspectiva processual. Tendo isso em vista, o recorte temporal refere-se à segunda metade do século XIX (1850 a 1884), pensando as relações econômicas, sociais, culturais e familiares, que assumem lógicas próprias desse período.

A forma como se realizava e se reproduzia a vida, os modos de vida, de famílias ou grupos, estavam inseridos num intenso fluxo de transformações. Objetivando compreender essas dinâmicas dos sujeitos em diversas instâncias e espaços de atuação. Tendo como dimensão da materialidade desses sujeitos os patrimônios familiares. Não obstante, *“a família estava no centro dessa transformação porque, tanto na cidade como no campo, ela era a unidade de produção e de consumo”*.³¹¹

Os patrimônios familiares analisados na região de Limoeiro, e cidades circunvizinhas, evidenciam as relações sociais e econômicas que então se realizavam na convivência das pessoas dali. Com o intuito de compreender o patrimônio, foi necessário, para tanto, recorrer, e analisar, às conjunturas, à espacialidade, às condições sociais, à organização econômica – fatores que tiveram papel qualitativo, conferindo especificidades simbólicas aos objetos.

Os patrimônios familiares são um somatório dos bens que um indivíduo acumulou durante a sua vida. Contudo, o processo de herança pode acentuar a condição material de um sujeito. Ao estudar os bens, as coisas, é necessário imergir nas diversas camadas de sentidos constituídos na cotidianidade de um povo e das suas possibilidades de transformação e produção em meio às relações sociais. É um emaranhado de sentidos não lineares que se articulam com as conjecturas.

Os objetos se distinguem no campo social e cultural, tendo em vista, o tempo, a materialidade, a técnica, a tecnologia e as relações de uso e de apropriação. As coisas tidas, forjadas, consumidas e comercializadas pelos sujeitos históricos são testemunhos da vida material que caracterizam a Cultura Material de um determinado contexto; o que para esse estudo podemos denominar como uma cultura sertaneja, sendo o sertão um referencial para compreensão da organização material nesse espaço.

³¹¹ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (século XVII-XIX). Lisboa: Teorema, 1997, p.34.

As terras e os animais eram os bens mais recorrentes e de maior valor nos inventários *post-mortem*. Contudo, seus significados e seu valor estavam atrelados a outro bem natural, à água. Este recurso proporcionava que as plantações vingassem e a criação de animais fosse viável. E mais que isso, pois denominar as unidades aquíferas para delimitar ou denominar uma propriedade constitui uma forma de atribuição simbólica à experiência social desses indivíduos.

O que exemplifica e constitui uma “riqueza” não no sentido econômico da acumulação, mas no do acesso à natureza. As propriedades que estavam próximas aos rios, ou eram cortadas por riachos e córregos, possuíam acentuado valor em comparação com aquelas que não gozavam da ocorrência desses elementos naturais em seus limites. Ou seja, o que se preferia nessas posses era uma riqueza natural que assegurasse a sobrevivência.

Para o caso das casas, observamos que os bens que as constituem e os materiais em sua construção são praticamente os mesmos. No sentido de que a casa mais cara se distingue pelo tamanho e sua localização, sendo todavia edificada com os mesmos materiais que soerguiam as avaliadas com menor valor. O que nos instiga a perceber uma configuração social e econômica onde a distinção entre indivíduos não tinha, meramente, a materialidade como base.

Daí que, os objetos caracterizados por distinguir indivíduos socialmente, como é caso do ouro e da prata, têm na sua primeira camada de significação essa perspectiva de apreciação de valor de distinção imaterial. Os sentidos que esses artefatos, dísticos sociais, assumem são múltiplos e dinâmicos naquela sociedade.

Em tempos difíceis, porém, esses bens assumiam sua dimensão material propriamente dita. Tanto assim que, para o caso de Limoeiro, o ouro e a prata funcionaram como uma espécie de moeda de troca em períodos de escassez. Tendo isso em vista, os bens que eram compostos por esses materiais não se desvalorizavam em tempos de crise. Além de constituírem (o ouro e a prata) alguns dos poucos bens que permitiam certa facilidade no deslocamento dos sertanejos – lógica itinerante que atribuiu nova face às pessoas e às coisas. Os santos, afora o ouro cuja importância já fora mencionada.

As configurações patrimoniais eram constituídas em meio às relações familiares e sociais. Tais ligações compunham laços de reciprocidades sociais que, num primeiro momento, tentava se restringir ao núcleo familiar; contudo, quando as famílias perdiam forças, novos laços eram constituídos para além da consanguinidade. O mesmo vale para as relações tecidas no batismo e nos matrimônios. Simbólico, o batizado era uma forma social de

atribuir significado a um sujeito que até então só era um ser natural. Os padrinhos, nesse sentido, tornavam-se testemunhos vivos dessa passagem.

Numa sociedade onde a materialidade era marcada pela pobreza e pela rusticidade, como também pela fragilidade que formavam os patrimônios familiares, haja vista sua vulnerabilidade em relação aos fenômenos naturais (secas e cheias), as crises climáticas desarticulavam as relações cotidianas e de sobrevivência, introduziam outra forma de experiência entre o homem e o sertão. Se, nos períodos de bonança, a “riqueza” sertaneja se pautava na facilitação das condições de vida, nos momentos de seca, a “pobreza” no sertão implicava na escassez dos modos de viver.

A seca é uma experiência em que o sentido atribuído aos objetos e às coisas passa por transformações, no sentido de que as necessidades sentidas por aqueles indivíduos em tempos difíceis se reconfiguram, assumem cariz diverso do da situação anterior em que havia melhores condições de vida. Pode-se notar isso, particularmente, no mundo do trabalho. O sentido de prosperidade dado a terra estava atrelado à presença da água, sem ela havia uma perda de funcionalidade. Os significados seriam outros.

A acumulação dos bens durante a vida de um indivíduo perpassa uma série de acontecimentos: o processo de herança, crises econômicas e climáticas. Situações estas que incidiam de forma vertical na composição dos patrimônios familiares.

Não obstante, essa nova configuração criada pela seca no mundo do trabalho remodelou as relações escravistas no Sertão. A partir de 1880, não há registros de escravos inventariados, ou seja, essa crise climática que assolou a Província do Ceará entre os anos de 1877 e 1879 levou os proprietários de escravos a se desfazerem dos mesmos a fim de adquirirem dinheiro ou simplesmente por não precisarem mais de mão de obra, principalmente num contexto de seca. Esses escravos transformaram-se em trabalhadores livres, contudo, sem nenhum aparato de integração social ou econômica. Entraram na condição de libertos mas a liberdade conquistada era marcada pela precariedade.

A tessitura social compõe e transforma a relação do homem com os bens e objetos, abrindo-se, ou o contrário, para os modos de vida.

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então

simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais.³¹²

As coisas, o universo material, são o elemento limiar na relação entre o material e o simbólico, no sentido de que é na instância do significado que as coisas, mesmo que no âmbito das ideias, das representações, ganham dimensão fundamental para a vida – produzindo-a e reproduzindo-a não apenas a partir de sua materialidade, senão também como fruição, dispositivos para dinamizar a memória, sempre em diálogo com o esquecimento. A atribuição de sentido, bem como, a nomeação e o funcionamento dos objetos são uma imputação social.³¹³

O mundo das coisas é um caminho de rastros e vestígios que leva o historiador a diversos rumos. Essa foi apenas uma das direções seguidas. Há tantos percursos pelo caminho a serem seguidos. Há tanto que caminhar por esses sertões...

³¹² ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (século XVII-XIX). Lisboa: Teorema, 1997, p. 13.

³¹³ BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Tradução Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 173-174.

ANEXOS

QUADRO 02: Dívidas ativas no inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro de Hollanda Cavalcante.

DÍVIDAS ATIVAS	LUGAR	VALOR
- a Francisco Fernandes da Silva	Ginipapeiro	26.660 réis
- a Manoel Alexandre Rocha	Ginipapeiro	42.560 réis
- a José Bernardes de Noronha	Logradouro	95.000 réis
-a Francisco da Costa Moreira	Morros	57.910 réis
- a Bento Ferreira Lima	Flores	146.980 réis
- a José Pereira de Moura	Arraial	50.670 réis
-a Normiriano Rodrigues Pinheiro	Riacho	68.820 réis
-a José Lopes Duarte Lima	Limoeiro	32.240 réis
-a Joaquim Felício da Costa	Palha	82.610 réis
-a Manoel Dias de Aguiar	Bom Jesus	62.820 réis
-a Luiz Ferreira Mendes	Taperinha	47.820 réis
-a Francisco da Silva Moura	Limoeiro	17.420 réis
-a Manoel Corrêa Vieira	Casa Nova	126.600 réis
-a Manoel Soares de Moura	Sapé	99.200 réis
-a José ... da Fonseca	Limoeiro	152.220 réis
-a Manoel Suplicio da Costa	Sapé	24.000 réis
-a Fabricio José Ribeiro Maia	Porcinhos	30.000 réis
-a Pedro Ricartes do Nascimento Lima	Tabuleiro de Areia	27.580 réis
-a José Correa de Brito	Palhano	44.400 réis
-a André Nogueira da Silveira	Tabuleiro	7.800 réis
-a Sabado José Leitão	Ceará	6.660 réis
-a Jacinto Agostinho de Noroja	Casacavel	44.070 réis
-a Augelino Gomes Virgínio	Recanto	58.400 réis
-a Fabricio Narciso	Arraial	11.920 réis
-a Estanislão Pereira Lima	Morros	19.240 réis
-a Antônio Nunes Vieira	Arueira	120.120 réis
-a João Carlos Augusto de Noronha	Pitombeira	49.000 réis
-a Vicente Ferreira do Nascimento	Lagoa da Serra	58.490 réis
-a Francisco Felipe da Silva	Quixeré	64.870 réis
-a José Teodoro de Moura	Miguel Pereira	13.120 réis
-a Francisco de Xavier Sales	Arraial	8.000 réis
-a Manoel Felipe de Santiago	Pedrinhas	6.000 réis
-a viúva Francisca Maria de Jesus	Sapé	16.300 réis
-a Manuel Furtado de Medonça	Sapé	16.320 réis
-a Lino Paes Barreto	Limoeiro Queimado	52.360 réis
-a Antônio Freire Maia	Lima	60.290 réis
-a Francisco Antônio da Silva	Lagoa do Curcundo	85.800 réis
-a Manoel Caitano da Silva	Exchá	56.800 réis
-a Antônio Alves Ferreira Maia	Juazeiro	1.243.660 réis
-a Manoel Antônio de Oliveira	Barrinha	33.030 réis
-a Manoel José da Silva	Recanto	98.000 réis
-a Francisco Xavier da Silva	Saco do Moura	20.000 réis
-a Luiz Laurentino Monteiro de Lima	Arraial	61.600 réis
-a Patricio José da Silva	Roçado	65.600 réis
-a Luiz de França Ferreira Maia	Saquinho	8.000 réis
-a Mauro de Carneiro Pereira	Cacimba	23.040 réis
-a Manoel Torturano de Medonça	Malhada Ovelhas	16.000 réis
-a Agostinho Justado de Medonça	Barra	39.260 réis
-a Herculeiro José da Cunha	Cabritos	70.200 réis
-a Antônio Correa Alves de Lima	Flores	81.600 réis

-a Francisco Mendes de Sousa Lima	Morros	28.040 réis
-a Antônio ... da Silva	Lagoa Grande	28.000 réis
-a Francisco da Silva Luz	Faceira	11.530 réis
-a Pedro Bizerra da Silva	Quixeré	7.370 réis
-a Francisco Monteiro de Oliveira	Taquinhos	22.000 réis
-a Joaquim Gomes de Araujo	Canto Grande	10.000 réis
-a José Evangelista do Nascimento	Barrinhas	5.600 réis
-a Joaquim de Barros Lopes Lima	Coberta	970 réis
-a Manoel Pereira da Costa	Faceira	8.400 réis
-a José Rufino Borges	Juazeiro	8.060 réis
-a José Rodrigues da Silva	Congo	5.560 réis
-a Antônio Alves de Carvalho	Jucá	38.820 réis
-a José Monteiro de Oliveira	Barrinha	39.500 réis
- a Francisco Xavier de Salles	Arraial	8.000 réis
- a João Alexandre da Costa	Bethotem	2.280 réis
- a José Matias de Oliveira	Armindá	23.190 réis
-a Manoel Antônio Pereira Pinto	Macambira	7.950 réis
-a Antônio José de Freitas	Limoeiro	6.000 réis
-a Maria ... da Glória	Quixeré	3.500 réis
-a Francisco Ribeiro das Chagas	Alvío	45.000 réis
-a Joaquim Nunes Galha	Caraíba	23.940 réis
-a Sabino José dos Santos	Defentos	38.160 réis
-a Pedro José Bizerra	Sambito	20.900 réis
-a Raimundo Exardido	Limoeiro	3.050 réis
-a Zacarias Rodrigues dos Santos	Barroçã	3.000 réis
-a Ignacia Maria da Conceição	Taboleiro	6.900 réis
-a Antônio Rodrigues Carneiro dos Santos	Canto Grande	11.000 réis
-a Joaquim Aurelio de Noronha	Defuntos	6.220 réis
-a Antônio Eusébio Rodrigues Monteiro	Cascavel	8.000 réis
-a Manoel José da Silva	Feirão	7.360 réis
-a José Felipe da Silva	Jurema	4.520 réis
-a Candido José Baptista	Chiquechique	1.650 réis
-a José Lopes Maranhão	Botão	1.950 réis
-a Maria ... do Nascimento	Roçado	3.500 réis
-a André Nogueira Maia	Vaca Morta	24.120 réis
-a Francisco da Silva Moreira	Saco dos Moura	39.030 réis
-a Pedro Joaquim de Castro	Sapé	10.280 réis
-a José Mendes Guerreiro da Silva	Arraial	4.800 réis
-a João Evangelista Furtado	Limoeiro	8.420 réis
-a José Caetano Freire	Ginipapeiro	6.380 réis
-a Joaquim Francisco Jesus	Bom Jesus	10.160 réis
-a José Lima Ribeiro de Carvalho	Flores	21.600 réis
-a Bento Freire Chaves	São João	16.000 réis
-a José Soares de Castro	Botão	21.880 réis
-a Joaquim Geraldo Rodrigues	Roçado	22.300 réis
-a Francisco Rulfino da Silva	Boqueirão	16.500 réis
-a Agostinho Freire ...	Serra	13.800 réis
-a José Pedro da Silva	Morros	15.000 réis
-a André Aurelio da Silva	São João	11.500 réis
-a Francisco Felix da Cunha	Maria Dias	11.060 réis
-a Franklin Gonçalves de Freitas	Limoeiro	96.080 réis
-a José Caetano Leite	Morros	8.700 réis
-a José Duarte Limeira	Limoeiro Queimado	10.000 réis
-a José Vicente da Silva	Limoeiro	8.700 réis
-a Manoel Felicio da Silva Borges	Corrego de Areia	8.250 réis
-a Maria Xavier do Livramento	Sapé	7.500 réis

-a Joaquim Manoel de Amorim	Ameixa	18.000 réis
-a Antônio Joaquim de Oliveira	Morros	52.010 réis
-a Joaquim Alves Bizerra	Sapé	8.000 réis
110-a João da Silva Salgado	Conga	9.940 réis
-a Antônio Manoel Alcoprado	Aracati	12.870 réis
-a José Nepomasceno Alves	Vaca Morta	38.900 réis
-a José Baptista Duarte Lima	Limoeiro	11.240 réis
-a André Felício Pereira Chaves	Lagoa do Tihú	32.000 réis
-a Reinaldo Francisco da Sousa	Canafistula	67.800 réis
-a Antônio Correa da Silva	Flores	16.100 réis
-a José Tatino de Maia	Sapé	12.230 réis
-a Francisco Juvenal ...	Cabrito	54.370 réis
-a Felipe José de Santiago	Morros	17.560 réis
-a José Ferreira Moura	Serra	41.200 réis
-a Agostinho Freire Moura	Serra	30.820 réis
-a José Roberto Ferreira da Costa	Água Branca	26.240 réis
-a José Limeira da Silva	Saco Grande	8.720 réis
-a João Antônio Miranda	Ginipapeiro	8.000 réis
-a Manoel do Nascimento de Sousa	Lagoa da Serra	141.480 réis
-a João ... do Nascimento de Sousa	Lagoa da Serra	19.740 réis
-a Antônio José Ferreira	Lagoa da Serra	43.000 réis
-a Vicente Ferreira do Nascimento	Limoeiro	12.500 réis
-a Raimundo José de Freitas	Pereiro	8.990 réis
-a Joaquim Lopes de Andrade	Morrinhos	2.718 réis
-a Pedro Francisco Ribeiro Bessa	Beberibe	138.030 réis
-a Joaquim ... da Silva	Beberibe	37.850 réis
-a Joaquim Soares Pereira	Papa	14.660 réis
-a Canimeiro Nunes Leitão	Caúba	25.240 réis
-a Angelino Gomes Virginio	Recanto	11.580 réis
-a Manoel Pereira do Nascimento	Ilha	25.720 réis
-a Clara Maria do Espírito Santo	Recanto	95.000 réis
-a José Sauviano Freire	Batoque	25.720 réis
-a José Lopes de Sousa Barros	Barro	15.750 réis
-a Joaquim Canato dos Santos	Corrego	18.370 réis
-a Clementina Ferreira Maia	São Bento	35.560 réis
-a Maria Vicencia Senhorinha	Roçado	13.250 réis
-a Otavio Lindolfo Ferreira Maia	Vargem Grande	34.950 réis
-a João Matias do Nascimento	Tenda	9.040 réis
-a Agostinho Xavier Nogueira	Botão	47.930 réis
-a Manoel Daniel de Sousa	Roçado	9.260 réis
-a Rosana Maria de Santanna	Morrinhos	14.720 réis
-a Antônio Varela da Costa Lima	Limoeiro	51.380 réis
-a João Ribeiro Junior	Fazenda Grande	50.480 réis
-a Antônio Pas de Sousa Lima	Lima	27.440 réis
-a João Baptista Braga	Maria Dias	16.240 réis
-a Francisco Vicente Ferreira de Lima	Congo	11.000 réis
-a Manoel Lourenço da Costa Viado	Ameixa	7.910 réis
-a Antônio Martins	Limoeiro	16.120 réis
-a Antônio Pas de Sousa Lima Filho	Lima	17.640 réis
-a Joaquim Castanho Gomes de Oliveira	Limoeiro	9.070 réis
-a Aureliano da Costa Barros	Sapé	44.680 réis
-a José Felipe de Santiago	Limoeiro	10.990 réis
-a José Furtado Filho	Barrocos	34.300 réis
-a Antônio Felipe Ribeiro Maia	Porcinhos	17.800 réis
-a José Ribeiro da Silva	Sapé	58.020 réis
-a Antônio de Castro Moura	Saquinhos	10.230 réis
-a Carlos Nogueira de Milão	Sapé	22.980 réis

-a João Carlos Pitombeira	Barra	27.120 réis
-a José Ricart de Almeida	Quixeré	9.030 réis
-a Ignacio Maciel Pinto	Miguel Pereira	13.780 réis
-a Francisco Xavier das Chagas	Danças	12.000 réis
-a José Antônio de Oliveira	Ilha	10.020 réis
-a Manoel Brás de Lima	Quixeré	17.040 réis
-a José Castanho dos Brotas	Limoeiro	9.600 réis
-a Antônio Nunes as Silva	Miguel Pereira	35.180 réis
-a Antônio Felipe de Santiago	Faceira	8.000 réis
-a Pedro Rodrigues Monteiro	Limoeiro	17.040 réis
-a Antônio Sabino Xavier de Sousa	Macambira	11.920 réis
-a José Vicente Gogô	Limoeiro	13.040 réis
-a Francisco das Chagas de Oliveira	Limoeiro	7.720 réis
-a Eulália Daniel de Sousa	Roçado	11.480 réis
-a Trajano Pinheiro de Sousa	Acarapu	59.180 réis
-a Maria Ursula das Virgeiro	Roçado	6.620 réis
-a Alexandre da Silva Costa	Cascavel	9.000 réis
-a Manoel José da Costa	Malhada das Ovelhas	6.300 réis
-a Noberto Alves da Costa	Gangorra	11.840 réis
-a Damião José da silva	Cargo	5.000 réis
-a Francisco Lopes Baltazar Lima	Limoeiro Queimado	7.400 réis
-a José Arrais da Costa	Malhada das Ovelhas	10.020 réis
-a Manoel Lourenço de Oliveira Goudim	Limoeiro	12.720 réis
-a Patricio José da Silva	Roçado	10.000 réis
-a Raimundo Candido Camboró	Roçado	6.960 réis
-a José Francisco Pompéia	Taboleiro de Areia	9.500 réis
-a Manoel Suplicio da Costa	Sapé	20.920 réis
-a Antônio Lopes de Andrade Filho	Gado Bravo	5.180 réis
-a Francisco Frans Pereira Filó	Taboleiro	12.680 réis
-a Manoel de Paiva Ferreira	Paulo Monte	8.990 réis
-a João Cristiano da Silva	Miguel Pereira	5.260 réis
-a José Ferreira da Silva	Boa Vista	5.440 réis
-a Manoel Lopes de Almeida	Corrego de Areia	23.450 réis
-a Maria Francisca de Arrais Divino	Saco do (...)	6.000 réis
-a Vicente Ferreira da Silva	Boa Vista	12.190 réis
-a Maria Pereira de Lima	Congo	20.590 réis
-a Antônio José da Silva	Lagoa do (...)	8.500 réis
200-a Manoel Guerreiro Ribeiro Maia	Flores	14.780 réis
-a José Simão da Silva	Barra do Junqueiro	6.900 réis
-a André Nogueira Maia	Vaca Morta	23.560 réis
-a Tereza Roza de Lima	Tabuleiro alto	30.000 réis
-a Manoel José de Almeida	Limoeiro Queimado	26.010 réis
-a Francisca Maria de Jesus	Jucá	10.120 réis
-a Pedro Ferreira Mendes	Taquinhos	33.000 réis
-a Manoel da Costa Moreira	Morros	10.000 réis
-a Antônio de Barros Lopes de Andrade	Bom Jesus	5.520 réis
-a Annacleto Pereira de Brito	Limoeiro	31.150 réis
-a Castanho Xavier Nogueira	Sapé	5.000 réis
-a Antônio Dionisio	Limoeiro	12.290 réis
-a José Francisco de Santanna	Roçado	6.000 réis
-a Francisco de Barro dos Santos	Maria Dias	6.260 réis
-a Agostinho Vicente Chaves	Taboleiro de Areia	5.920 réis
-a Vicente Ferreira de Paiva	Pastas	7.800 réis

-a Manoel Benício Alves de Maia	Água Suja	3.200 réis
-a Justino Xavier de Melo	Olho d'água	8.100 réis
-a José Nogueira de Freitas	Pedras	6.200 réis
-a João Geraldo da Silva	Congo	6.120 réis
-a Francisco Luiz Ferreira da Costa	Ilha	7.360 réis
-a Joaquim Felício de Oliveira Chaves	Várzea Alegre	4.240 réis
-a Luvindo Ferreira	Morros	3.460 réis
-a Manoel Joaquim Neto	Malhada Vermelha	4.800 réis
-a Manoel Lopes de Lima	Limoeiro Queimado	5.000 réis
-a Firminina Gomes da Costa	Botão	3.350 réis
-a Lourenço Alves Pereira	Pirangi	200.000 réis
-a José Antônio Martins	Augeco	88.000 réis
-a João de Deus dos Santos	Riacho do Sangue	15.000 réis
-a Francisca Carneiro de Amorim	Limoeiro	90.000 réis
-a Cunha e irmãos	Aracati	5.050.775 réis
-a José Alexandre Pereira	Aracati	394.110 réis
232-a Camilo (...)de Holanda Cavalcante	Limoeiro	726.275 réis

FONTES/BIBLIOGRAFIA:

1- Fonte:

- **Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva - (AFDACCS).**
 - Inventário *post-mortem*: (1860- 1884)
- **Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias:** digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928./Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wavemedia, 2006. (Coleção manuscritos/Vol. 03).
 - Volume 6: nº 482.
 - Volume 7: nº 533 e nº 540.
 - Volume 8: nº 616.
- **Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte – (ADLN).**
 - Livros de Batismos:
 - Livro de Batismo 1 – Freguesia de Limoeiro (19/01/1862 a 26/10/1873)
 - Livro de Batismo 4 – Freguesia de Limoeiro (24/07/1868 a 28/02/1874)
 - Livro de Batismo 5 – Freguesia de Limoeiro (1869 a 1884)
 - Livro de Batismo 6 – Freguesia de Limoeiro (21/07/1878 a 29/04/1881)
 - Livros de Casamentos:
 - Livro de Casamento 1 – Freguesia de Limoeiro (09/02/1864 a 12/05/1872)
 - Livro de Casamento 2 – Freguesia de Limoeiro (10/09/1872 a 23/11/1880)
 - Livros de Óbitos:
 - Livro de Óbito 4 – Freguesia de Russas (20/11/1836 a 29/09/1872)
 - Livro de Óbito 6 – Freguesia de Russas (1871 a 1878)
 - Livro de Óbito 6A – Freguesia de Russas (14/06/1873 a 25/01/1879)
 - Livro de Óbito 1 – Freguesia de Limoeiro (10/01/1873 a 05/05/1878)
 - Livro de Óbito 2 – Freguesia de Limoeiro (1877 a 1878)
 - Livro de Óbito 3 – Freguesia de Limoeiro (1878 a 1886)
 - Livro de Óbito 4 – Freguesia de Limoeiro (08/08/1878 a 05/04/1886)
- **Arquivo Digital**

- BRASIL (Estado) Biblioteca Nacional Digital. Carta Topographica e administrativa da província do Ceara, Rio de Janeiro 1849. End: <<http://bndigital.bn.br>>. Acesso: 04/03/2011.
- CEARÁ (Província). Leis provinciais (1835 – 1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará. Org. Almir Leal de Oliveira e Ivone Cordeiro Barbosa. Ed. fac-símile. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo I; p. 17; CD-ROM.
- Relatório do Presidente de Província:
 - CEARÁ (Província) Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa (presidente) Falla... 2 de Julho de 1877. Center for Research Libraries. Provincial presidential Reports (1830-1930): Ceará. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brasil/provincia/ceara>. Acesso em: 10/10/2012.
 - CEARÁ (Província) Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa (presidente) Anexos... 2 de Julho de 1877. Center for Research Libraries. Provincial presidential Reports (1830-1930): Ceará. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brasil/provincia/ceara>. Acesso em: 10/10/2012.
 - CEARÁ (Província) Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa (presidente) Relatório... 2 de Julho de 1877. Center for Research Libraries. Provincial presidential Reports (1830-1930): Ceará. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brasil/provincia/ceara>. Acesso em: 10/10/2012.
- Código Philipino ou Ordenações do Reino. Livro IV, Título 107.

2- Bibliografia:

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial** (1500 – 1800) [primeira edição: 1907], Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamento e dimensões identitárias**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2002.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordeste: uma sofisticada criação de identidade regional, homogeneizando o diverso**. Rio de Janeiro: Secretária de Educação à Distância do MEC, 2006 (Texto baseado no programa de televisão). Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/...remessa/nordeste_sofisticad.pdf. Acesso em 15 fev. 2013, p. 2.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca. **Revista Brasileira de História**. Vol. 15, nº 28, 1994, p. 115.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. **Vaqueiros, agricultores e artesãos: Origem do trabalho livre no Ceará colonial.** Revista de Ciências Sociais, V.20/21 n° 1/2, Fortaleza- UFC, p: 1-29, 1989/1990.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão:** Fortaleza-Crato 1859. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

ALENCAR, Alênio Carlos Noronha. VASCONCELOS, Liduína Queiroz de. **Inventários Post Mortem:** Possibilidades de Leitura do Universo Escravo. In. Revista do Arquivo público do Ceará. Número 03, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 24.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste.** 6ª ed. Recife: Editora UFPE, 1998, p. 159.

ANDRADE LIMA. Tânia. **Prato e mais pratos:** louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: Anais do Museu Paulista: São Paulo, N. Série. V.3. p.129-91, jan-dez. 1995.

ARAÚJO, Emanuel. **Tão vasto, tão ermo, tão longe:** o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary. Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. – Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 47-91.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos.** Histórica – Revista do Arquivo do Estado de São Paulo, ed. 6., out. 2005. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br. 15/12/2009, 23h48min.

_____. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos.** São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, p. 104.

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. **Organização espacial e questão ambiental: o caso da cidade de Limoeiro do Norte – Ceará.** Orientadora: Profa. Dra. Maria Salete de Souza. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Ceará. – Fortaleza, 2003. 153 f.: il.

ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p.33.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza: um estudo a partir dos Inventários post-mortem (1850-1884),** Salvador, 2002. Dissertação de mestrado em História - UFBA, – Orientador: Prof(a). Dra. Maria Inês Côrtes de Oliveira. P. 82.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial - Sorocaba, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, v.1. p.274.

BACHELARD, Gaston, 1884-1962. **A filosofia do não;** O novo espírito científico; *A pœtica do espaço* / Gaston Bachelard ; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; traduções

de Joaquim José Moura Ramos . . . (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores), p. 200.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX – Rio de Janeiro**: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretária de Cultura e Desporto do Estado, 2000 – (Coleção Outros diálogos: 5), p. 13- 53.

BARROS, José D'Assunção. **Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História**. In. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584, p.30.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p.106 e 107.

BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: Tip. Minerva, 1918, p. 62. *Apud*. GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In. SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989, p. 32.

_____. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1918, p. 203 e 204.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)** – São Paulo: Alameda, 2010. 336p. Capítulo: 04

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Família e domicílio no sertão mineiro: Januária e Santo Antônio da Vereda, 1838**. In. PERARO, Maria Adenir e BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (org). **Mulheres e famílias no Brasil**. – Cuiabá, MT: Carnili & Caniato, 2005, p.85-103.

_____. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In. LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2007.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Um pouco de História da História da Família no Nordeste. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica, n.25-1, 2007. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; apresentação Tanya Maria Pires Brandão, - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. Dossiê Família & Famílias.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo** – séculos XV-XVIII: Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível. V. I São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.254.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. “Cultura Material” In: **Enciclopédia EINAUDI**. 16. Homo – Domesticação – Cultura Material. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

CASAL, M. Aires de. **Corografia Brasílica**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 285.

CASCUDO, Câmara. **Rede de dormir, uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará. In: **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, p. 306.

_____. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

_____. Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará. In: **História Geral da Arte no Brasil**, vol. 1, organizado por Walter Zanini, São Paulo: Instituto Walther Moreira Sales, 1983.

_____. **Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro**. 4ª edição, Fortaleza: SR/IPHAN, 2002.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate: uma janela para o Oitocentos**. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. 245 p.

CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Seca. Doença e mortes: os assentos de orbito na Freguesia de Limoeiro- CE (1876-1880)** monografia de graduação em História FAFIDAM-UECE, Limoeiro do Norte, 2005.

_____. **Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880)**. Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Ant^o Funes.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História – Orientador: Théó Lobarinhas Piñeiro, 2012, p. 119 e 120.

CHAVES, José Olivenor de Souza. **Atravessando os sertões**. Memórias de velhas e velhos camponeses no Baixo- Jaguaribe- CE. Recife, 2002. Tese de doutorado em História. UFPE – Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr.

_____. **Fortaleza e os retirantes de 1877-1879: o real de um imaginário dominante**. Dissertação de Mestrado em História: UFPE, 1995.

_____. **Metrópole da fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879.** In: SOUZA, Simone, Frederico de Castro Neves (Org.). **Seca.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CIRNE LIMA, R. **Pequena História Territorial Brasileira.** Brasília: Esaf, 1988.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: a Família Escrava no Cariri Cearense (1850 – 1884).** Fortaleza, UFC. Dissertação de Mestrado.

COGERH. **Bacias hidrográficas do baixo e médio Jaguaribe.** 2011. Disponível em: <<http://portal.cogerh.com.br/base-cartografica/mapas/regioes-hidrograficas>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia.** 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. **História do amor no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Ronés da Mota. **Natureza, terra e economia agropastoril – Soure (CE): 1798-1860.** Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória.** **Revista CPC**, São Paulo, n. 7, pp. 43-73, nov. 2008/abr. 2009.

DURÃES, Margarida. **Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários** (sécs. XVIII – XIX). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG – Brasil, de 20 – 24 de Setembro de 2004.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** RJ: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. **O cotidiano dos negros no Brasil escravista.** Madrid: Fundacion Tavera, no prelo.

_____. **História da Família e Demografia História.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a capitania do Ceará,** escrita de ordem superior pelo sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das Investigações philosophicas da mesma. In: **Revista do Instituto do Ceará.** ANNO III, 1889. Anteriormente esta memória tinha sido publicada no **Jornal Literário Científico e Mercantil do Rio de Janeiro “O Patriota”,** nos tomos 1 e 2 de 1814, p. 23.

FERREIRA NETO, Cicinato. **A tragédia dos mil dias: a seca de 1877-79 no Ceará.** Fortaleza: Premius, 2006. 288p.

_____. **Estudos de História Jaguaribana: Documentos, Notas e Ensaios Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe.** Fortaleza, Premius, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRAGOSO, João. **A nobreza vive em bandos**: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 15.

_____. Afogamento em nomes: temas e experiências em história econômica. In: **Topoi**. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, n.5, set. 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil- 7ª. Ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Sobrados e mucambos**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850**; um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986, 176p.

_____. **Nasci nas matas nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: USP, Tese de doutorado, 1995.

_____. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2007.

GARDNER, G. **Viagem ao Interior do Brasil** (1836-1841). Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 82.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 07.

GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de.; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 300 p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tard. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: UFC, 1984.

_____. **Panorama Econômico do Ceará**. In: GIRÃO, Raimundo e FILHO, Antônio Martins. O Ceará. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939, p. 124-133.

_____. **Pequena História do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: UFC, 1984.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: SOUZA, Simone de (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989.

_____. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989.

GOLDFEDER E CASTRO, Pérola Maria. **Fontes e perspectivas de estudo sobre populações escravas no Sul de Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. Newsletter história e – história. Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br:80/materia.cfm?tb=alunos&id=199>. Acesso: 01/07/2010, às 13:01.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. “Vagabundos e ladrões, assassinos e facinorosos”: violência, crime e impunidade na capitania do Ceará (século XVIII). In: **Documentos** - Revista do Arquivo Público do Ceará. Fortaleza, Arquivo Público do Ceará, volume 1, número 4, semestral, 2005.

GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. **Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 49-68, janeiro-junho, 2011.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. Orientador: Professor Doutor Antônio Otaviano Vieira Júnior (DEHIS/UFPA).

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932- 1942)**. Dissertação (Mestrado) em História Social – Universidade Federal do Ceará. Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. In: **Revista do Brasil**, março, 1939.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A Urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Banco do Nordeste, ISBN: 9788572824774, 2012, 509 p.

KÜHN, Fábio. “CASA QUANTO CHEGUE, CAMPO A PERDER DE VISTA”: A cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa. In: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo. **Estudos de História do Cotidiano**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.

LADURIE, Emmanuel L. R. **Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294-1324)**. Lisboa: Edições 70.

LE GOFF, Jacques. A história do quotidiano. In: DUBY, George (*et alii*). **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1986.

LEMENHE, Auxiliadora. **As razões de uma cidade: Fortaleza em questão**. Fortaleza: Stylus, 1991.

LEONZO, Nanci. O casamento e a “moral doméstica”. In: PERARO, Maria Adenir e BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Org.). **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carnili & Caniato, 2005, p.201-224.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Economia camponesa e mercado de terras no Piemonte no Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2007.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a questão florestal da região do Nordeste do Brasil, Inspetoria de obras contra as Secas, Rio de Janeiro, 1912. *Apud*. FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil- 7. Ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

LOPES, Maria Antonia. **Pobreza, Assistência social e Controle Social**. Coimbra (1750-1850). V. I. Viseu, Portugal: Palimage Editores, 2000.

MACEDO, Helder A. Medeiros de. **Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande**. Topoi, v.8, n. 14, jan-jun. 2007, pp. 37-76.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. Prefácio de Stuart Schwartz. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, 219p.

_____. População, Sociedade e Economia de uma comunidade pré-malthusiana brasileira, orientações metodológicas de “reconstituição de famílias” a partir da lista nominativa de habitantes. **Estudos Históricos**, nº 10, Marília, Departamento de Educação – FFCL.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. **Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX**: Bonfim do Paraopeba. Minas Gerais Cadernos de História, out., 1997. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006, v. Semestral. ISSN 1679-5636.

_____. **Cinzas do passado: riqueza e cultura material no vale do Paraopeba/MG**: 1840 a1914. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (História, Tese de doutorado).

MALTA, Marizete. Algumas questões sobre o Mobiliário Colonial. **Revista PINDORAMA LEPAC** – Laboratório de Estudo e Pesquisa em Arte Colonial, p. 7. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/artecolonial/pindorama>>. Acesso: 04/março/2013, às 03:00 hs.

MATOS, Maria Izilda Santos. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fôro das casas-grandes. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. **Revista Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez. 2001.

MENEZES, George Rocha. **As elites cearenses e o espaço regional no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006. Orientador: Frederico de Castro Neves.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, n.21, 1998-1.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOTA, Antônia da Silva. **Cotidiano e Cultura Material dos séculos XVIII – XIX**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, v. 5, número especial, junho 2007.

_____. Cotidiano e Cultura Material nos espólios familiares da capitania do Maranhão, sécs. XVIII-XIX. **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica, n.25-1, 2007. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; apresentação Tanya Maria Pires Brandão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. Dossiê Família & Famílias.

_____. **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006, 168p.

MOTT, Luiz. **Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu**. In SOUZA, Laura de Melo. **História da Vida Privada no Brasil**, São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. **Estrutura Demográfica de lãs Haciendas de Ganado de Piauí Colonial: um caso de poblamiento rural centrifugo**. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblacion, México, agosto de 1977.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. **As oficinas de carne do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977, p. 352.

NOBRE, Geraldo. **História Eclesiástica do Ceará – Primeira Parte**. Fortaleza: Sec. Cultura e Desporto, 1980.

NOGUEIRA, André. **A fé no desvio: cultos africanos, demonização e perseguição religiosa – Minas Gerais, século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004. 189f.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804).** Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

NOGUEIRA, Paulino. **Memória.** Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará. 1889.

NOVAES, Fernando (Org.). **História da Vida Privada no Brasil.** Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. **História da Vida Privada no Brasil.** Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista Econômica**, Brasília (DF), v.7, n.3, p. 587-605, set/dez 2006.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A força periférica da operação comercial das carnes secas do Siará grande no século XVIII. In: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricart da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (Org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)** – Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, 195p. (Coleção História Social, v.7).

OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português.** Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009.

OLIVEIRA, Antonio José Alves de. **JOÃO DA SILVA FEIJÓ E OS DILATADOS SERTÕES: pensamento científico e representações do mundo natural na capitania do Ceará (1799-1816).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014, 228p. Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.

OLIVEIRA, Maria Ivanira de Castro. **O escravo negro no baixo – Jaguaribe.** Dissertação de mestrado. Universidade estadual Paulista. Franca, 1996.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **O lado oculto da opulência: comunidades rurais no século XVIII mineiro.** IN: VII Jornadas Setecentistas. Curitiba: CEDOPE, 2007. Disponível em: http://people.ufpr.br/~vii_jornada/2textos_VII-J.pdf pp.257-268, 07/12/2012 às 22hs e 45min.

_____; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 300 p.

PARENTE, Temis Gomes. **O AVESSE DO SILÊNCIO** – vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005. 165 p.

PASCOAL, Isaías. FAMÍLIA ESCRAVA: ninho acolhedor? **Fênix. Revista de História e estudos culturais**, 2008 Vol. 5, Ano V, nº 1.

PEDROZA, Manoela. Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856). **Revista de História**, Nº 160, 2009. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Transmissao>.

PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Org). **Mulheres e famílias no Brasil**. – Cuiabá, MT: Carnili & Caniato, 2005, p.85- 103.

PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. “Uma fábrica de homens utilizáveis”: sobre escola e instituição pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani. (Orgs.) **Em tempo: História, Memória e Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

PEREIRA, Ana Luíza Castro. “Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos de filigrana”: vida cotidiana numa vila mineira setecentista. In. Estudos Históricos, volume 24, número 48, jul./dez.2011, p. 331-350.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta História que chamam micro. In: GUAZZELLI, Cesár Augusto Baralos; PETERSON, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Besso e XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universalidade/ UFRGS, 2009.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680- 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.p. 23.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O Ceará: aspectos fisiográficos e antropogeográficos. In: GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio. **O Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1945.

PONTES, Lana Mary Veloso de. ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg Silva. MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. **A QUESTÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ**. V-1 - IPECE, 2012 - Fortaleza – CE - ISBN: 978-85-98664-22-4, p. 14.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Família e economia**: um estudo dos inventários e testamentos paulistas dos meados do século de XVII. Imperatriz, MA: Ética, 2008, 101p.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.4 p.265-82 jan./dez. 1996.

_____. Família e patrimônio fundiário: notas para o estudo da economia doméstica na antiga Mesopotâmia. **HISTÓRIA E ECONOMIA**. Revista Interdisciplinar. v.1, n. 1, (2005). São Paulo: Terra Comunicação Editorial, 2007, p. 72-91.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1968.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

REGES, Luciana Meire Gomes. **Esquadrinhando a Vila de Limoeiro nos inventários *post-mortem* (1875-1880)**. Monografia de graduação em História FAFIDAM/UECE, Limoeiro do Norte – CE, 2011. Orientador: Prof. Dr. José Olivenor de Sousa Chaves.

REGIS, João Rameres. **INTEGRALISMO E CORONELISMO: Interfaces Da Dinâmica Política no Interior do Ceará (1932-1937)**. Rio de Janeiro, 2008. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ- Orientadora: Profa. Dra. Maria Paula do Nascimento Araújo.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REVEL, Jaques (Org.). **Jogos de Escala: a experiências da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 8.

RIBEIRO, Guilherme. A valorização total do espaço: capitalismo e geografia em *Civilisation Matérielle, Economic et capitalisme – XV-XVIII*. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 5-27, janeiro-junho, 2011.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

_____. Por água abaixo. p. 2. Mimeografado. *Apud* DUARTE, Rones da Mota. **Natureza, terra e economia agropastoril – Soure (CE): 1798-1860**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

_____; FURTADO FILHO, João Ernani (Org.). **Em tempo: História, Memória e Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.26, nº52, p. 175-192, 2006.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. Famílias e testamentos em Cuiabá na segunda metade do século XIX. In. PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.). **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carnili & Caniato, 2005, p.237-262.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Liberdade ainda que precária: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2012, 218 p. Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1979.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (século XVII-XIX)**. Lisboa: Teorema, 1997.

ROLIM, Leonardo Cândido. O trabalho nas oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos (1710-1799). **Revista de Humanidades Mneme**. v. 10, n. 25, jan./jun., 2009 – Semestral. ISSN: 1518-3394. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme.08/07/2010>, às 17h48min. p. 2.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. In. PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs). **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carnili & Caniato, 2005, p. 67- 84.

SALVADOR. Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SAMARA, Eni de Mesquita. História da Família no Brasil: Bibliografia comentada. In: **Séries Fontes de Pesquisa**. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998.

_____. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo – V. 8 nº 15, pp. 91-105.

_____; TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. [Col. História & ... Reflexões]

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. A casa brasileira. In: **Revista USP**. São Paulo, março/abril e maio 1990.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011. Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Orgs.). **Nova história da expansão portuguesa**. Vol. VIII — O Império Luso-Brasileiro. (1750-1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

SILVA, Ana Cristina Mota. **A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza**. São Paulo: USP, 2000. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Family and Property in Colonial Brazil. **Portuguese Studies**. London, 1991.

_____. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. In: **Acervo**, revista do Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, jan./dez., 1996.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão da organização do espaço. In: SOUZA, Simone de. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará:** das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SILVA, Rafael Ricart da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça [manuscrito]:** terra, família e poder (século XVIII). Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2010.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. **O Sertão e suas Representações:** história e narrativa. Texto da palestra pronunciada, inicialmente, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE) em 19 de maio de 2008. Com acréscimos e pequenas modificações foi apresentado no VIII Encontro de História Oral do Nordeste, na Mesa de Discursão IV – “História, Narrativas e Sertões”, 12 de maio de 2011 – Teresina, PI.

SLENES, Robert W. Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: **Revista de Teoria e Pesquisa Econômica, Estudos Econômicos.** São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIFE, 1870.

SOARES, Anny Chirley Silva. **Liberdades condicionadas, preços negociados: as cartas de alforrias e as escrituras de compra e venda de escravos na vila do Espírito Santo de Morada Nova.** (1875-1879), monografia de graduação em História FAFIDAM-UECE, Limoeiro do Norte, 2008.

SOBRINHO, Thomas Pompeu. O Ceará: aspectos fisiográficos e antropogeográficos. In: GIRÃO, Raimundo e FILHO, Antônio Martins. **O Ceará.** Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939.

SOUZA, Eusébio de (Org.). **Álbum do Jaguaribe.** Belém: Empresa Graphica Amazônia, 1922.

SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial In: FREITAS, Marcos Cezar de, **Historiografia Brasileira em Perspectiva,** São Paulo, Contexto, 1998.

_____. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Simone de. (Org.) **História do Ceará.** Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989, p. 37.

SOUZA, Simone, Frederico de Castro Neves (Org.). **Seca.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de Comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará,** Tomo LI, Fortaleza, 1937.

STUDART, Guilherme. **Datas e fatos para a História do Ceará.** Ed. Fac-similar, ed. 1896 e 1924. Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2001.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil**: sistemas construtivos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 300 p.

VIEIRA JR. A. Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins; ALENCAR, Ana Cecília Farias de. Identidades de gênero: (re)formulações no Ceará Colônia e Império. In: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricart da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (Orgs.). **Ceará**: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX). Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, 195p. (Coleção História Social, v.7), p. 95-114.

VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 265 e 266.

WALLE; Paul. **No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas**. Tradução de Oswald Biato, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

XAVIER, Maico Oliveira. **Caboculos são os brancos**: dinâmicas das relações sócio culturais dos índios do termo da Villa Viçosa Real-Século XIX. Dissertação – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2010.